UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E DA SAÚDE
INSTITUTO DE NUTRIÇÃO JOSUÉ DE CASTRO

SENTIDOS E SIGNIFICADOS DO BENEFÍCIO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA PARA MULHERES TITULARES RESIDENTES NO MUNICÍPIO DE DUQUE DE CAXIAS

Ana Alice Taborda

Rio de Janeiro
2015

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
UFRJ

SENTIDOS E SIGNIFICADOS DO BENEFÍCIO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA PARA MULHERES TITULARES RESIDENTES NO MUNICÍPIO DE DUQUE DE CAXIAS

Ana Alice Taborda

Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em Nutrição Humana (PPGN), do Instituto de Nutrição Josué de Castro da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Nutrição Humana.

Orientadoras: Rosana Salles-Costa
Gilza Sandre-Pereira

Rio de Janeiro
Março/2015

FICHA CATALOGRÁFICA

Taborda, Ana Alice
Sentidos e significados do benefício do programa bolsa família para mulheres titulares residentes no Município de Duque de Caxias / Ana Alice Taborda. - Rio de Janeiro: UFRJ / Instituto de Nutrição Josué de Castro, 2015.
114 f. : il. ; 31 cm.

Orientadores: Rosana Salles Costa e Gilza Sandre-Pereira.

Dissertação (mestrado) – UFRJ, Instituto de Nutrição Josué de Castro, Programa de Pós-graduação em Nutrição, 2015.

Referências bibliográficas: f. 74-83.

1. Programas Governamentais. 2. Políticas Públicas. 3. Pobreza. 4. Mulheres. 5. Segurança Alimentar e Nutricional. 6. Pesquisa Qualitativa. 7. Nutrição - Tese. I. Costa, Rosana Salles. II. Sandre-Pereira, Gilza. III. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Nutrição Josué de

ANA ALICE TABORDA

SENTIDOS E SIGNIFICADOS DO BENEFÍCIO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA PARA MULHERES TITULARES RESIDENTES NO MUNICÍPIO DE DUQUE DE CAXIAS

Dissertação submetida ao corpo docente do Programa de Pós Graduação em Nutrição do Instituto de Nutrição Josué de Castro da Universidade Federal do Rio de Janeiro como parte dos requisitos necessários para a obtenção do título de Mestre em Nutrição Humana.

Examinada por:

_____

Profa. Dra. Rosana Salles da Costa (Presidente)
Doutora em Saúde Coletiva, Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Brasil
Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

_____

Profa. Dra. Mirian Ribeiro Baião
Doutorado em Ciências, Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ)
Universidade Federal do Rio de Janeiro

_____

Prof. Dr. Ruben Araujo de Mattos
Doutor em Saúde Coletiva, Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Brasil
Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)

_____

Profa. Dra. Luciene Burlandy Campos de Alcântara
Doutora em Saúde Pública, Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ)
Universidade Federal Fluminense

Rio de Janeiro, Brasil
Março, 2015

DEDICATÓRIA

Ao meu filho Miguel, que ainda
encontra-se na "barriguinha" da
mamãe, mas que já faz parte
desta trajetória.

À minha mãe Josefa e ao meu pai Augusto,
pelo apoio incondicional, sempre
presentes em meu coração, dedico mais uma etapa
concluída em minha vida.

Às mulheres entrevistadas por me
proporcionarem momentos de aprendizados de vida.

MEUS AGRADECIMENTOS

Primeiramente à Deus, por permitir sempre que eu possa caminhar em minha trajetória acadêmica me dando saúde e forças suficientes para continuar. Somente Ele sabe das dificuldades e momentos de angústias vivenciadas por mim neste momento.

Ao meu filho Miguel por estar sempre quietinho enquanto a mamãe precisava ler e escrever esta dissertação.

Aos meus pais, Augusto e Josefa Taborda, exemplos constantes em minha vida e que sempre estão ao meu lado, oferecendo-me muita dedicação, carinho, conselhos e amor! Essa vitória também é de vocês!

Ao meu noivo Douglas, presença de amor e companheirismo dando-me apoio incondicional para trilhar este caminho.

Às minhas orientadoras Rosana Salles Costa e Gilza Sandre Pereira pelos conselhos e aprendizados compartilhados durante todo este percurso e pelos momentos de compreensão e paciência nas horas de dificuldades. Meu muito obrigada!

Às mulheres titulares do Programa Bolsa Família que generosamente aceitaram dividir suas histórias comigo.

Às funcionárias da secretaria de pós graduação da UFRJ: Renata, Nastassja e Darlene pela tranquilidade nos momentos de esclarecimento de dúvidas.

Aos funcionários do Centro de Apoio da Assistência Social de Jardim Primavera e de Jardim Gramacho, aos funcionários do Centro de Apoio à Saúde da Família e aos funcionários do Ambulatório Paroquial Irmã Beta. Obrigada pelo acolhimento e por terem permitido a construção desta pesquisa.

À professora Thais Salema, exemplo de dedicação profissional, agradeço às orientações em meu percurso acadêmico.

Às minhas amigas Tainá Marques Moreira, Mariana Luiz Marques, Carolina Felizardo, Hosana Xavier e Celina Borges por estarmos juntas desde a graduação, percorrendo esta trajetória.

Às minhas companheiras de pesquisa, que muito dividiram momentos de angústias, apreensões, sorrisos e alegrias: Aline Soares, Talita Domingos, Erica Garrido, Marina Antunes, Camilla Souza, Mariana Wendyhausem e Juliana Casemiro.

À todos os professores e professoras que contribuíram para a minha formação profissional, em especial aos professores, Ruben Araujo de Mattos, Luciene Burlandy e Mirian Baião por terem aceito o convite e me dado a honra de serem minha banca.

E a todos aqueles que, direta ou indiretamente, contribuíram para a realização deste trabalho.

EPÍGRAFE

"O saber a gente aprende com os mestres e com os livros. A sabedoria se aprende é com a vida e com os humildes".

(Cora Coralina)

APRESENTAÇÃO

O campo da saúde sempre despertou em mim um olhar interessado, mas foi no decorrer da graduação que descobri, de fato, que tinha feito uma escolha acertada. A Ciência da Nutrição se revelou fascinante, pela sua diversidade e, ser Nutricionista hoje, para mim, representa mais do que ter uma profissão, representa uma realização, uma vitória e significa a presença constante de Deus guiando a minha vida.

A graduação em Nutrição na UNIRIO proporcionou-me aprendizados essenciais para a construção deste ser profissional e pessoal que hoje aqui escreve, e colocou em meu coração o desejo de seguir estudando e aprendendo mais. Minha chegada à UFRJ me proporcionou, em um primeiro momento, grandes aflições e dúvidas diante das primeiras experiências vivenciadas neste lugar. Mas meu ingresso no grupo de pesquisa SANDUC – *Segurança Alimentar e Nutricional em Duque de Caxias* em maio de 2013, fez reacender a vontade e os anseios acadêmicos que estavam latentes. E quanto a isso, sou muito agradecida a Professora Rosana Salles-Costa e a Professora Gilza Sandre-Pereira que me permitiram conhecer uma porção da Nutrição desconhecida para mim e que atualmente muito me traz alegrias em pesquisar.

O desafio de estudar *a pobreza* por meio de *método qualitativo* não tinha me ocorrido até o momento, apesar desta abordagem metodológica e do campo social terem se apresentado como movimento instigador desde a graduação. De certo, isso se deve ao fato do pouco conhecimento que a formação em Nutrição traz a respeito de temáticas que envolvam a sociedade e a pouca experiência em estudos qualitativos, pois o currículo ainda é pautado em estudos quantitativos que se baseiam em estatísticas apresentando-se como a maneira mais correta de avaliação de resultados. Acredito ser cotidianamente desafiador o profissional de saúde adentrar o campo das Ciências Sociais e Humanas e incorporar conceitos da Sociologia e Políticas Públicas sobre os quais pouco está acostumado a refletir, entretanto este é um movimento muito enriquecedor para aquele que, no seu trabalho, está envolvido diretamente com seres humanos.

O presente trabalho se insere no grupo de pesquisa SANDUC, que desenvolve estudos no município de Duque de Caxias, situado na Baixada Fluminense do Rio de Janeiro, com ênfase na temática de Epidemiologia Nutricional e nos impactos das

desigualdades sociais na situação nutricional de indivíduos em situação de pobreza e Insegurança Alimentar. Recentemente o grupo incorporou estudos que visam à análise do contexto da política nacional de transferência condicionada de renda no município, por meio de metodologia qualitativa, e é nesse campo que meu trabalho se insere.

O estudo desta temática trouxe-me reflexões profissionais, mas sobretudo pessoais. Entrar no campo de pesquisa causa espantos e incertezas que ao longo da caminhada vão se clareando, permitindo a construção de aprendizados. Cada entrevista realizada com as mulheres beneficiárias me trouxe ensinamentos e me fez (re)aprender sentidos diferenciados da vida e que, infelizmente, ainda existem pessoas que vivem em situações difíceis de serem imaginadas.

Não ingresso na vida acadêmica e nem concluo esta dissertação com o objetivo somente de finalizar mais uma etapa. Aprendi no percurso da vida que ser profissional é compartilhar conhecimentos adquiridos, é ter responsabilidade social perante os outros. Não compreendo a trajetória de vida acadêmica em desconexão com a prática profissional. Auxiliar na construção de uma sociedade melhor para nos tornarmos *pessoas humanas* melhores – para mim, esse é o objetivo maior. Penso que consegui caminhar um pouco nesta direção, o que me deixa feliz.

No que tange a pesquisa aqui apresentada, esta dissertação integra dois projetos de base, denominados "*Pobreza Extrema, Insegurança Alimentar e Políticas Públicas: Estudo Longitudinal de Famílias Atendidas pelo Programa Bolsa Família no Município de Duque de Caxias" e "Estudo longitudinal de famílias atendidas pelo Programa Bolsa Família em Duque de Caxias"*, desenvolvidos pelo Grupo de Pesquisas Segurança Alimentar e Nutricional em Duque de Caxias – SANDUC, do Instituto de Nutrição Josué de Castro da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), em parceria com o Instituto de Medicina Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), a Faculdade de Nutrição da Universidade Federal Fluminense (UFF) e o Departamento de Ciências Sociais da Escola Nacional de Saúde Pública (ENSP - FIOCRUZ). Ambos os projetos recebem financiamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico por meio do edital 24/2013 MCTI-CNPq/MDS-SAGI, processo 456847/2013-8 e FAPERJ E-26/010.001995/2014, respectivamente, e foram submetidos ao Comitê de Ética em Pesquisa do Hospital Universitário Clementino Fraga Filho da UFRJ, em janeiro de 2014 e aprovados sob o número de parecer 651339, em maio de 2014.

A autora da dissertação participou do projeto supracitado no componente qualitativo, atuando nas etapas de reunião em grupo com os pesquisadores, na realização das entrevistas, na transcrição, organização e análise das mesmas. A dissertação está elaborada da seguinte forma: 1) Introdução, onde se apresenta a relevância e as questões principais do estudo; 2) Referencial teórico sobre a pobreza e o Programa Bolsa Família (PBF); 3) Justificativa; 4) Objeto de estudo e as questões que nortearam a pesquisa; 5) Objetivos do estudo; 6) o Percurso metodológico empregados para o desenvolvimento da dissertação; 7) Resultados e Discussão e 8) Conclusão que ressalta os principais resultados encontrados no estudo e as possibilidades de continuidade.

Resumo da dissertação apresentada ao PPGN/UFRJ como parte dos requisitos necessários para a obtenção do título de Mestre em Nutrição Humana.

SENTIDOS E SIGNIFICADOS DO BENEFÍCIO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA PARA MULHERES TITULARES RESIDENTES NO MUNICÍPIO DE DUQUE DE CAXIAS

Ana Alice Taborda
Março/2015

Orientadoras:
Rosana Salles-Costa
Gilza Sandre-Pereira

RESUMO:

Palavras chave: Programa Bolsa Família, Pobreza, Mulheres e Pesquisa Qualitativa.

A presente dissertação pauta-se na abordagem qualitativa e é parte integrante de duas pesquisas relacionadas denominadas "*Pobreza Extrema, Insegurança Alimentar e Políticas Públicas: Estudo Longitudinal de Famílias Atendidas pelo Programa Bolsa Família no Município de Duque de Caxias" e "Estudo longitudinal de famílias atendidas pelo Programa Bolsa Família em Duque de Caxias"*, desenvolvidos pelo Grupo de Pesquisas sobre Segurança Alimentar e Nutricional em Duque de Caxias (SANDUC). O estudo é descritivo, do tipo exploratório, pois se buscou obter maior familiaridade sobre o Programa Bolsa Família, elegendo-se as titulares residentes em Duque de Caxias, como tentativa de compreender os significados e sentidos atribuídos por estas mulheres na utilização do recurso. Partimos do pressuposto que o dinheiro vinculado à mulher provoca dinâmicas nas relações familiares que permite a melhora nas diversas concepções da Segurança Alimentar e Nutricional, justamente por entender que elas possuem um papel mais cuidadoso no que se refere à saúde da família e, principalmente na de seus filhos. Assim, buscamos compreender

os sentidos e significados do recebimento para as mulheres titulares, através de entrevistas narrativas. Os referenciais analíticos para esta pesquisa se pautou em concepções advindas da sociologia compreensiva, no referencial teórico da Hermenêutica de Profundidade (HP) proposta por John B. Thompson (2011) e na perspectiva analítica da Análise de Conteúdo (AC) proposta por Bardin (2009), em sua modalidade temática. Foram entrevistadas 10 mulheres com idades entre 32 e 64 anos que apresentavam baixo nível de escolaridade, sendo três analfabetas, sendo que somente quatro mulheres conviviam com companheiro. O tempo de recebimento do BF variou de 1 a 10 anos. Os principais resultados evidenciaram que os sentidos do recebimento do benefício para essas mulheres apresentam diferenças que vão depender do bairro em que residem e da composição familiar. O sentido *"O BF é para as crianças"* revela que, na visão dessas mulheres, o dinheiro do BF deve ser gasto com as crianças, como a compra de alimentos, escola e material escolar, assim como percebem que o BF só é concedido às famílias que possuem crianças em sua composição. O auxílio é capaz de ajudar na manutenção econômica da casa, apesar de afirmações como *"O BF é uma ajuda, mas que é pouco"*. Para a alimentação estão implícitos os sentidos da aquisição de alimentos considerados como *"luxo"* e alimentos vinculados às *"necessidades básicas"*, como arroz, feijão, açúcar, café e óleo. A garantia de uma renda estável todo mês traz elementos importantes para o desenvolvimento da autonomia, da responsabilidade, da autoconfiança e autodeterminação para essas mulheres, implicando em sentidos como a *"libertação de uma vida humilhante"*. A pesquisa, apesar de se pautar na averiguação exploratória do que o campo de Duque de Caxias propunha, trazia pressupostos de que a alimentação seria fator preponderante na utilização do benefício. Essa se apresentou de forma bastante relevante, sendo considerada a maior prioridade na utilização do recurso, porém, não surgiu como elemento mais importante na fala das entrevistadas, pois para estas mulheres, o dinheiro traz mais do que somente a possibilidade de aquisição de alimentos. As

reflexões do trabalho permitem pensar como o PBF repercute na trajetória de vida das mulheres e, consequentemente das suas famílias, ressaltando que o município de Duque de Caxias, necessita de mais políticas estruturantes de apoio às famílias no que concerne à saúde, educação e geração de emprego, visto que isoladamente uma política de transferência de renda não resolve o problema da pobreza e vulnerabilidade das famílias residentes de Duque de Caxias.

Dissertation summary presented to PPGN / UFRJ as a partial fulfillment of the requirements for obtaining a Master's degree in Human Nutrition.

Ana Alice Taborda
Março/2015

Supervisor:
Rosana Salles-Costa
Gilza Sandre-Pereira

ABSTRACT:

Key words: Programa Bolsa Família, poverty, women and qualitative research.

This work is guided on a qualitative approach and is an integral part of two related research called "Extreme Poverty, Food Insecurity and Public Policy: Families Longitudinal Study Catered by Bolsa Família Program in Duque de Caxias City" and "Longitudinal study of families served by the Bolsa Família Program in Duque de Caxias ", developed by the Research Group on Food and Nutrition Security in Duque de Caxias (SANDUC). The study is descriptive, exploratory type, as it sought to gain greater familiarity with the Bolsa Família Program, the resident holders are elected in Duque de Caxias, in an attempt to understand the significance and meanings attributed by these women in resource utilization. The money linked to women causes dynamics in family relationships that allows the improvement in the various conceptions of Food and Nutritional Security, just to understand that they have a closer role with regard to family health and especially in the your children. So we try to understand the meanings of receipt for holders women through narrative interviews. The analytical reference for this research was based on ideas arising from the comprehensive sociology, the theoretical framework of Depth Hermeneutics (HP) proposed by John B. Thompson (2011) and analytical perspective of Content Analysis (CA)

proposed by Bardin (2009) in their thematic modality. We interviewed 10 women aged between 32 and 64 years had a low educational level, three illiterate, and only four women lived with a partner. The BF receiving ranged from 1 to 10 years. The main results showed that the benefit of receiving the directions for these women show differences that will depend on the neighborhood in which they reside and family composition. The meaning "The BF is for the children" reveals that, in view of these women, BF money should be spent with the children, such as buying food, school and school supplies, as well as realize that BF is only granted to families who have children in their composition. The aid is able to help in the economic maintenance of the house, despite statements like "The BF is a help, but that is little." For power are implicit way of acquisition of foods considered as "luxury" and food linked to the "basic needs" such as rice, beans, sugar, coffee and oil. The guarantee of a steady income every month brings important elements for the development of autonomy, responsibility, self-reliance and self-determination for these women, implying senses as the "release of a humiliating life." The research, although be based in the exploratory investigation of the Duque de Caxias field proposed, brought assumptions that the power would be a major factor in the use of the benefit. This is presented in a very relevant way, is considered the highest priority in resource utilization, however, it did not emerge as the most important element in the speech of the interviewees, because for these women, money brings more than just the possibility of acquiring food. The reflections of the work allow us to think like PBF reflected in women's life trajectory and consequently their families, noting that the municipality of Duque de Caxias, needs more structural policies to support families with regard to health, education and generation employment, as alone an income transfer policy does not solve the problem of poverty and vulnerability of households of Duque de Caxias.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Benefícios financeiros concedidos às famílias cadastradas no Programa Bolsa Família 30

Quadro 2. Perfil das entrevistadas quanto à idade, escolaridade, composição familiar e tempo de recebimento do PBF 51

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Distritos do Município de Duque de Caxias 41

Figura 2: Bar em frente ao CASF e CRAS Jardim Gramacho, onde algumas histórias foram contadas 45

Figura 3: Local da ASPAS onde as entrevistas foram realizadas 45

Figura 4: Composição familiar das mulheres entrevistadas 50

Figura 5: Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) Jardim Primavera 53

Figura 6: Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) Jardim Gramacho 54

Figura 7: Centro de Apoio à Saúde da Família (CASF) Jardim Gramacho 54

Figura 8: CASF Jardim Gramacho (à esquerda) e CRAS Jardim Gramacho (à direita) 54

Figura 9: Ambulatório Paroquial Irmã Beta (ASPAS) 55

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AC - Análise de Conteúdo
BF - Bolsa Família
CADÚNICO - Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal
CASF - Centro de Apoio à Saúde da Família
CONSEA - Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
CF - Constituição Federal
DHAA - Direito Humano à Alimentação Adequada
ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente
EJA - Educação de Jovens e Adultos
ENSP - Escola Nacional de Saúde Pública
FIOCRUZ - Fundação Oswaldo Cruz
HCE - Hospital Central do Exército
HP - Hermenêutica de Profundidade
HUCFF - Hospital Universitário Clementino Fraga Filho
HUPE - Hospital Universitário Pedro Ernesto
IA - Insegurança Alimentar
IBASE - Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas
IMS - Instituto de Medicina Social
LOAS - Lei Orgânica da Assistência Social
LOSAN - Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional
MESA - Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome
MDS - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome
OMS - Organização Mundial da Saúde
PAIF - Programa de Proteção Integral à Família
PBF - Programa Bolsa Família
PBS - Proteção Social Básica
PETI - Política de Erradicação do Trabalho Infantil
PGRM - Programa de Garantia da Renda Mínima
PNAS - Política Nacional de Assistência Social
PNSAN - Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
PTCR - Política de Transferência Condicionada de Renda
PTR - Programa de Transferência de Renda
SAN - Segurança Alimentar e Nutricional
SANDUC - Grupo de Pesquisa sobre "Segurança Alimentar e Nutricional em Duque de Caxias"
SUAS - Sistema Único da Assistência Social
TCLE - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UERJ - Universidade do Estado do Rio de Janeiro
UFF - Universidade Federal Fluminense
UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO 18

2. REFERENCIAL TEÓRICO 20

2.1 A pobreza e as concepções de Georg Simmel 20

2.2 O Programa Bolsa Família: histórico e desenho de gestão 23

A criação do Programa Bolsa Família e sua articulação com SAN 27

2.3 A mulher como a titular do Programa Bolsa Família 33

3. JUSTIFICATIVA 36

3.1 OBJETO DE ESTUDO 36

3.2 QUESTÕES DO ESTUDO 36

4. OBJETIVOS 37

4.1 Objetivo Geral 37

4.2 Objetivos Específicos 37

5. PERCURSO METODOLÓGICO 38

5.1 Local de estudo 41

5.2 A trajetória de aproximação com o campo: a *seleção* das entrevistadas 43

5.3 O trabalho de campo como orientador de mudanças 46

5.4 Forma de investigação da Hermenêutica de Profundidade (HP) 47

5.5 A Análise de Conteúdo (AC) 48

5.6 Questões éticas 49

6. RESULTADOS e DISCUSSÃO 50

6.1 As entrevistadas 50

6.2 Análise sócio-histórica 51

6.3 Os sentidos atribuídos ao recebimento do benefício do Programa Bolsa Família na trajetória de vida das mulheres titulares 58

6.4 Os sentidos atribuídos ao recebimento do benefício do Programa Bolsa Família pelas mulheres titulares 64

"O BF como uma ajuda, mas que é pouco" 64

"Deixei de trabalhar para cuidar dos meus filhos" 65

" O BF é para as crianças" 67

"Alimentação de luxo" 69

"Alimentação como necessidade básica" 71

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS 72

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 74

ANEXOS

ANEXO 1 - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO 84

ANEXO 2 - PARECER DO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA 87

ANEXO 3 - CARTA DE APRESENTAÇÃO DA PESQUISA 95

ANEXO 4 - TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA DO MUNICÍPIO DE DUQUE DE CAXIAS 97

ANEXO 5 - ROTEIRO 101

ANEXO 6 - CONSIDERAÇÕES SOBRE AS ENTREVISTAS 103

APÊNDICE 113

APÊNDICE 1 – RESUMO DE TRABALHO APRESENTADO NO 11º CONGRESSO BRASILEIRO DE SAÚDE COLETIVA 113

APÊNDICE 2 – CERTIFICADO DE COMUNICAÇÃO ORAL DO 11º CONGRESSO BRASILEIRO DE SAÚDE COLETIVA 114

1. INTRODUÇÃO

Esta pesquisa apresenta como objeto de estudo os sentidos e significados do recebimento do benefício do Programa Bolsa Família (PBF) para mulheres titulares residentes no município de Duque de Caxias. Pauta-se na abordagem qualitativa, na perspectiva da sociologia compreensiva, com o uso da Hermenêutica de Profundidade (HP), proposto por John B. Thompson e uma adaptação da Análise de Conteúdo (AC) proposto por Laurence Bardin, na modalidade temática.

Com o intuito de combater a pobreza e a extrema pobreza, foi criado em 2003 a Estratégia Fome Zero que teve como um de seus maiores resultados a proposição do PBF. Este programa se caracteriza, dentre o universo dos programas de transferência de renda, como um dos maiores do país, apresentando como objetivo a erradicação da pobreza e miséria, além da ampliação ao acesso à saúde e a educação, por meio de ações definidas como condicionalidades para sua execução (BRASIL, 2004a; IBASE, 2008; ROCHA, 2013). Sua implementação unificou programas federais de transferência de renda como o Cartão Alimentação, Bolsa Escola, Bolsa Alimentação e Auxílio Gás e, mais recentemente, o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) (Medida Provisória nº 132, de 2003 convertida na da Lei 10.836, de 09/01/04).

O PBF utiliza a renda monetária como critério de elegibilidade, considerando como corte para ingresso das famílias no programa, valor da renda *percapita* inferior a R$77 reais para famílias extremamente pobres e, menor de R$154 reais para famílias pobres. Com isso, a pobreza abarcada na ótica do PBF, se restringe a questão de renda monetária, o que dificulta o seu entendimento e compreensão, uma vez que vai além do simples alcance das necessidades básicas, como moradia e alimentação, envolve fatores como culturais, educacionais, políticos e sociais que se consolidam nas ações cotidianas dos sujeitos (SEN, 2000; MALUF, 2011; BRASIL, 2014a).

Para receber o benefício do programa, as famílias passam pela etapa de registro no Cadastro Único para Programas Sociais (CADÚNICO) do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). Trata-se de banco de dados que possui informações sobre as famílias brasileiras mais vulneráveis, contemplando dados referentes a endereço, composição familiar, renda entre outros. Não há prazo de permanência da família no programa, o vínculo fica restrito à manutenção dos critérios de elegibilidade e ao

cumprimento das condicionalidades (BRASIL, 2007; SILVA e SILVA; YAZBEK; GIOVANNI, 2006; BRASIL, 2012; BRASIL, 2014b).

Atualmente, o PBF contempla 5.570 municípios brasileiros, alcançando mais de 13 milhões (13.696.606) de domicílios beneficiários (MS, 2014a; MS, 2014b). O desenho oficial do Programa objetiva o cumprimento de condicionalidades tanto pelos entes federativos quanto por parte dos beneficiários, que articulados com a oferta de programas sociais ampliam o acesso aos direitos sociais básicos para a população em vulnerabilidade, tais como Educação de Jovens e Adultos (EJA) e qualificação profissional (SILVA e SILVA; YAZBEK; GIOVANNI, 2006; BRASIL, 2010).

Outra característica importante do programa é destinar, em sua maioria, a titularidade do cartão, ou seja, o benefício no nome da mulher, por entender que estas assumem melhor o papel de cuidadoras das famílias (IBASE, 2008). Apesar da literatura nacional ainda apresentar poucos estudos que abarcam sobre a questão das relações sociais de gênero e pobreza, esta pesquisa parte do pressuposto que o benefício do PBF concedido à mulher provoca dinâmicas que modificam os padrões de consumo das famílias, refletindo, desta forma, nas diversas concepções que integram o conceito de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN).

Embora o PBF não seja uma política voltada para as mulheres, alguns estudos apontam que são as relações sociais que produzem determinadas formas de consumo e de acesso à alimentação (IBASE, 2008; MARIANO; CARLOTO, 2013). Assim, a proposta desse trabalho é analisar como o benefício do PBF é utilizado pelas mulheres titulares residentes de Duque de Caxias e quais os sentidos e significados atribuídos por estas mulheres ao recebimento do recurso.

Estudar profundamente as relações sociais de gênero não foi o objetivo central desta pesquisa, porém partiu-se do pressuposto que as análises apreenderam os sentidos e significados que as mulheres atribuem ao benefício no intuito de contribuir para a compreensão do PBF, possibilitando auxiliar estudos posteriores sobre pobreza e gênero. Além disso, aspira-se o melhor entendimento sobre o programa como delineamento da pesquisa acima referida, que possuem três componentes articulados entre si, a investigação sobre o contexto político institucional do PBF, a etapa quantitativa e a etapa qualitativa, esta última desenvolvida pela autora desta dissertação.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 A pobreza e as concepções de Georg Simmel

A pobreza tem sido alvo de diversos debates e estudos acadêmicos em virtude de ser um problema recorrente na história da sociedade, apresentando diversas abordagens a depender da área e dos autores que discutem o tema. Apesar de ainda haver certo nível de descaso sobre o problema da pobreza no Brasil, ocorre na sociedade civil um desejo para que seja combatida e suas consequências minimizadas. Porém, para que isso aconteça é preciso compreender as várias causas e repercussões em torno deste fenômeno social, que não é de fácil entendimento.

Ainda que a pobreza já tenha sido mensurada somente pela variável renda, hoje é discutida como uma questão que envolve diversos fatores, como o econômico, o social e o cultural, que estão intimamente entrelaçados interferindo na qualidade de vida dos sujeitos, tornando-a um conceito multidimensional.

Uma das causas da pobreza é determinada pela forma como a sociedade se organiza economicamente. A exploração do trabalho pelo capital e a alienação da classe trabalhadora, criada pelo sistema de exploração, que a impede de ter consciência dos próprios problemas e necessidades, contribui para fortalecer um padrão de vida determinado pela classe dominante. A partir de seu próprio julgamento e discernimento, reforçam ações desrespeitosas e humilhantes, implicando em agressões morais e sociais à identidade dos sujeitos pobres. Assim, ao destoarem às regras ou aos padrões estipulados pela elite não são compreendidos em suas atitudes e, consequentemente, excluídos. Do mesmo modo, a falta de reconhecimento atribuída a esses sujeitos é resultado do não entendimento de suas vivências e experiências (SCHWARTZMAN, 2004; REGO; PINZANI, 2013).

Georg Simmel, sociólogo alemão e um dos fundadores da sociologia da pobreza, em seu ensaio "*El Pobre*" de 1903, já trazia interpretações que continuam bastante atuais sobre este fenômeno. Na sua obra, o autor discute a pobreza como uma forma de interação social e a conceitua como um fenômeno relacional, que leva em conta o contexto social vigente. Para ele, cada classe social possui suas necessidades básicas e o fato de não atingi-las pode significar um estado de pobreza. Desta forma, essa não pode ser definida como um estado quantitativo ou pela renda monetária, mas pela relação social que é produzida pelos que

possuem mais recursos do que outros, ou seja, para cada classe há uma medida, podendo haver uma pessoa individualmente pobre, sendo socialmente rica. Portanto, considerar quem é pobre como aquele que não atinge suas necessidades é reduzir o conceito a um critério relativo, pois não é tarefa fácil elencar uma medida de necessidade. Para Rocha, ser pobre significa "não dispor dos meios para operar adequadamente no grupo social em que se vive" (ROCHA, 2006, p. 11).

Ainda para Simmel, do ponto de vista sociológico, não importa falar de qualquer pobre, mas daquele que provoca uma reação social, pois esse recebe o socorro e a assistência. Os pobres que não são assistidos não estabelecem o caráter relativo do conceito de pobreza. Ao ser assistido, o pobre torna-se pobre socialmente, o que denota uma identidade social de reconhecimento da pobreza, ou seja, para este autor, a assistência que alguém recebe publicamente determina sua condição de "ser pobre".

A condição de ser pobre se pronuncia pela correlação entre o direito e dever, conceitos também discutidos na obra de Simmel. Assim, salienta que se um indivíduo passa por necessidade, o mesmo tem direito à assistência, devendo esta ser oferecida pela coletividade ou Estado. A partir deste fundamento, pressupõe-se que a assistência é um direito e, por isso, o pobre, não deve ser subordinado à humilhação e a desqualificação por ser assistido. Contudo, este autor já afirmava que a beneficência moderna se utiliza da assistência como uma forma de controle social, onde o objetivo não é equalizar os bens materiais entre ricos e pobres e, sim manter a estrutura social vigente (COURA, 2009).

Ao agregar neste trabalho as contribuições de Georg Simmel no campo da sociologia da pobreza, tentamos aprofundar o entendimento sobre as relações sociais aos quais os pobres estão submetidos e elucidá-las nos traz possíveis esclarecimentos a respeito do cotidiano vivenciado e experenciado pelas titulares do Programa Bolsa Família.

Entretanto, este esclarecimento não deve ser embasado somente em questões elaboradas por pensadores acadêmicos. A situação de pobreza deve ser relatada e entendida por meio dos indivíduos que as vivenciam e as experenciam frequentemente e, por mais que esta autora não seja a porta voz destes indivíduos, muitas das falas aqui apresentadas são vozes ditas pelas mulheres. Dar voz a esses sujeitos implica na tentativa de garantir o direito às suas opiniões, vontades e motivações sem impor um papel questionador e de julgamento. Por isso, é preciso avaliar as condições nas quais as pessoas vivem, bem como aproximar-se

de suas vivências para aprimorar a atuação de planejamento sobre essas múltiplas dimensões (JOCHOLOVICH e BAUER, 2002; MALUF, 2011).

Adicionalmente, quando pensada sobre a questão alimentar, cabe salientar que a pobreza e a fome apresentam conceitos distintos, porém seus dimensionamentos são frequentemente confundidos, uma vez que no cotidiano podem apresentar-se concomitantemente. Passar fome se configura no não acesso e disponibilidade a alimentos em quantidade e qualidade nutricionais suficientes. Desta forma, a não satisfação humana do comer alimentos é essencialmente considerada uma expressão da pobreza. Em contrapartida, indivíduos em situação de pobreza possuem acesso a recursos que os impedem de passar fome, tais como doações, programas sociais e redes de apoio (BURLANDY; SALLES-COSTA, 2009).

Entretanto, somente a obtenção das necessidades energéticas não é o suficiente para afirmar que um indivíduo não tenha fome. Como afirmado pelo médico e geógrafo Josué de Castro, existe uma *"fome oculta, na qual pela falta permanente de determinados elementos nutritivos, em seus regimes habituais, grupos inteiros de populações se deixam morrer lentamente de fome, apesar de comerem todos os dias"* (CASTRO, 1946, p. 21). Essa afirmativa de Josué de Castro reitera que a fome não é somente o fato de comer alimentos todos os dias, mas comer alimentos que possuam nutrientes essenciais para manter o organismo em pleno funcionamento.

Embora, como relatado anteriormente, a pobreza seja influenciada por diversos fatores, a ausência de renda monetária ainda é considerada fator preponderante para sua manutenção. Assim, em um país como o Brasil, onde permanece a existência de desigualdades na distribuição dos rendimentos, a localização do domicílio acaba por definir os indivíduos que terão acesso aos bens e serviços de melhor qualidade (BURLANDY; SALLES-COSTA, 2009; MALUF, 2011). Em estudo realizado por Santos e Kerstenetzky (2007) que trabalharam com pobreza como privação de liberdade na favela do Vidigal, no Rio de Janeiro, demonstrou que apesar da favela não ser considerada pobre sob o ponto de vista da renda *per capita*, apresentava baixos índices de funcionamentos, como boa escolaridade, comer adequadamente e participação da vida em sociedade. Por estas razões, Vidigal, como um todo, foi considerado um local pobre.

Refletindo sobre a questão da pobreza e nas implicações as quais esta situação pode ocasionar para o desenvolvimento social do país foi criado, em 2003, o Programa Bolsa

Família (PBF). Seu surgimento se dá dentro de um processo histórico de discussão sobre o tema, que se inicia a partir do debate da fome como uma questão social e chega a uma construção da alimentação como processo sociocultural. Neste sentido, cria-se um programa de transferência direta de renda com condicionalidades, com a intenção de diminuir as desigualdades sociais entre os povos da nação, com ações de educação, saúde e assistência social e estimular a emancipação das famílias beneficiadas.

Ainda que a situação de pobreza não seja ao todo resolvida por um programa de transferência de renda, de certo, este tipo de política tem contribuído para a redução da pobreza no país. Pois, em um país como o Brasil, onde há persistência na economia brasileira da desigualdade na distribuição dos rendimentos, a baixa renda ainda é considerada como a razão principal da causa da pobreza, pois implica na privação das necessidades básicas, como, por exemplo, a alimentação (SEN, 2000; ROCHA, 2011; MALUF, 2011; REGO; PINZANI, 2013).

2.2 O Programa Bolsa Família: histórico e desenho de gestão

As discussões no Brasil a respeito dos Programas de Transferência de Renda (PTR) iniciaram-se a partir de debates sobre as políticas de proteção social, que começaram a ocorrer insipidamente, como resultado da crise econômica que assolou o mundo em 1930. Com a quebra da bolsa de Nova Iorque, o mundo foi atingido pela crise econômica gerando modificações nas estruturas sociais. O Brasil deixou de ser um país agrícola e, com o crescimento de indústrias sofreu transição em sua estrutura econômica, consolidando em um novo modelo, o urbano-industrial. Com esta transformação econômica, houve a expansão da desigualdade ocasionando aumento da pobreza e da exclusão de parcela da população. Neste momento, surgem novos atores políticos como a burguesia e o operariado urbano, sendo este último, grande responsável por lutas e conquistas de políticas de proteção social (OLIVEIRA; PINTO, 2005; SILVA *et al*, 2006; SILVA *et al*, 2007).

O primeiro governo de Getúlio Vargas, na década de 1930, teve marco na história do Sistema de Proteção Social Brasileiro, com a criação dos Institutos de Aposentadorias e Pensões e do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. Aos Institutos, eram permitidos somente os trabalhadores urbanos assalariados contribuintes. Nesta época, houve também, a

regulamentação das leis trabalhistas e previdenciárias com a instauração da jornada de trabalho de oito horas, a regulação do trabalho de mulheres, direito às férias, a criação da carteira de trabalho e a regulamentação do salário mínimo, posteriormente consolidada pela Lei Trabalhista em 1943 (OLIVEIRA; PINTO, 2005).

A partir de 1980 as discussões referentes aos PTR ampliam-se de forma mais diretiva. A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, a chamada Constituição Cidadã, concretiza a universalização dos direitos sociais básicos e a ampliação dos direitos de cidadania. Ficou estabelecido que a assistência social, a saúde e a previdência seriam políticas estruturantes da seguridade social do país, aproximando-se de um ideal de justiça e igualdade (SILVA *et al*, 2006; FONSECA; ROQUETE, 2007; SILVA, 2007b).

Nesta época, o Brasil ainda enfrentava uma transformação econômica e passava por processo de mudanças sociais que traziam como consequências o desemprego estrutural e a precarização do trabalho, gerando a ampliação e disseminação da pobreza. Visto a restrição de políticas abrangentes e universais para a população mais pobre e o distanciamento das propostas instauradas na Constituição, surge na agenda pública brasileira debates sobre os PTR (SILVA *et al*, 2006; SILVA, 2007a; SILVA *et al*, 2007).

Para Silva *et al* (2006), os PTR apresentam um fator emergencial, caracterizado pela transferência monetária, relacionado a um fator compensatório, traduzido por medidas no campo da educação, da saúde e do trabalho. Para esta autora, o fator compensatório corresponderia a um elemento estruturante, necessário para romper com o ciclo intergeracional da pobreza. Assim, os PTR se inserem no Sistema de Proteção Social Brasileiro sendo compreendidos *"como aqueles que atribuem uma transferência monetária a indivíduos ou famílias"*, de forma compensatória, com vistas a romper com o *"ciclo vicioso que aprisiona grande parte da população brasileira nas amarras da reprodução da pobreza"* (Silva *et al*, 2006, p.19). Desta forma, os PTR sugerem um papel positivo na redução da pobreza, visto que as famílias possuem autonomia na gestão do dinheiro.

Silva (2006) apresenta o panorama histórico da construção dos Programas de Transferência Condicionada de Renda (PTCR) em cinco momentos importantes. O primeiro ocorre em 1991, quando o debate sobre os PTCR entram na agenda pública federal, sendo apresentado no Senado Federal, o Projeto de Lei nº 80/1991, do senador Eduardo Suplicy, que propõe o Programa de Garantia da Renda Mínima (PGRM). Tal programa se destinaria a todos os brasileiros com faixa etária superior a 25 anos e com renda correspondente a Cr$

45.000,00 na época. Atualmente, os programas de renda mínima são entendidos no contexto brasileiro como os PTR, constituindo na principal estratégia da Política de Assistência Social do Sistema Brasileiro de Proteção Social (BRASIL, 1991; OLIVEIRA; SOARES, 2007).

Ainda em 1991, o segundo momento histórico de criação dos PTCR, ocorre quando há necessidade de articulação da garantia de uma renda monetária com a educação, característica que marca o PBF na atualidade. Neste contexto, a família passa a ser a unidade de atenção dos PTCR (SILVA, 2006; SILVA *et al*, 2006; SILVA, 2007a; BURLANDY, 2007). Desta forma, é proposta a renda monetária equivalente a um salário mínimo para toda família pobre que mantivesse seus filhos ou dependentes de sete a catorze anos na escola pública. Considera-se que compensar financeiramente às famílias pobres para garantir à ida dos filhos à escola era uma forma de impedir ou, ao menos, minimizar, a ocorrência do ciclo da pobreza (SILVA *et al*, 2006).

Todavia, é somente a partir de 1995, que se amplia intensamente o debate, quando se destacam municípios como Campinas (Programa de Garantia de Renda Familiar Mínima), Ribeirão Preto (Programa de Garantia de Renda Familiar Mínima), Santos (Programa Nossa Família) e Brasília (Programa Bolsa Escola) que passam a adotar os respectivos programas. Estes programas eram voltados às famílias pobres e as iniciativas objetivavam combater a pobreza, eliminar o trabalho infantil e elevar o grau de escolaridade das crianças e de adolescentes, com a adoção de contrapartidas nas áreas de educação e saúde. Em 1996 são iniciadas propostas e desenvolvidas as primeiras experiências de iniciativa do governo federal com a criação do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) e com o início da implementação do Benefício de Prestação Continuada (BPC), instaurado pela Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS). Este é caracterizado como o terceiro momento (SILVA, 2006; SILVA, 2007a; SILVA, 2007b; OLIVEIRA; SOARES, 2007).

Como quarto momento da criação histórica desse programa, em 2001, o penúltimo ano do governo presidencial de Fernando Henrique Cardoso é instaurado a expansão para todo o país de programas como Bolsa Escola, vinculado à Educação, e o Programa Bolsa Alimentação, vinculado à Saúde, sendo considerados como o eixo central de uma rede nacional de proteção social. O vínculo das famílias a estes programas estava condicionado à frequência escolar mínima das crianças, assim como a participação de ações de saúde pública. A implementação do Programa Bolsa Escola permitiu que vários municípios e

estados começassem a desativar seus próprios PTCR, sendo substituídos pelos Programas Federais (SILVA *et al*, 2006; SILVA, 2007a; SILVA, 2007b; ROCHA, 2013).

Em virtude das dificuldades gerenciais em conhecer as famílias pertencentes aos PTCR, foi criado em 2001, o CADÚNICO, um banco de dados do MDS que contêm informações das famílias mais vulneráveis no país, utilizado para a inserção em Programas Sociais do Governo Federal. O mesmo foi implementado pelo Decreto nº 3877/2001 e, posteriormente revogado pelo Decreto nº 6135/2007. O cadastro é permitido a famílias que possuem renda *percapita* de até 1/2 salário mínimo ou renda mensal total de até três salários mínimos (BRASIL, 2001; BRASIL, 2007; BRASIL, 2012; BRASIL, 2014b). A construção do banco de dados do CADÚNICO teve como objetivo a diminuição dos casos de famílias que não apresentavam os critérios de baixa renda necessários à participação dos Programas Sociais.

O quinto e último momento histórico se tornou importante na história da transferência de renda no país. Em 2003 inicia-se o primeiro mandato do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, trazendo mudanças direcionadas para a construção de uma Política de Transferência de Renda de abrangência nacional. O governo indica como prioridade o enfrentamento da fome e da pobreza no país, com a inauguração do Projeto Fome Zero (PFZ). Articular-se-ia, então, a política econômica à política social na tentativa de enfrentamento à pobreza (SILVA *et al*, 2006; SILVA, 2007a).

Segundo Magalhães *et al*, (2007) as experiências advindas da implementação dos PTCR e do CADÚNICO fortaleceram a proposta de criação do PBF, em 2003. As propostas de unificação dos Programas Nacionais de Transferência de Renda partiram do pressuposto de que a existência de secretarias ou ministérios divergentes na gestão geravam impactos negativos na consolidação das ações. Por ser implementados por ministérios diferentes e ser de responsabilidades de gestores diferenciados, o Programa Bolsa Escola, o Bolsa Alimentação e PETI, responsáveis respectivamente pelo Ministério da Educação, Ministério da Saúde e Ministério da Assistência Social, ocorriam competições entre os mesmos, inclusive para o valor do benefício (SILVA *et al*, 2006).

No intuito de dirimir essas questões e na tentativa de garantir a unificação e expansão dos PTCR, foi criado em janeiro de 2004 o MDS, em substituição ao Ministério da Assistência Social e o Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome (MESA) (SILVA, 2007a).

A criação do Bolsa Família representou uma ruptura com o modelo de proteção social vigente na época. Pois, unifica o público alvo, define os critérios de elegibilidade e a estrutura de gestão de diversos programas de transferência de renda. Outros diferenciais do PBF são: foco na família, a preferência pela mulher como titular do benefício e a adoção da noção de condicionalidades (OLIVEIRA, 2012). Ou seja, para que a família possa receber o benefício é necessário que a mesma cumpra algumas condições. Dentre elas estão a frequência escolar e acompanhamento de crescimento e de saúde das crianças e a frequência dos adultos em atividades de capacitação profissional e educação nutricional (BRASIL, 2004a; BRASIL, 2004b; BURLANDY, 2007).

A criação do Programa Bolsa Família e sua articulação com SAN

Com o início da gestão presidencial de Luiz Inácio Lula da Silva, em 2003, tem-se inaugurado o PFZ, que apresenta como objetivo fornecer quantidade, qualidade e regularidade de alimentos a todos os brasileiros, em especial aos mais pobres (IBASE,s/d; BRASIL, 2010). A partir da criação do PFZ ações de enfrentamento à pobreza e à fome foram fortalecidas, dentre elas, a inauguração do PBF e a consolidação do conceito de SAN, realizada no II Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), em 2004, que se apresenta através do 3º artigo da Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN), nº 11.346/2006. A mesma consiste na:

> (...) realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, econômica e socialmente sustentáveis" (BRASIL, 2006).

A definição de SAN no Brasil foi construída de forma diferenciada ao de outros países. O acréscimo ao termo "nutricional" ao conceito pontuam ações interligadas entre o enfoque socioeconômico e da saúde (MALUF; REIS, 2013). Ademais, o conceito ampliado possui diversas concepções com vistas a articular a "dimensão alimentar" e a "dimensão nutricional" (BURLANDY; SALLES-COSTA, 2009). As diferentes concepções de SAN

envolvem questões referentes à produção, comercialização e abastecimento dos alimentos; o uso indiscriminado dos agrotóxicos na produção dos alimentos; as desigualdades de acesso a terra, renda, emprego e serviços públicos e suas consequências no acesso à alimentação e a vulnerabilidade socioeconômica, alimentar e nutricional de determinados segmentos da população; o desperdício de alimentos, entre outros (BURLANDY, 2007).

Neste sentido, fornecer alimentação de qualidade e saudável significa assegurar o direito à vida. Por a SAN envolver direitos dos cidadãos em relação à "suficiência (proteção contra a fome e desnutrição), à qualidade (prevenção de males associados à alimentação) e à adequação (preservação de cultura alimentar) dos alimentos e da alimentação" (MALUF, 2011, p. 20), ocorre subordinação da SAN ao Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA). Para que ocorra a garantia deste direito, deve-se respeitar a diversidade de culturas e de hábitos da população (MALUF, 2011; MALUF; REIS, 2013). Assim define-se o DHAA (ABRANDH, 2010):

> O direito à alimentação adequada é um direito humano inerente a todas as pessoas de ter acesso regular, permanente e irrestrito, quer diretamente ou por meio de aquisições financeiras, a alimentos seguros e saudáveis, em quantidade e qualidade adequadas e suficientes, correspondentes às tradições culturais do seu povo e que garanta uma vida livre do medo, digna e plena nas dimensões física e mental, individual (ONU, 2002).

Em concordância com estes conceitos ampliados, a superação da fome não é suficiente para retratar que houve a garantia da SAN, se as ações envolvem violação dos direitos culturais e sociais dos grupos. Importante destacar que a alimentação não está isolada dos contextos culturais, psicossociais e econômicos, logo oferecer alimentos que não fazem parte da vivência dos indivíduos implica em uma ideia restrita desta noção (BURLANDY, 2007; BURLANDY; SALLES-COSTA, 2009).

A garantia da SAN refere-se à forma como uma sociedade organizada, por meio de políticas públicas, pode e deve garantir o DHAA a todos os cidadãos. O exercício do DHAA permite o alcance, de forma digna, do estado de SAN e da liberdade para exercer outros direitos fundamentais (BRASIL, 2014).

Na tentativa de garantir esses direitos, o PFZ apresenta como eixos estruturantes o fortalecimento da agricultura familiar, geração de renda, articulação, mobilização e controle social e ampliação do acesso aos alimentos. Cada eixo apresenta programas e ações

diferenciados, articulados entre si, no auxílio a esses objetivos. No último, encontra-se o PBF. A instauração dessas ações significa assegurar o DHAA e promoção da SAN.

Em outubro de 2003, o governo federal abandonou o Cartão Alimentação do PFZ devido a desacertos no desenho e na execução do mesmo e instaurou o novo programa de transferência de renda, o PBF. Criado pela Lei nº 10.836 de 09 de janeiro de 2004, o PBF unificou os PTCR pré-existentes, como o cartão alimentação, bolsa-escola, auxílio gás e bolsa alimentação, priorizando a família como unidade de intervenção. Envolveu mudanças na administração da política de transferência de renda ministerial, pois os PTCR apresentavam dificuldades operacionais como a concorrência das ações e do público alvo, a competitividade entre os setores responsáveis e a falta de uma coordenação geral. O novo programa ampliou significativamente a clientela-alvo, já que universalizou a elegibilidade do benefício para todas as famílias de baixa renda, independente do tamanho e da composição familiar, como a presença de crianças (BRASIL, 2003; BURLANDY, 2007; ROCHA, 2013).

O objetivo principal do PBF é combater a pobreza e erradicar a fome, promover acesso à rede de serviços públicos, como educação e saúde, mas também apresenta como propósito promover a SAN. Parte do princípio de que um incremento na renda familiar promove uma melhora no estado nutricional das famílias brasileiras, principalmente o infantil. Estudos comprovam que as famílias atendidas tendem a gastar uma proporção importante do dinheiro com a compra de alimentos, principalmente para as crianças (BRASIL, 2006; BURLANDY, 2007; IBASE, 2008; PAES-SOUZA; SANTOS; MIAZAKI, 2011). Assim, mesmo que não seja foco do programa garantir a SAN, o mesmo contribui para que os beneficiários alcancem uma condição mínima de SAN, devido a garantia de uma renda mensal que possibilite o consumo regular de alimentos em quantidade e qualidade adequadas (OLIVEIRA, 2012).

O PBF está estruturado em três eixos de ação que devem ser operacionalizados de forma articulada: a transferência direta de renda, o cumprimento das condicionalidades pelas famílias beneficiárias e a coordenação de programas complementares. A transferência direta de renda possui caráter mais emergencial, de alívio das famílias da situação de pobreza, enquanto que os outros eixos são vinculados a ações mais estruturantes, como o compromisso com a frequência escolar e o acompanhamento da saúde.

O PBF é destinado a populações pobres brasileiras, porém este programa leva em consideração somente um fator determinante da pobreza: a renda monetária. Atualmente, o PBF destina-se a núcleos familiares que se encontram em situação de extrema pobreza e pobreza, caracterizadas pela renda familiar mensal *per capita* de até R$ 77,00 para famílias extremamente pobres e de R$ 154,00 para famílias pobres. O benefício básico se ocupa a destinar R$ 77,00 para as unidades familiares que se encontram em situação de extrema pobreza. As famílias que são extremamente pobres recebem o benefício básico mais os benefícios variáveis, de acordo com a composição familiar. Os benefícios variáveis são de R$ 35,00 para famílias que possuem gestantes, nutrizes, crianças entre zero a quinze anos, não podendo exceder a cinco benefícios por família e para adolescentes entre dezesseis e dezessete anos no valor de R$ 42,00, não podendo exceder a dois adolescentes por família, como demonstrado no Quadro 1 (BRASIL, 2014a).

Quadro 1: Benefícios financeiros concedidos às famílias cadastradas no Programa Bolsa Família.

Perfil da família	**Benefício básico**	**Benefício Variável** (criança entre 0 a 15 anos, gestante e nutriz)	**Benefício Variável** (adolescente entre 16 e 17 anos)
Família com renda *per capita* de até R$ 77,00 por mês	R$ 77,00	R$ 35,00 (máximo de 5 benefícios por família)	R$ 42,00 (máximo de dois adolescentes por família)
Família com renda *per capita* entre R$ 77,01 até R$ 154,00 por mês	-	R$ 35,00 (máximo de 5 benefícios por família)	R$ 42,00 (máximo de dois adolescentes por família)

* Valores atualizados segundo o Decreto nº 8.232, de 30 de abril de 2014.

Assim, as famílias extremamente pobres tem direito a receber o benefício básico e os benefícios variáveis a depender da composição familiar, enquanto as famílias consideradas pobres tem direito a receber apenas os benefícios variáveis. As famílias em situação de extrema pobreza recebem um mínimo de R$ 77,00 reais e o máximo de R$ 336,00, enquanto que as famílias pobres recebem um mínimo de R$ 35,00 e o máximo de R$ 259,00.

Para receber o benefício do programa, o município de referência deve cadastrar as famílias por meio dos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) ou pela Secretaria de Assistência Social. O domicílio deve ser registrado no CADÚNICO do MDS,

que é um banco de dados que possui informações sobre as famílias brasileiras mais vulneráveis. Este é utilizado pelas três esferas de governo e pretende identificar potenciais beneficiários dos programas sociais, buscando proporcionar melhor focalização e evitar a sobreposição de programas a uma mesma família (IBASE, s/d). O vínculo da família ao PBF fica restrito à manutenção dos critérios de elegibilidade e ao cumprimento das condicionalidades (BRASIL, 2004b; SILVA e SILVA; YAZBEK; GIOVANNI, 2007).

Para que continuem a receber o benefício, a família cadastrada deve cumprir condicionalidades no setor saúde e educação. Na saúde, as crianças menores de sete anos devem ter o crescimento e desenvolvimento monitorados, além do calendário de vacinação atualizado. As mulheres entre 14 e 44 anos também devem ser monitoradas nas unidades básicas de saúde de referência para acompanhamento nutricional com a averiguação de peso e estatura. E, se gestantes ou nutrizes, devem realizar o pré-natal e o acompanhamento de saúde da mãe e do bebê. Na educação, crianças e adolescentes entre 6 e 15 anos devem possuir frequência escolar mínima mensal de 85% e os adolescentes entre 16 e 17 anos, a frequência mínima exigida é de 75% (MDS, 2014).

Há diferentes visões sobre a questão das condicionalidades impostas pelo PBF. Para o MDS, as condicionalidades contribuem no acesso às políticas de saúde e educação na superação da pobreza e para a inclusão social. Para o Governo Federal, a construção de uma sistemática rede de acompanhamento das condicionalidades do PBF é uma responsabilidade compartilhada entre a família, que deve buscar o exercício de seus direitos de cidadania, e o poder público, que deve ofertar os serviços em quantidade e qualidade adequadas às necessidades da população (IBASE, s/d).

Entretanto, alguns autores (ZIMMERMANN, 2006; SILVA, 2007a) salientam que o cumprimento das condicionalidades para receber o benefício não está pautado na ótica do Direito Humano, sugerindo assim, que o PBF estaria violando a garantia deste direito. Segundo Zimmermann (2006, p.6), "*sob a ótica dos direitos humanos, a um direito não se deve impor contrapartidas, exigências ou condicionalidades, já que a condição de pessoa é o requisito único para a titularidade de direitos*". Por outro lado, como afirmam Monerrat *et al* (2007), no Brasil a exigência do cumprimento das condicionalidades se afirma como uma tentativa de ruptura do ciclo da pobreza, visto que o país apresenta diversas fragilidades no processo de garantia de proteção social.

Embora essa discussão aconteça, os últimos estudos realizados sugerem que as condicionalidades de saúde provocam melhoras no estado nutricional de crianças, demonstrando impacto positivo do programa na vida de seus beneficiários, para além da superação das situações de pobreza e miséria. Por exemplo, no estudo que investigou os efeitos do PBF na nutrição infantil realizado entre crianças com idade entre 12-35 meses e 36-59, em 419 municípios brasileiros, os autores observaram que das crianças incluídas no programa, 19% (12-35 meses) e 41% (36-59 meses) possuíam maior chances de ter altura adequada para idade, quando comparadas com crianças que não recebiam o benefício do programa (PAES-SOUZA; SANTOS; MIAZAKI, 2011). Outro estudo realizado com crianças de até cinco anos de idade beneficiarias do PBF, que possuíam registro de peso ou estatura no Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional entre os anos de 2008 a 2012, avaliou modificações na saúde das crianças revelando redução de 9% na prevalência de déficit de estatura no período investigado. No mesmo trabalho, os autores observaram também, tendência de declínio da desnutrição em todas as regiões brasileiras, principalmente nas regiões Norte (11,6%) e Nordeste (9,9%) (JAIME *et al*, 2014).

Nesse sentido, ao ampliar o acesso aos serviços de saúde e educação, pelas condicionalidades, o BF colabora para o rompimento do ciclo de reprodução da pobreza entre gerações. Entretanto, cabe considerar que as condicionalidades do programa não deveriam ser compromissos assumidos somente pelas famílias, mas também pelo poder público nas áreas de saúde e educação, que deveriam fornecer serviços de qualidade para que ocorra a garantia dos direitos da população (BRASIL, 2004b). Mariano e Carloto (2009) ressaltam que, para que o PBF se torne uma política de direitos, seria necessário que a gestão do programa criasse mecanismos de estímulo às famílias beneficiárias a participar e frequentar os serviços de saúde e educação, sem necessariamente tornar essas ações partes obrigatória para a concessão dos benefícios.

Em relação ao consumo alimentar dos beneficiários, estudos que avaliaram como o PBF contribui para as famílias beneficiadas salientam estabilidade e aumento significativo na quantidade e variedade dos alimentos. Entretanto, como destacado por Segall-Corrêa e Salles-Costa (2008), o poder de compra não refletiu necessariamente na qualidade da dieta consumida. Como salienta as autoras, as escolhas alimentares não são determinadas somente por decisões baseadas nos preços dos alimentos e na qualidade nutricional dos mesmos. São influenciados, além do valor econômico, no valor simbólico que os alimentos representam

para um grupo de indivíduos, especialmente os destinados para o público infantil. Assim, o resultado encontrado culmina em um perfil alimentar que corrobora para os vários impactos que podem ocasionar na SAN da população beneficiária (IBASE, 2008).

No estudo realizado por Antunes *et al* (2008), no município de Duque de Caxias, as autoras avaliaram o consumo alimentar infantil de acordo com a severidade das categorias de insegurança alimentar de crianças menores de 30 meses da região. De acordo com as autoras, crianças pertencentes a famílias que se encontravam em insegurança alimentar leve consumiam mais alimentos dos grupos das hortaliças, dos doces, dos açúcares, de café e menos cereais quando comparadas com crianças que se encontravam em situação de segurança alimentar. Foi percebido, também nesse trabalho que crianças que se encontravam em situação de insegurança alimentar moderada e grave possuíam baixo consumo de cereais, hortaliças, frutas, carnes, ovos, gorduras e o consumo elevado de café.

Entretanto, apesar de imprescindível a avaliação da efetividade do PBF por meio de análises estatísticas, o presente estudo parte da premissa que análises de dados de consumo alimentar e de averiguação da diminuição da ocorrência da fome por medidas antropométricas não são capazes de assentir, isoladamente, que famílias estão saindo da condição de pobreza, visto que a mesma pode ser influenciada por diversos fatores sociais (SALLES-COSTA; BURLANDY, 2009; MALUF, 2011; REGO; PINZANI, 2013). Neste sentido, este estudo acredita que para a compreensão e entendimento das transformações que tem ocorrido na vida dos beneficiários é imprescindível ouvi-los.

2.3 A mulher como a titular do Programa Bolsa Família

Embora o PBF não seja uma política social voltada exclusivamente às mulheres, uma importante característica é destinar a titularidade do benefício à elas, pois, segundo a gerência do programa, essas assumem o papel de cuidadoras e de responsabilidade pelo bem-estar da família, ampliando estratégias de sobrevivência da mesma (BRASIL, 2004b; IBASE, 2008).

Não cabe neste estudo realizar uma revisão de literatura a respeito das relações de gênero e analisar as implicações que as políticas sociais de transferência de renda podem ocasionar sobre o papel social das mulheres pobres, entretanto, o benefício vinculado à

figura feminina, principalmente à mulher-mãe, pode gerar impactos positivos nas diferentes concepções que envolvem o conceito de SAN, justamente por entender que elas possuem um papel mais cuidadoso no que se refere à saúde da família e, principalmente na de seus filhos (IBASE, 2008).

Há na literatura estudos que apontam que o recebimento do benefício do PBF vinculado ao nome da mulher provoca nelas maior autonomia, justamente por promoverem o uso mais consciente e efetivo de um recurso relativamente pequeno, evitando desperdícios (IBASE, 2008; MARIANO; CARLOTO, 2009; MOREIRA *et al*, 2012; PIRES, 2012; MARIANO; CARLOTO, 2013). Desta forma, supõe-se que o poder de liberdade na gestão do dinheiro pode ocasionar melhoras no consumo e variedade dos alimentos, proporcionando melhoria na qualidade de SAN das famílias.

Na pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE) em 2008, com beneficiários do PBF, mais de 90% dos titulares do benefício eram mulheres, chegando a 95,3% na Região Sudeste. Pelo programa, é a mulher que recebe o "compromisso" das responsabilidades relacionado ao cumprimento das condicionalidades, tais como: matricular as crianças na escola e garantir sua frequência; realizar o acompanhamento de saúde e do estado nutricional e participar de ações de educação alimentar oferecidas pelo governo (BRASIL, 2004a). A argumentação da gerência do programa é que estas atribuições ajudam as mulheres a desenvolverem sua autonomia e a exercer sua cidadania (BRANCO, 2013).

No mesmo estudo (IBASE, 2008), sobre as repercussões do PBF, ao serem questionadas sobre serem as titulares do benefício, as entrevistadas responderam que acreditavam: (1) conhecer melhor as necessidades da família; (2) gastavam o dinheiro com alimentação e com os filhos; (3) eram melhores administradoras do dinheiro; (4) e se autodeclararam responsáveis pela família. Com isso, foi concluído que para o grupo de mulheres pobres, recebedoras do benefício, estava aceita à identidade de gênero, pois, segundo suas visões de mundo, eram comuns que as atividades fossem divididas desta forma.

Da mesma forma, em estudo realizado por Rego e Pinzani (2013), em Alagoas, Piauí, Vale do Jequitinhonha, Recife e Maranhão os autores observaram, através de entrevistas, que as mulheres consideram positivo o fato do cartão do BF estar vinculado ao seu nome, pois desta forma passam a ser reconhecidas como responsáveis pela gestão da economia

doméstica. Ademais, como consequência, permite se observar como sujeitos atuantes na sociedade.

Entretanto, autores como Mariano e Carloto (2009), levantaram considerações que o PBF deveria oferecer mais contribuições na luta pelas desigualdades se viesse a incorporar concepções mais críticas a respeito dos papéis de gênero. Para eles, o PBF, por ser uma estratégia de combate à pobreza, pode desenvolver mecanismos que reforçam a tradicional figura feminina às tarefas domiciliares e reprodutivas, ficando a cargo da mulher a responsabilidade no cumprimento de intervenções para superação da pobreza.

Assim, cabe compreender, por meio de entrevistas com mulheres titulares do PBF residentes de Duque de Caxias, os significados e sentidos das experiências e vivências do recebimento do benefício do Programa.

3. JUSTIFICATIVA

Com base no exposto e considerando a importância do PBF como estratégia de redução da pobreza e a miséria no Brasil e, levando em consideração que as mulheres são as preferenciais pela gerência do programa para a titularidade do recurso, torna-se importante ouvi-las para compreender os sentidos e significados do recebimento do benefício.

Logo, ouvir as mulheres residentes em um município de grande porte, com Duque de Caxias implica em uma forma de acesso a realidade desses indivíduos, pois os fatos se expressam por meio de quem vivencia os acontecimentos.

Para isso, essa dissertação apresenta as seguintes especificidades:

3.1 OBJETO DE ESTUDO

Constituem o objeto de estudo, os sentidos e significados do recebimento do benefício do Programa Bolsa Família para mulheres titulares.

3.2 QUESTÕES DE ESTUDO

1- Como o benefício do Programa Bolsa Família é utilizado pelas mulheres titulares?

2- Quais os sentidos e significados do recebimento do benefício do PBF para as mulheres titulares?

4. OBJETIVOS

4.1 Objetivo Geral

Compreender os sentidos e significados atribuídos pelas mulheres titulares ao benefício do Programa Bolsa Família.

4.2 Objetivos Específicos

- Identificar as prioridades definidas pelas mulheres titulares para o uso do benefício do PBF; (questão norteadora 1)

- Analisar os sentidos e significados que as mulheres beneficiárias do PBF tem sobre o recebimento do benefício; (questão norteadora 2)

- Compreender os sentidos e significados da alimentação para as mulheres titulares do PBF. (questão norteadora 2)

5. PERCURSO METODOLÓGICO

Este estudo apresenta como característica ser uma pesquisa qualitativa, descritiva, do tipo exploratória, pois buscou-se obter maior familiaridade sobre o assunto, registrar e interpretar os fatos. A intenção é adquirir maior conhecimento sobre o PBF, esse que completa uma década de existência e que apresenta resultados favoráveis à redução da pobreza (FAO, 2014). Contudo, conhecer em uma perspectiva diferenciada do que tem sido descrito na literatura, priorizando a *voz* da mulher titular como elemento chave para se obter este entendimento.

O problema que deu origem a esta pesquisa está inscrito na perspectiva interpretativista e baseia-se no pressuposto de que, para se compreender o mundo das experiências e vivências dos indivíduos frente ao contexto sociocultural em que vivem , é necessário buscar o ponto de vista de quem as vive (GEERTZ, 1989). Neste sentido, buscamos compreender os sentidos e significados do recebimento do benefício do PBF para as mulheres titulares. Para isso, a abordagem qualitativa foi o método utilizado no presente trabalho, através da técnica de entrevistas narrativas, possibilitando, assim, valorizar as intersubjetividades e os significados atribuídos pelos sujeitos às suas próprias experiências de vida. Por meio das entrevistas as mulheres expressaram suas experiências, sendo então, no processo interpretativo, extraídos os sentidos das ações dos sujeitos e das relações sociais, permeados de valores e emoções (MINAYO, 2000). Com isso, esta pesquisa se pauta em concepções advindas da sociologia compreensiva, no referencial teórico da Hermenêutica de Profundidade (HP) proposta por John B. Thompson (2011) e tendo como perspectiva analítica a Análise de Conteúdo (AC) proposta por Bardin (2009), em sua modalidade temática.

O referencial teórico da HP propõe, conjuntamente a outros métodos complementares, a análise da dimensão simbólica dos sujeitos, entendido como qualquer forma de expressão humana. A interpretação é entendida como a re-interpretação elaborada pelo pesquisador sobre as interpretações dos próprios sujeitos a respeito dos seus modos de vida. Ou seja, é realizada uma interpretação da interpretação da dimensão simbólica dos entrevistados e analisadas conjuntamente com o contexto social-histórico ao qual estes indivíduos pertencem (VERONESE; GUARESCHI, 2006).

Em virtude das expressões utilizadas possuírem significados inerentes ao estudo, torna-se importante o esclarecimento dos termos estruturantes que definem a pesquisa qualitativa e que serão constantemente utilizados no decorrer da dissertação.

As pesquisas qualitativas se utilizam das ciências sociais para sua compreensão e apresentam diferença em relação ao objeto de interesse das ciências da natureza, como, por exemplo, a palavra. Para Lev Vygotsky, o significado da palavra pode sofrer modificações de acordo com os processos evolutivos que ocorrem no desenvolvimento do homem, ou seja, o significado assume a característica de ser inconstante. E nesta dinâmica de mudanças de *significados* é que surge a noção de *sentido*. O "sentido" se produz nas práticas sociais, de acordo com as situações do contexto ao qual o indivíduo está imerso, neste caso, com as vivências e experiências da situação de pobreza e com o recebimento do benefício do BF (BARROS, 2009; ASBAHR, 2014).

Importante ressaltar que embora as significações sejam compartilhadas por um mesmo grupo, o reconhecimento e compreensão dos diferentes interlocutores a um determinado ambiente ou situação podem se apresentar de maneira divergente, visto que cada um traz consigo suas histórias e suas palavras (OLIVEIRA; GERALDI, 2010).

Neste mesmo encadeamento, surgem os termos *compreensão* e a *interpretação*, que são conceitos que estão intimamente relacionados. A compreensão é a capacidade de se colocar no lugar do outro, levando em consideração a singularidade que cada indivíduo apresenta e, a interpretação se consolida na continuidade do ato de interpretar. Ao compreender e, logo, possuir a capacidade de interpretar uma fala, uma ação, o pesquisador não deve se limitar a acreditar que é capaz de tudo compreender e interpretar, pois até mesmo os entrevistados possuem capacidade limitada de entendimento de sua vida e de seu mundo (MINAYO, 2012).

Outros termos bastantes presentes são: *experiência* e *vivência*. A experiência é consequência das ações que o ser humano apreende do mundo, enquanto a vivência é resultado dessa experiência, porém tendo sido refletido pelo indivíduo que carrega consigo sua história de vida assim como o contexto ao qual vive e até mesmo a forma pela qual se manifestou determinado acontecimento (MINAYO, 2012).

Desta maneira, para a realização deste estudo elegeu-se como técnica de investigação a entrevista qualitativa. Minayo (2000) considera as entrevistas um instrumento privilegiado

de coleta de informações, pois possibilita encontrar falas reveladoras de condições estruturais, de sistemas de valores, normas e símbolos, e ao mesmo tempo permite transmitir, por meio do indivíduo, representações de determinado grupo social, contextualizadas no processo histórico, socioeconômico e cultural.

Segundo Poupart (2008), o uso da investigação por meio de entrevista qualitativa, apresenta justificativas de ordem epistemológica, ética-política e metodológica. A entrevista qualitativa *"é considerada indispensável para uma exata apreensão e compreensão das condutas sociais (...) e abriria a possibilidade de compreender e conhecer internamente os dilemas e questões enfrentados pelos atores*" (POUPART, 2008, p.216). Assim, se institui como uma "ferramenta de informação" capaz de demonstrar as realidades sociais e como instrumento privilegiado de acesso às experiências dos atores (JOVCHELOVITCH; BAUER, 2002; POUPART, 2008).

O tipo de entrevista selecionado foi o que permitisse que as entrevistadas pudessem discorrer abertamente sobre o questionamento: "*Me conte sua história com o Bolsa Família*". Optou-se pela entrevista narrativa, que permite um discurso mais espontâneo, ou seja, há o fluxo natural de ideias, entretanto o pesquisador determina o tema pedindo que o entrevistado discorra sobre o mesmo, sem que haja interrupção por questões predeterminadas. Dessa forma, as entrevistadas tiveram a oportunidade de falar livremente sobre o assunto proposto (SILVA *et al*., 2006).

As entrevistas narrativas são consideradas como uma forma de entrevista não estruturada, de profundidade e propõe que o entrevistado discorra sobre o tema questionado sem ser interrompido. Nesta técnica, o entrevistador deve permitir que o entrevistado dê um fim natural ao assunto abordado, conhecido como "coda", para que haja influência mínima sobre a história contada (JOVCHELOVITCH; BAUER, 2002).

No processo de preparação da entrevista foi elaborado um roteiro (ANEXO 5), onde questionamentos foram construídos sobre temas que poderiam aparecer durante as entrevistas, funcionando, não como um roteiro de perguntas a serem feitas, mas como um preparo prévio às entrevistas, fruto de leituras e reflexão da pesquisadora em conjunto com as orientadoras. Gaskell (2002), o denomina como uma lista de questões que norteiam a pesquisa, tratando-se de um guia de condução da entrevista. Esta ferramenta se torna importante independente se a entrevista for não estruturada, funcionando como um "lembrete" dos objetivos da pesquisa (SILVA *et al*, 2006).

As entrevistas foram realizadas pela própria autora assim como suas transcrições, utilizando gravador para o registro das entrevistas e para registro das informações observadas após a finalização das entrevistas e do trabalho de campo. No momento da entrevista não foram utilizados cadernos para recordar questionamentos. Foi realizada uma conversa em que se contava somente com a memória da entrevistadora para possíveis perguntas.

O número de mulheres entrevistadas foi definido durante a execução da pesquisa no momento em que se atingiu o “ponto de saturação", percebido quando novas entrevistadas começaram a repetir os conteúdos já obtidos em outras entrevistas. Assim, não se buscou uma representatividade numérica e sim um aprofundamento da temática de estudo (MINAYO, 2000; SILVA *et al*., 2006; GASKELL, 2002).

Foram entrevistadas 10 mulheres, sendo realizada uma única entrevista com cada titular com duração mínima de 18 minutos e duração máxima de 60 minutos. A transcrição fidedigna de todas as entrevistas terminou em novembro de 2014, resultando em 100 páginas digitadas.

5.1 Local de estudo

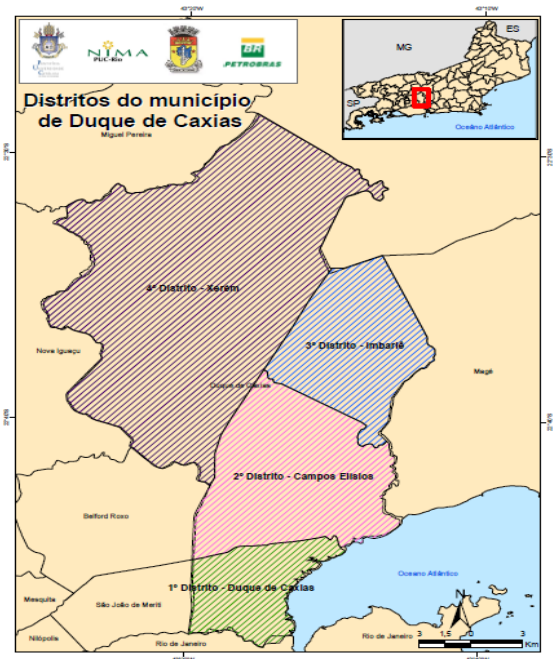


Figura 1. Distrito do Município de Duque de Caxias
Fonte: NIMA/PUC-RIO, 2014.

O presente estudo foi realizado no município de Duque de Caxias, localizado na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, que se apresenta a 27km da capital do estado. Esse é dividido em quatro distritos: Duque de Caxias, Campos Elíseos, Imbariê e Xerém. Possui extensão territorial de 467 km² e aproximadamente 855mil habitantes residentes em situação predominantemente urbana, correspondendo a 5,34% da população do estado do Rio de Janeiro (IBGE, 2011a). O município de Duque de Caxias apresentava, até o início dos anos 2000, 14,5% da população vivendo em pobreza extrema, valor quase duas vezes maior que a média encontrada para o estado do Rio de Janeiro (8,69%) (ROCHA; ALBUQUERQUE, 2007).

Com base em informações recentes do Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil, o município de Duque de Caxias figura o terceiro município mais populoso do Estado e possui o Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) de 0,711, sendo considerado alto. A mesma fonte de dados retrata que a extrema pobreza (medida pela proporção de pessoas com renda domiciliar *per capita* inferior a R$ 70,00, em agosto de 2010) passou de 7,2% em 1991 para 5,7% em 2000 e para 2,8% em 2010 no município em questão (PNUD, 2013a).

A cidade ocupa o segundo lugar no *ranking* de arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadoria e Serviços do Estado (ICMS) e, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o município de Duque de Caxias registrou, em 2008, o 8º maior Produto Interno Bruto (PIB) no *ranking* nacional e o segundo maior do estado do Rio de Janeiro, com um total de 32,3 bilhões de reais (IBGE, 2010).

Atualmente, Campos Elíseos, local de realização desta pesquisa, é considerado uma Unidade de Desenvolvimento Humano (UDH). Possui 28.092 habitantes (IBGE, 2010) e em 2000, o IDHM era de 0,504, passando para 0,622 em 2010, tendo melhorado nos quesitos renda (0,581 - 0,621), longevidade (0,700 - 0,741) e educação (0,314 - 0,523) (PNUD, 2013b).

Campos Elíseos abriga a sede administrativa do município e é uma região densamente povoada concentrando 30% da população municipal e situa o principal polo de produção de petróleo do estado, a Refinaria de Duque de Caxias (REDUC) (DUQUE DE CAXIAS, 2012). Apesar disso, sua população convive com condições de pobreza, onde há dificuldade no acesso a bens e serviços e desigualdade na distribuição de renda, sendo o distrito de menor renda *percapita* do município (SALLES-COSTA *et al*, 2008). Em estudo realizado pelos mesmos autores, quando aplicada a Escala Brasileira de Insegurança

Alimentar (EBIA), demonstrou-se que 53,8% dos domicílios de Campos Elíseos sofriam diferentes graus de Insegurança Alimentar (IA): 31,4% referiram insegurança alimentar leve, 16,1%, insegurança alimentar moderada e 6,3%, insegurança alimentar grave. Além disso, o valor de IA encontra-se superior a média nacional de 34,8%, aproximando-se da região Nordeste, com 53,6%. Com isso, contata-se que Campos Elíseos apresenta extremos contrastes econômicos e sua população ainda vive em condições de alta vulnerabilidade social.

Importante destacar que para o entendimento do território do distrito de Campos Elíseos foram necessários olhar atento aos mapas geográficos e conversas com os profissionais que trabalhavam no atendimento com o público nesta localidade. Difícil entender a divisão administrativa do território municipal e isso transpareceu na fala de alguns funcionários do Centro de Apoio à Saúde da Família (CRAS): *"às vezes o equipamento está no território, mas não atende ao público do mesmo"*. Desta forma, foi dificultoso identificar, em primeiro momento, quais equipamentos pertencentes à assistência social que realizavam a cobertura no distrito de Campos Elíseos.

5.2 A trajetória de aproximação com o campo: a *seleção* das entrevistadas

A entrada no campo de pesquisa ocorreu no final de maio de 2014, após a apreciação do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) do HUCFF, e a realização das entrevistas ocorreram no período de junho a outubro de 2014 e tinha como pressuposto estudar as narrativas de mulheres beneficiárias do PBF residentes no distrito de Campos Elíseos, em Duque de Caxias.

Anteriormente à entrada no campo, as ideias baseavam-se nas escolhas de famílias que possuíssem composições familiares distintas, como presença e/ou ausência de crianças, adolescentes, gestantes e idosos, na tentativa de observar a diversidade no uso do benefício. Também existia a intenção de que as entrevistas fossem realizadas na residência das mulheres titulares, porém as dificuldades de acesso a essas residências e à violência local não permitiram esta estratégia. Entretanto, essas características foram sofrendo influências das possibilidades que o campo propunha.

Foi realizada, então, a apresentação da proposta do estudo aos coordenadores dos CRAS Jardim Primavera e Jardim Gramacho, a fim de obter a colaboração dos profissionais da assistência para o prosseguimento da pesquisa. Optou-se utilizar esse equipamento social, visto que, desde 2003, são as unidades de referência para as famílias que estão em situação de vulnerabilidade social sendo considerado como a principal porta de entrada para o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) (MDS, 2014).

Nas visitas aos estabelecimentos foram entregues documentos, como: o parecer do Comitê de Ética em Pesquisa do HUCFF (ANEXO 2), a carta de apresentação da pesquisa (ANEXO 3), e o documento de cooperação técnica da Prefeitura de Duque de Caxias (ANEXO 4). As visitas aos CRAS objetivaram identificar mulheres titulares do PBF e conhecer mais de perto as realidades dos indivíduos residentes da região estudada. A partir dessas visitas, foi percebido que as famílias procuram este equipamento com o intuito de se cadastrarem no PBF, quando são então, orientadas a comparecer em reunião, que ocorre de acordo com a frequência estipulada pelos CRAS. Nesta reunião, ministradas pelas assistentes sociais locais, há explicação sobre as particularidades para o cadastro no CADÚNICO e sobre os programas sociais voltados à população de baixa renda, não somente sobre o PBF. A pesquisadora também pôde participar de palestras socioeducativas e de oficinas como artesanato e dança do CRAS Jardim Primavera.

Como nenhuma mulher frequentadora do CRAS Jardim Gramacho permitiu a realização de entrevistas, foram convidadas mulheres atendidas pelo CASF Jardim Gramacho, que se situa ao lado desse equipamento social. Assim, a seleção das entrevistadas ocorreu de forma aleatória. Dessa forma, as entrevistas foram realizadas no próprio CRAS Jardim Primavera, em um bar em frente ao CASF Jardim Gramacho, e no jardim da ASPAS, e ocorreram no período de junho a outubro de 2014. Porém, foram escolhidos locais em que não houvesse interrupções, tanto por barulhos, como por profissionais do estabelecimento, como demonstrado nas figuras abaixo:

Figura 2. Bar em frente ao CASF e CRAS Jardim Gramacho onde algumas histórias foram contadas
Fonte: fotografia da pesquisadora

Figura3. Local da ASPAS onde as entrevistas foram realizadas
Fonte: fotografia da pesquisadora

Dentre os aspectos ressaltados para as entrevistadas no momento do convite para a entrevista estava o fato de que se tratava de uma pesquisa de mestrado cujo principal objetivo era conhecer as famílias que recebiam o benefício do PBF. Tomou-se o cuidado de informar para as entrevistadas de que a pesquisadora não fazia parte da equipe de trabalho dos CRAS e CASF e que, portanto poderiam se sentir seguras para conversar sobre o tema proposto.

Nestes equipamentos sociais, foram convidadas 17 mulheres, porém 7 recusaram participar da pesquisa, totalizando então 10 entrevistadas. As que recusaram a participação demonstraram e justificaram preocupações com o resultado que a entrevista poderia ocasionar no recebimento do recurso, provavelmente devido às eleições presidenciais que ocorreram em outubro do mesmo ano.

5.3 O trabalho de campo como orientador de mudanças

Importante destacar que o momento em que acontecia a pesquisa no campo foi complicador que, em parte, dificultou o andamento da mesma e a coleta de informações na sua totalidade sobre o funcionamento do BF. A campanha eleitoral para presidência do Brasil ocorreu concomitantemente ao trabalho de campo e suscitou em algumas mulheres o desconforto em serem entrevistadas, assim como em alguns profissionais da assistência social. Devido a isso, a técnica de entrevista narrativa apresentou algumas limitações na sua construção:

i) o assunto tratado fez com que as mulheres entrevistadas sentissem medo em falar sobre o tema proposto, tendo que a todo tempo, a entrevistadora estimular as entrevistadas na elaboração das narrativas;

ii) conversar sobre o PBF em ano eleitoral pareceu bastante incômodo para algumas mulheres;

Dentre as possibilidades de análise das entrevistas narrativas, Jovchelovitch e Bauer (2002) destacam três modalidades: a de Schutze, a análise temática e a análise estruturalista. Optou-se pela Análise de Conteúdo, na modalidade temática, como método de análise das entrevistas, conjugada à Hermenêutica de Profundidade (HP). Esse método analítico reconhece o papel ativo dos sujeitos na produção de conhecimento, além de considerar que o discurso dos entrevistados está vinculado às condições contextuais de seus produtores (THOMPSON, 1995; JOVCHELOVITCH; BAUER, 2002; BARDIN, 2009; BARROS, 2009; ASBAHR, 2014).

5.4 Forma de investigação da Hermenêutica de Profundidade (HP)

A HP é um referencial teórico metodológico proposto por John B. Thompson, sendo considerado como uma das formas de investigação social por abarcar a metodologia da interpretação que propõe estudos sobre o que interpretar e como interpretar. A palavra hermenêutica sugere o processo de tornar compreensível, envolvendo a linguagem como o meio para o entendimento deste processo (VERONESE; GUARESCHI, 2006; OTERO-GARCIA; SILVA, 2013; SILVA, s/d).

Para Thompson (2011), a construção das formas simbólicas, entendida aqui como o movimento de ações e falas, imagens e textos que são produzidos pelos sujeitos são resultados dos contextos sociais que influenciam a sua produção e, para compreendê-las é indispensável que o pesquisador analise o contexto sócio-histórico e o tempo em que o fenômeno pesquisado foi construído.

Para realizar a análise segundo os critérios da HP, Thompson afirma que não existem etapas cronológicas para sua execução, porém dimensões analíticas que se complementam de acordo com os objetivos da pesquisa (VERONESE; GUARESCHI, 2006; THOMPSON, 2011). Assim, para a HP são incluídas formas de análise complementares e articuladas entre si, que serão descritas a seguir como: a *análise sócio-histórica, análise formal ou discursiva e interpretação/reinterpretação.*

A hermenêutica da vida cotidiana ou interpretação da *doxa* representa o primeiro passo para o trabalho hermenêutico, que se fundamenta em compreender os sentidos que os sujeitos atribuem à realidade cotidiana, ou seja, desvendar a "pré-interpretação" feita pelos sujeitos participantes da pesquisa. Deste modo, a hermenêutica da vida cotidiana se configura como a interpretação da *doxa,* ou sobre o ponto de vista dos autores (CHAGAS; SEEGER, 2013).

Na *análise sócio-histórica* reconstruímos as condições sociais de produção, circulação e recepção das formas simbólicas em espaço e tempo determinado. Na *análise formal ou discursiva* parte-se do pressuposto que as formas simbólicas são estruturas complexas que apresentam uma estrutura articulada, originadas das relações ocorridas no tempo e no espaço. Logo, esta fase implica na organização interna dessas formas simbólicas com suas características estruturais e com a análise do discurso dos sujeitos, que pode ser realizada de diversas maneiras, dentre elas, com o método de Análise de Conteúdo (AC) que

foi escolhido como método de análise e que será descrito adiante. A última fase é chamada de *interpretação ou reinterpretação* e, neste momento, ocorre a explicação do que foi dito ou representado.

5.5 Análise de Conteúdo (AC)

Para a fase de interpretação dos dados coletados foi utilizado o método adaptado de *análise de conteúdo do tipo temática* proposto por Bardin (2009). A principal ferramenta para a AC é a mensagem, seja ela verbal, gestual e silenciosa, pois estas ações expressam um significado e um sentido que estão articulados às condições contextuais de quem os produziu (FRANCO, 2008). Assim, "a análise de conteúdo procura conhecer aquilo que está por trás das palavras sobre as quais se debruça" (BARDIN, 2009, p. 45). É uma busca de outras realidades através das mensagens, tomando em consideração as significações e a distribuição dos conteúdos e das formas (BARDIN, 2009).

Ao realizar uma análise temática buscamos os "*núcleos de sentido* que compõem a comunicação, cuja presença ou frequência de aparição signifiquem alguma coisa para o objeto analítico visado" (MINAYO, 2007, p.316). Para a análise de significados, o importante é a presença de determinados temas que denotam relevância, valores de referência e modelos de comportamento presentes ou ocultos no discurso (MINAYO, 2007).

A análise temática foi realizada em três etapas:

1- Pré Análise: nesta etapa ocorreu o processo de *leitura flutuante* do material de campo. Esse processo consistiu na leitura exaustiva das entrevistas transcritas para que houvesse a impregnação dos conteúdos pela pesquisadora. Houve, também, a *constituição do corpus* de análise segundo os critérios de validade da pesquisa qualitativa, como a exaustividade (a presença de todos os aspectos cogitados no roteiro), a representatividade (conter as características principais do universo pretendido), a homogeneidade (obediência aos temas e critérios da técnica empregada) e a pertinência (adequação do material colhido para dar resultado aos objetivos do trabalho). A *formulação e a reformulação de hipóteses e objetivos* ocorreu em diversos momentos durante a pesquisa, devido até então, ao pouco conhecimento das realidades vivenciadas pelos beneficiários do PBF.

2 - Exploração do material: este momento objetivou a *categorização dos dados*, que consistiu na redução do texto às palavras e expressões significativas com vista à formação dos núcleos de sentido.

3 - Tratamento dos dados obtidos e interpretação: esta fase implicou na definição dos temas e na construção dos sentidos conjuntamente com o diálogo em literatura existente.

5.6 Questões éticas

O projeto foi submetido ao CEP do HUCFF da UFRJ, em janeiro de 2014 e aprovado sob o número de parecer 651339, em maio de 2014.

As mulheres das famílias selecionadas foram perguntadas quanto à participação na pesquisa, sendo que só fizeram parte do estudo aquelas que assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (ANEXO 1). Como algumas entrevistadas eram analfabetas, foi pedido que as mesmas riscassem um "X'" no local da assinatura, na tentativa da não ocorrência de constrangimento às entrevistadas. Este documento contém os objetivos e procedimentos do estudo, além dos contatos necessários com os pesquisadores e com o CEP do HUCFF. Após ter sido explicado o contexto da investigação para o informante e esclarecidas eventuais dúvidas, a pesquisa deu prosseguimento.

Neste estudo não se identificaram riscos aos participantes envolvidos. Houve total anonimato em relação às informações por estes fornecidas, as quais foram analisadas em sua totalidade, não sendo objetivo do estudo discutir ou analisar elementos ou características individuais. As informações coletadas não foram repassadas à nenhum órgão competente a fim de prejudicar a família selecionada quanto ao recebimento do benefício do PBF.

Cabe destacar que foram atendidos os princípios éticos de pesquisa contidos na Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde. Qualquer informação obtida neste estudo será confidencial. Importante destacar que foram utilizados nomes fictícios para a dissertação a fim de proteger o anonimato das informantes.

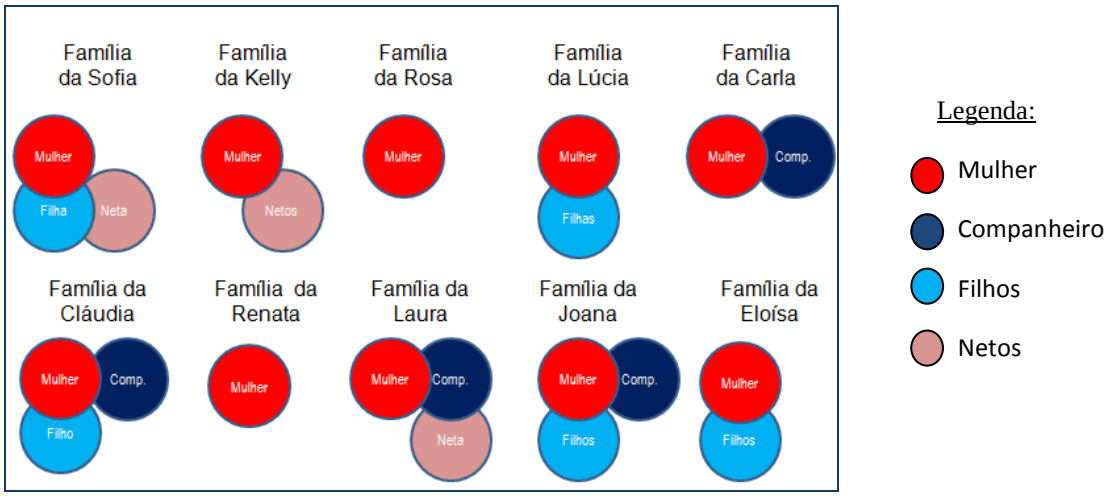
6. RESULTADOS E DISCUSSÃO

6.1. As entrevistadas

Das 10 mulheres entrevistadas, três eram provenientes do CRAS Jardim Primavera, três do CASF Jardim Gramacho e quatro frequentavam a ASPAS. Embora todas residam no mesmo município, a informação sobre o equipamento social ao qual estão adstritas já é revelador de contextos diferenciados, configurando em experiências e vivências diferentes para essas mulheres, o que fica evidente nos sentidos que foram sendo revelados a partir das narrativas. As mulheres do CRAS Jardim Gramacho, por exemplo, demonstraram viver em situação de maior pobreza do que as que residiam ao redor do CRAS Jardim Primavera. Isso aparecia nas narrativas através do modo como se referiam à entrada delas para o PBF, que tinha uma conotação de um "caminho" para sair da situação de miséria.

As entrevistadas tinham idade entre 32 e 64 anos e tinham baixo nível de escolaridade, sendo três analfabetas. O tempo de recebimento do BF variou de 1 a 10 anos. Quatro das dez mulheres relataram viver com seus companheiros, duas residiam sozinhas, sendo que umas destas ficou viúva no intervalo inferior à um ano na época da entrevista, enquanto a outra relata nunca ter sido casada, mas ter uma filha de 21 anos que mora em outro estado. Uma das mulheres relatou viver somente com os netos, de quem é responsável. A **Figura 9**, a seguir, representa a composição familiar das mulheres, e o **Quadro 2** mostra um resumo do perfil das entrevistadas.

Figura 4. Composição familiar das mulheres entrevistadas



Quadro 2. Perfil das entrevistadas quanto à idade, escolaridade, composição familiar e tempo de recebimento do PBF.

Porta de entrada	Titular do BF	Idade	Escolaridade	Composição Familiar	Tempo de recebimento do PBF
ASPAS	Sofia	47	8ª série	Ela, filha e neta	10 anos
	Kelly	58	1ª série	Ela e três netos	2 anos
	Cláudia	32	Analfabeta	Ela, filho e companheiro	7 anos
	Joana	40	8ª série	Ela, dois filhos e companheiro	5 anos
CRAS Jardim Primavera	Rosa	56	4ª série	Ela (viúva)	1 ano
	Lúcia	38	Analfabeta	Ela e três filhas	10 anos
	Carla	57	1ª série	Ela e companheiro	1 ano
CASF Jardim Gramacho	Renata	44	3ª série	Ela	7 anos
	Laura	64	Analfabeta	Ela, companheiro e neta	3 anos
	Eloísa	35	8ª série	Ela e três filhos	2 anos

6.2. Análise sócio-histórica

Os CRAS são equipamentos sociais da rede de proteção básica surgidos após a instauração da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) em 2004, tida como resultado da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) instaurada em 1993. Assim, os CRAS se apresentam como demarcadores da existência do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) nos municípios brasileiros (MDS, 2014).

O SUAS, implantado em 2005, efetiva na prática a assistência social como política pública de Estado. A promulgação da Constituição de 1988 significou um avanço na área de proteção social ao instituir a seguridade social, composta pelas políticas de saúde, previdência social e assistência social. A Proteção Social Básica (PBS) do SUAS é destinada à populações que vivem em situação de vulnerabilidade social, resultante da pobreza, da discriminação e da privação de vínculos afetivos (MOREIRA *et al*, 2012). Neste contexto, o PBF está inserido na PNAS, a qual estabelece que as ações do CRAS sejam focalizadas na família (MOREIRA *et al*, 2012).

Sobre os CRAS, cabe dizer que essas unidades foram criados em 2004 através da PNAS, sendo unidades de referência que congregam serviços da atenção social básica. O principal serviço ofertado pelo CRAS é o serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) executado após a expansão da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) em 2008, pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). Este serviço consiste em um trabalho continuado que visa fortalecer o vínculo com atividades socioassistenciais, socioeducativas e de convivência voltadas para famílias consideradas vulneráveis. De acordo com o Ministério de Desenvolvimento Social e de Combate à Fome, o CRAS tem como proposta contribuir para a melhoria da qualidade de vida e do acesso e uso de direitos destes indivíduos (MDS, 2014).

Nestes estabelecimentos, ocorrem também os programas de inclusão produtiva e projetos de enfrentamento da pobreza; centros de convivência para idosos; serviços para crianças de 0 a 6 anos, que visem o fortalecimento dos vínculos familiares, e das ações de socialização e de sensibilização para a defesa dos direitos das crianças; serviços socioeducativos para crianças, adolescentes e jovens na faixa etária de 6 a 24 anos, visando sua proteção, socialização e o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários; programas de incentivo ao protagonismo juvenil e de fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários; centros de informação e de educação para o trabalho, voltados para jovens e adultos (MDS, 2014).

Devido à dificuldade em elencar os CRAS que pertenciam ao distrito, optou-se por realizar visitas aos CRAS Jardim Primavera, ao CRAS Jardim Gramacho e ao Centro de Apoio à Saúde da Família (CASF), localizado ao lado do CRAS Jardim Gramacho. Uma das justificativas apresentadas por um dos assistentes sociais foi que após a abertura do CRAS

Jardim Primavera, quase todos os bairros do distrito foram contemplados e assistidos por esse equipamento, extinguindo-se o CRAS Pilar e o CRAS Figueira da cobertura do mesmo.

Outro local onde ocorreram as entrevistas foi o Ambulatório Paroquial Irmã Beta (ASPAS). O Ambulatório realiza atendimento gratuito ao público residente em Vila Rosário, bairro do distrito de Campos Elíseos, desde os anos de 1990, contando com profissionais de saúde como Nutrição, Ginecologia e Pediatria. A clientela é constituída por adultos e crianças. Nesse local, o atendimento nutricional das famílias é realizado pela supervisão do Instituto de Nutrição da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), onde graduandos em Nutrição desempenham estágio obrigatório em Nutrição Social; atividade supervisionada por professor e seus alunos de pós graduação da Universidade; os alunos de pós-graduação realizam revezamento na supervisão dos atendimentos que acontece 1 vez por semana no período integral (manhã e tarde).

A seguir são expostas fotografias destes locais:

Figura 5. Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) Jardim Primavera
Fonte: googlemaps

Figura 6. Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) Jardim Gramacho
Fonte: fotografia da pesquisadora

Figura 4: Centro de Apoio à Saúde da Família (CASF) Jardim Gramacho
Fonte: fotografia da pesquisadora

Figura 8. CASF Jardim Gramacho (à esquerda) e CRAS Jardim Gramacho (à direita)
Fonte: fotografia da pesquisadora

Figura 6: Ambulatório Paroquial Irmã Beta (ASPAS)
Fonte: fotografia da pesquisadora

Os CRAS funcionam como a porta de entrada para a assistência em programas sociais do governo federal voltados para a parte da população que se apresenta em situação de vulnerabilidade social (MDS, 2014). Durante as visitas efetuadas nesses equipamentos e no decorrer das entrevistas realizadas nesses espaços, foi possível observar uma insatisfação da população em relação ao atendimento prestado ali e, em particular, foi possível perceber a fragilidade quanto ao esclarecimento de dúvidas sobre os diferentes programas sociais, em especial sobre o PBF. O valor do benefício, ligado à composição familiar, e as condicionalidades são dois temas que geram muitas dúvidas, e aparecem em várias entrevistas, assim como nas reuniões do CRAS que tive a oportunidade de assistir. As informações repassadas às titulares do PBF não parecem ser bem compreendidas, o que nos leva a questionar se a forma como as mesmas são veiculadas está adequada. Há o desconhecimento inclusive sobre o próprio direito ao recebimento do PBF, como revela a fala de Rosa, que é viúva e mora sozinha:

> *"Eu não tenho conhecimento, por que tem gente assim que... tem mães que tem filhos que recebem uma quantia, outras recebem outra quantia... Eu não sabia que eu tinha o direito. (...) Para mim era só quando tinha criança na escola."* – Rosa

Os mecanismos de fiscalização do cumprimento das condicionalidades, em especial no que diz respeito à frequência escolar, também não são bem compreendidos, e eventuais cortes do benefício são recebidos com espanto. Foi o que aconteceu, por exemplo, com a Sofia, que teve seu benefício cortado porque seu filho faltou às aulas, cuja ausência na escola ocorreu devido ao acompanhamento em serviço de saúde para tratamento de alergia. Ou seja, para Sofia, evidentemente, isto não poderia ter acontecido, já que ela estava levando o filho ao médico e apenas por isso ele faltou à escola, mas esta informação não aparece na frequência escolar que é enviada para comprovação do cumprimento das condicionalidades. Esse fato revela que duas condicionalidades realizadas em dois equipamentos sociais diferentes não conversam entre si. Nesse caso, foi a própria entrevistada quem teve que pedir atestados, leva-los ao CRAS e esclarecer os fatos para poder voltar a receber o benefício. Para ela, o CRAS deveria saber essas coisas. De fato, nem todas as titulares teriam agilidade para entender o que estava acontecendo e resolver o problema.

Segundo a organização do programa, todas as sanções devem ser acompanhadas de notificação por escrito aos responsáveis legais pela família e é somente na segunda ocorrência do descumprimento da condicionalidade que a família fica sujeita ao bloqueio do benefício durante trinta dias (IBASE, 2008). No caso de Sofia, percebemos que houve desrespeito no acompanhamento, por parte da gestão do programa de Duque de Caxias, visto que em nenhum momento a entrevistada relatou ter sido notificada.

Em relação ao trabalho do CRAS, no entanto, é importante ressaltar que os possíveis questionamentos sobre a transmissão das informações à população precisam ser estudados mais de perto e com um olhar crítico, já que uma situação que pode estar gerando esses problemas é a alta rotatividade dos profissionais que atuam nos equipamentos sociais do município, o que dificulta o conhecimento do território e da logística de trabalho. O acesso às informações sobre o programa é tarefa importante para a implementação e efetivação do PBF.

Outro tema frequente nas falas das entrevistadas diz respeito à fiscalização do valor recebido pelas famílias beneficiárias e a real necessidade de tais famílias em receber o benefício. Para elas, existem pessoas que recebem o dinheiro do PBF e que não tem necessidade e nem o direito em recebê-lo. Lúcia emite em seu discurso um tom indignado próximo a uma denúncia e um apelo para que a fiscalização seja cumprida pelos gestores do programa.

> *"A única coisa que eu não concordo é que tem pessoas que tem um filho só e recebe um montão, outros que não precisam realmente recebem pouco. Tem pessoas que o marido trabalha de carteira assinada, a pessoa tem condição boa e recebe seiscentos e pouco, quinhentos e pouco com um filho só, entendeu? É esse tipo de coisa que eu não acho legal. Tinha que analisar melhor. Quem realmente precisa e quem não precisa (...)"* - Lúcia

Isso demonstra que no local em que essas mulheres vivem deve haver indivíduos que são beneficiários e que não precisam do auxílio do programa. Esse fator pode, também, ser atribuído a própria falta de conhecimento em relação ao benefício recebido por cada família ou até mesmo por erros cadastrais na organização do programa.

A partir destes contextos onde ocorre a baixa articulação entre o CRAS com os usuários, que tem como consequência o desconhecimento das características e das condicionalidades do programa que os sentidos do recebimento do benefício vão sendo construídos pelas mulheres entrevistadas.

6.3 Os sentidos atribuídos ao recebimento do benefício do Programa Bolsa Família na trajetória de vida das mulheres titulares

No processo de análise das entrevistas observou-se o surgimento de temas centrais. Com isso, percebeu-se, que apesar de falarem sobre o mesmo tema, os sentidos para essas mulheres não são iguais. Em um primeiro momento, o que parecem ser os mesmos sentidos para todas as mulheres entrevistadas, na verdade não o são, resultando em uma diversidade de sentidos atribuídos pelas titulares do PBF de Duque de Caxias. Isso nos remete a pensar que a pobreza também não se apresenta de maneira uniforme, apresenta graus e desta forma, não devemos generalizá-la.

Os temas também causaram dúvidas sobre em quais categorias deveriam ser incluídos. Muitas vezes, o que parecia se referenciar às mulheres ou até mesmo sobre o programa, como por exemplo, a temática sobre o trabalho das entrevistadas, trouxe mais significado na construção da categoria das crianças, refletindo que a necessidade de "deixar de trabalhar", para estas mulheres, está vinculada ao direito que a criança possui de ter a mãe cuidando da mesma, quando na verdade, o Estado, ou neste caso, o município não fornece condições para manter as crianças pequenas na escola.

No desenrolar da análise, foi percebido pela autora que os sentidos expressos apresentam certa lógica de encadeamento, o que possibilita à construção de novos sentidos a partir de um sentido expresso anteriormente, que pode depender do local - no caso, o bairro - e da composição familiar na qual cada mulher está inserida. O tempo de recebimento do benefício, nesta pesquisa, não apareceu como fator determinante na construção dos sentidos, como era esperado. A composição familiar e a responsabilidade de se tornar a chefe de família imposta às mulheres-mães, na ausência da figura masculina, pareceram ser mais motivadoras na construção de alguns dos sentidos atribuídos à gestão do dinheiro.

Cabe aqui considerar que o presente trabalho não teve a pretensão de aprofundar o papel social que a mulher desempenha na família inserida no BF, bem como analisar sobre as questões de gênero que estão sendo cada vez mais discutidas em trabalhos sobre políticas públicas, em especial no PBF (MARIANNO; CARLOTO, 2009; PIRES, 2012; MOREIRA *et al*, 2012). Entretanto, por serem as principais titulares para o recebimento do benefício e por ter escolhido este público como alvo das entrevistas, não há como não salientar a

influência do mesmo em suas trajetórias de vida, que irão implicar consequentemente, nas prioridades de escolhas na utilização do recurso do Programa.

Para as entrevistadas a garantia de uma renda estável trouxe implicações em suas vidas, e como consequência oportunizaram a construção dos sentidos e significados que elas atribuem ao recebimento do benefício do PBF.

Foi percebido no discurso de algumas mulheres que o BF consegue atingir um dos objetivos centrais do programa: *a superação da extrema pobreza*. Isso fica evidenciado, principalmente, para as entrevistadas que residem no bairro de Jardim Gramacho, por mais que estas mulheres ainda não estejam em níveis satisfatórios de qualidade de vida.

No caso do bairro de Jardim Gramacho, deve-se considerar que o local apresenta uma peculiaridade importante em comparação aos demais em que as mulheres foram entrevistadas. Até o início de 2012, Jardim Gramacho possuía um importante aterro sanitário. Todas as entrevistadas desse local trabalharam no aterro como catadoras de lixo, denominado por elas como "rampa", e relataram vivenciar momentos de muitas dificuldades. Com o fechamento do aterro há cerca de 3 anos, grande parte da população ficou sem trabalho e, como muitos não são alfabetizados há dificuldade em conseguir emprego, tendo neste lugar muitos beneficiários do PBF.

Carla, de 57 anos, moradora de Jardim Primavera também relatou com muita emoção que o recurso do BF possibilitou melhorias na sua condição de vida, em especial no que tange a moradia e nas condições para se alimentar:

> *"(...) quando eu não tinha bolsa família, eu trabalhava numa dona para receber duzentos para eu pagar minha luz (...) eu só almoçava, não jantava não. Chegava em casa e bebia água. Uma vez eu comi um tubo de pasta de dente, pegava manteiga com açúcar e comia. (...)Eu acho que tenho problema no estômago por causa disso."* - Carla

Hoje, beneficiária do BF há 1 ano, Carla relata viver com um companheiro que também a auxilia financeiramente e que deixou para trás aquela história de vida em que sentia-se sozinha e que não tinha recursos se quer para se alimentar.

Para além da questão estritamente monetária e alimentar da *superação da extrema pobreza*, o recebimento do recurso do BF e a garantia de uma renda mensal proporcionou, para uma das entrevistadas a *separação do marido:*

> *"antes eu não tinha renda alguma, eu vivia humilhada, apanhando, né? E era submissa a isso porque eu não tinha renda (...) ai eu me senti bem mais segura de me separar. Hoje eu vivo bem e as minhas filhas também."* - Lúcia

Esse discurso demonstra que ainda existe na sociedade a presença da violência doméstica e, que no caso de Lúcia, a garantia de uma renda estável, promoveu o sentimento de *segurança* para que a mesma pudesse tomar a atitude de se separar de seu companheiro. Como ela afirmou durante a entrevista, a dificuldade em conseguir um emprego, devido a baixa escolaridade prejudicava que abandonasse esta situação e, por não possuir renda isso se configurava em uma dominação do seu antigo marido por ela. Para ela, o BF apresentou o sentido de *libertação* de uma vida indigna e humilhante.

Ainda são escassos os estudos na literatura brasileira que relacionam violência doméstica na pobreza. Entretanto, um estudo realizado nos Estados Unidos com mães de crianças menores de 3 anos que participam de programas de assistência, demonstrou que experiências violentas entre o grupo de baixa segurança alimentar inclui exposição ao abuso infantil, negligência e estupro que sugerem a exposição à violência como um importante fator na experiência de indivíduos em situação de insegurança alimentar grave (CHILTON; RABINOWICH; WOOLF, 2012).

Outra importante questão observada inserida no tema da superação da extrema pobreza é a atribuição por Dona Laura, senhora de 68 anos, de um sentido de *libertação* ocasionado pelo recebimento do BF. Muito debilitada pela idade e por sua história de vida sofrida, relata com muita tristeza e vergonha ao final da entrevista, a compra de uma máquina de lavar com o dinheiro do benefício. Afirma que o dinheiro não era para ser utilizado para tal finalidade e demonstra o sentimento de *culpa* por utilizar o benefício desta maneira. Emociona-se e chega a pedir desculpas a esta pesquisadora pelo erro cometido:

> *" (...) eu fiz também uma bobeira... eu tava precisando de uma máquina para lavar roupa, eu fui lá e tirei essa máquina, que tá dando um pau na consciência agora para pagar essa máquina. Tô aguardando esse dinheirinho para eu pagar a máquina (silêncio) é o que eu fiz, né? agente só gasta o que pode, né? eu não devia ter feito (chorando)".* – Laura

A fala de Dona Laura expressa um preconceito ainda latente de indivíduos que não são beneficiários do Programa: que o mesmo serve ou deveria servir somente para comprar alimentos. O caso de Dona Laura, que reza todas as noites para não chover - pois sua casa alaga devido ao seu teto apresentar furos - e que não trabalha por possuir fortes dores na coluna, devido as consequências físicas do trabalho na "rampa", nos faz pensar que esta mulher tem o direito de comprar sua máquina de lavar, pois isso se configura, no seu direito de ter saúde. O olhar de Dona Laura aparenta grande sofrimento, sofrimento esse que parece ter sido dividido com esta autora em uma conversa de trinta minutos, mas que fez o coração da entrevistada sentir-se mais leve ao dividir uma dor, uma angústia e que foi agradecido com um forte abraço ao final da entrevista.

Neste contexto, observamos que a melhoria na aquisição de alimentos adequados e na compra de uma máquina de lavar, assim como a saída de um ambiente violento configura-se na superação da extrema pobreza. Ao partir do pressuposto que a situação de pobreza envolve além da renda monetária para aquisição de bens de consumo, e que a mesma é contextualizada pelas condições socioculturais aos quais esses indivíduos estão inseridos (BRONZO, 2008), afirmamos que estas mulheres conseguiram melhorar suas condições de vida. E essas atitudes são reflexos da garantia de uma renda estável promovida pelo BF, devido as mesmas terem conseguido atingir certo nível de autonomia e de empoderamento.

Essas características reforçam o que os estudos têm revelado sobre as influências que o recebimento do BF refletem na vida das mulheres. Ao se tornarem titulares e, consequentemente responsáveis pelo recurso do benefício, essas sofrem um processo que as faz afirmar a autoconfiança, autoestima e a autodeterminação (FIALHO, 2007; MOREIRA *et al*, 2012; PIRES, 2012). Essas características são descritas por Gohn (2004) como empoderamento individual e são relacionadas com a melhoria nas condições de vida.

Para a Organização Mundial de Saúde (OMS), o empoderamento é definido da seguinte forma:

> um processo social, cultural, psicológico ou político através do qual indivíduos e grupos sociais tornam-se capazes de expressar suas necessidades, explicitar suas preocupações, perceber estratégias de envolvimento na tomada de decisões e atuar política, social e culturalmente para satisfazer suas necessidades (OMS, 1998).

Assim, o empoderamento suscita nas mulheres entrevistadas maior responsabilidade na gestão do recurso. Elas afirmam que a garantia de uma renda, mesmo sendo pouco, possibilita a aplicação do dinheiro onde necessitam mais, como alimentação, roupa, remédio ou passagem. Assim, o empoderamento das mulheres também significa uma mudança na dominação tradicional dos homens sobre elas, garantindo-lhes autonomia no que se refere ao controle de seus corpos, à sexualidade, ao direito de ir e vir, bem como o sentimento de repulsa à violência (COSTA, 2000).

Neste mesmo contexto, para as mulheres entrevistadas de Duque de Caxias, o benefício do BF trouxe o sentido de *utilidade para o bem estar de sua família*, como enfatizado com emoção por Eloísa quando sai para retirar o dinheiro na loteria e ao retornar vê seu filho de 10 anos esperando no portão de casa para vê-la chegar com a "sacola cheia de compras". Esse sentido é demonstrado na fala de uma das entrevistadas:

> "*eu consigo um armário mais cheio porque eu vou lá com meu dinheirinho e compro (...) eu acho interessante que eu venho numa felicidade muito gostosa. Eu me sinto mais útil para a minha família (...) eu me sinto mais mulher! Graças a Deus eu tenho uma fonte de renda, eu vou decidir o que eu vou fazer com ela, porque é muito ruim você depender do outro"* - Eloísa

Importante destacar que esses sentidos puderam ser observados com maior clareza nas famílias monoparentais que possuem a figura da mulher como chefes de família. A presença masculina ainda parece reforçar, para essas mulheres, certo grau de importância na responsabilidade das contas da casa e, consequentemente na sobrevivência da família,

observado nos discursos de algumas das entrevistadas que dizem nunca terem sido casadas e que isso é fator que dificulta a manutenção econômica, sendo assim necessário o benefício do BF. Igual consideração foi encontrada em estudo realizado por Carloto (2005), no município de Londrina, no período de 2003 a 2005, com mulheres chefes de famílias monoparentais em situação de extrema pobreza.

Já para as mulheres que possuem companheiros, a figura do mesmo é atribuída ao sustento da casa, vinculando o BF como um complemento à renda. Ainda prevalece para essas mulheres a visão tradicional de família, ao ligarem a chefia familiar à figura masculina, composta por um homem chefiando o grupo familiar (CARLOTO, 2005). Segundo Suaréz (2006), a chefia feminina cresce em todo o mundo, inclusive no Brasil, que apresenta o aumento desta característica nas famílias pobres. Esse fenômeno associa-se ao crescimento da pobreza entre as mulheres, que é denominado "feminização da pobreza".

Entretanto, a ausência da figura masculina não foi impeditiva para que as mulheres titulares do PBF de Duque de Caxias tornassem autônomas em suas escolhas, muito pelo contrário, percebeu-se que quando da ausência do mesmo, essas pareciam ter se tornado rapidamente mais independentes na gestão e organização das necessidades de onde atribuir o recurso.

Porém, para que seja mais bem compreendida essa relação, a mesma deve ser analisada mais profundamente por teorias e na realização de pesquisas que objetivem estudar sobre as relações de gênero na pobreza e nos programas socioassistencias de transferência direta de renda. A condição de gênero, a responsabilidade pela esfera doméstica, pelo cuidado dos filhos sem acesso a um trabalho e salário dignos, potencializa a condição de vulnerabilidade, ficando a mulher dependente de benefícios providos pelas políticas de assistência, que por sua vez, são quantitativamente baixos e temporários.

As implicações resultantes da garantia de uma renda estável na vida destas mulheres repercute nos sentidos que vão sendo construídos, ao longo do tempo, após o recebimento do benefício do PBF. A definição das prioridades no uso do benefício parece acontecer como consequência do processo de empoderamento.

6.4 Os sentidos atribuídos ao recebimento do benefício do Programa Bolsa Família pelas mulheres titulares

"O BF como uma ajuda, mas que é pouco"

Assim como encontrado em outros estudos (PIRES, 2012), o sentido de *ajuda* também foi demonstrado pelas mulheres titulares de Duque de Caxias. Entretanto, para elas esse sentido apresentou além desta noção, a conotação de ser pouco e de não ser suficiente para atender as demandas de que necessitam.

Apesar de ser uma política relativamente nova, com uma década de existência, os beneficiários do programa começam a se dar conta de suas necessidades e atribuem esse fator aos direitos que não eram compreendidos antes. Parece que, ao longo do tempo, as mulheres vão percebendo necessidades e direitos, como por exemplo, ter o filho em uma escola melhor, ter o direito de se arrumar, ter o direito de comprar uma máquina de lavar e não viver somente ao nível da subsistência, como relatado por Sofia, que atribui o sentido de *uma ajuda que é pouca,* ao fato de não perceber nenhuma mudança em sua vida, mesmo após 10 anos de recebimento do BF.

Para elas, seria melhor se o benefício fosse maior, pois assim poderiam melhorar a situação e empregar o dinheiro em locais que não sejam somente veiculados à alimentação, ou até mesmo, para melhorar a qualidade desta.

Entretanto, com o passar do tempo vão sabendo utilizar o dinheiro onde observam maior necessidade e essa noção parece ocorrer devido ao processo de empoderamento que a garantia de uma renda estável traz a essas mulheres.

> *"Mas na primeira vez que eu peguei o bolsa família eu fiquei tão entusiasmada que eu só queria passear com eles. Depois é que eu falei que não, não é só passeio!"* - Eloísa

> *"Olha, é pouco, não é muito. Então eu distribuo assim onde tá pegando mais. Como se diz? onde está necessitando mais por ele ser muito pouquinho"* - Kelly

Percebe-se também que o fato de participarem de um programa de transferência direta de renda, implica em ter um compromisso entre a mulher e o Estado, sendo representado pela figura do ex-presidente Lula e da atual presidente Dilma. Durante as entrevistas, algumas mulheres agradecem a eles pela ajuda que lhes tem proporcionado. O compromisso em cumprir as condicionalidades e fazer bom uso do dinheiro parece produzir entre eles uma relação mais confiável e duradoura (PIRES, 2012).

"Deixei de trabalhar para cuidar dos meus filhos"

Outro tema recorrente no relato das entrevistadas diz respeito ao trabalho. Este assunto torna-se relevante devido discursos presentes na mídia ressaltarem que os beneficiários do BF não trabalham. Já ficou comprovado por diversos estudos que os beneficiários do BF trabalham ou que gostariam de ter um emprego digno e isso não foi diferente para essa pesquisa.

Muitas das mulheres entrevistadas realizam biscates como complemento à renda do BF e algumas relatam humilhação e descaso quando realizam tais atividades:

> *"(...) que eu tava desempregada, tava conseguindo nada, fazendo biscate, ai a mulher vinha com vinte, vinha com dez, eu achava uma humilhação o que eu fazia (...) o tempo da escravidão já passou, por aqui agente ainda sofre, viu?"* - Carla

Associado as péssimas condições de emprego, determinadas, muitas vezes, pela baixa escolaridade dessas mulheres e a situação local em que os recursos escolares ainda são escassos, essas mães deixam de trabalhar para cuidar de seus filhos. Segundo as justificativas apresentadas por essas mulheres, o município de Duque de Caxias não possui

creches e escolas em tempo integral que possibilite a saída de casa para trabalhar. Atribuem, ainda, a violência local e o medo de deixarem seus filhos sozinhos sujeitos às mazelas das ruas. Eloísa faz essa afirmação em um contexto de vida em que precisou deixar de trabalhar, pois não tinha ninguém que a pudesse auxiliar a cuidar de seus filhos:

> *"(...) eu fui egoísta com meus filhos na época, (...) eu não parei para pensar sabe, se não seria legal eu parar de trabalhar a mais tempo para não dar mais atenção para meus filhos. Agora eles estão comendo, estudando direitinho, eu tenho mais tempo para eles, eu posso sentar, posso colocar de castigo (...) e melhor estando em casa para cuidar dos meus filhos, isso é o mais importante para mim, entendeu?"* - Eloísa

Pensando nesta perspectiva, o sentido atribuído *"deixar de trabalhar para cuidar dos meus filhos"* está intimamente relacionado ao direito que a criança possui de ser bem assistida, que são garantidos pela Constituição Federal (CF) no artigo 227 descrito a seguir:

> Art. 227º É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

E pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em seu artigo 54:

> Art. 54º É dever do Estado assegurar à criança e ao adolescente: I - ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria e IV - atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade.

Nesta perspectiva, insere-se o direito da criança ser assistida pelo Estado, neste caso, pelo município e de possuir a atenção integral e cuidados maternos, que teve que deixar de trabalhar, muitas vezes, por um salário não digno com a cidadania.

E ainda, atribuindo a escola como uma instituição partícipe das condicionalidade do programa fica determinado ao longo do processo de implementação do PBF no município, que o mesmo deve fornecer condições mínimas para o cumprimento das condicionalidades, neste caso, ter escolas e creches em número e qualidade adequadas para atender a demanda municipal (BRASIL, 2010).

Assim, cabe pensar em estratégias que objetivem a melhoria na oferta das creches e escolas no município, além de melhores condições para o trabalho. Um dos pressupostos do programa é o fornecimento de cursos profissionalizantes, que foi retratado por uma entrevistada que disse que o programa auxiliaria mais se possibilitasse a oferta de empregos. Enfatizou, ainda, que existiam cursos próximos à sua residência, mas que de repente os mesmos deixaram de existir. Para ela, esta seria a melhor maneira de melhorar as condições de vida ao longo prazo. Como ressaltado por Rocha (2013), o trabalho é fator determinante para a superação de extrema pobreza das famílias e que, somente a garantia de uma renda monetária mensal não possibilita a emancipação sustentada das famílias.

"O BF é para as crianças"

Incorporado neste sentido, houve a identificação das prioridades na utilização do recurso do programa e, todas foram vinculadas ao bem estar e conforto dos filhos, como a compra de alimentos, material escolar, escola, roupa, brinquedos, passeios e compra de material para obra. Esses elementos foram mais claramente retratados pelas mulheres que possuem filhos e netos na família. Dessa forma, fica evidenciado, mais uma vez, que a composição familiar é fator determinante na produção dos sentidos para essas mulheres. Quando se tem crianças o recurso do BF é ao todo modificada e dirigida à elas.

Esse sentido, que aos poucos foi sendo revelado durante as análises, já tinha sido retratado em conversa com as assistentes sociais, quando realizada visitas aos CRAS. Segundo esses profissionais, as mulheres-mães-avós destinam o dinheiro do benefício para o

uso com as crianças e não à família como um todo e, relatam que tentam desmitificar esse conceito durante as reuniões com as usuárias que recebem o BF.

Apesar de atribuírem o dinheiro como uma responsabilidade delas, as mulheres-mães-avós realizam seus gastos sempre priorizando a necessidade dos filhos e netos, como demonstrado por Eloísa e Joana, que utilizam o dinheiro para a compra de material para melhorar a condição física de suas casas e para a construção de novos cômodos, como um quarto, pensando no bem estar dos filhos:

> *"A prioridade, neste momento, que eu tenho é a casa que eu tenho que dar um conforto para os meus filhos"* - Eloísa

> *"Assim, eu penso que o Bolsa Família é para gente investir nas crianças"* - Joana

O recurso do BF também é utilizado, em sua maioria, com gastos vinculados à educação dos filhos. O dinheiro é utilizado para pagar, muitas vezes, escolas particulares. Como o município não apresenta creches e escolas regulares e de qualidade, as mães preferem utilizar o recurso para tal finalidade, por acreditarem que assim estarão fornecendo um futuro melhor para seus filhos.

> *"É que aqui na baixada não tem assim, na minha opinião, uma escola pública pra gente deixar nossos filhos de três, quatro anos. Não sei se você me entende. Já começa do CA, Jardim (...)"* - Joana

Fica evidente na fala das mães a preocupação com seus filhos no que é relacionado à educação. Interessante observar que a entrevistada, que possui dois filhos, diz receber o recurso do BF por causa do seu filho mais velho que estuda em colégio público, não pelo seu outro filho, que por possuir necessidades especiais estuda em escola particular por a mãe acreditar que as professoras são mais atenciosas e cuidadosas no seu desenvolvimento.

Dessa maneira, percebemos que o município de Duque de Caxias parece apresentar contradições para a efetivação da implementação do programa. Como já relatado, esse não

possui escolas adequadas e suficientes para que o programa consiga interromper o ciclo intergeracional da pobreza. Devemos lembrar que as condicionalidades não podem ser exigidas se o serviço não é oferecido, estabelecido pelo Decreto 5.209, de 2004, que *"não serão penalizadas com a suspensão ou cancelamento do benefício, as famílias que não cumprirem as condicionalidades previstas, quando não houver a oferta do respectivo serviço"* (BRASIL, 2004; IBASE, 2008, p.190;). Este mesmo decreto reforça ainda que o governo federal estende aos demais entes da federação a responsabilidade na oferta dos serviços educacionais e de saúde para que sejam viabilizados os cumprimentos das condicionalidades por parte das famílias beneficiadas (BRASIL, 2004).

Notamos, também, que a utilização do dinheiro do Bolsa Família é acompanhada por uma forte moralidade e estabelece um jeito certo e um jeito errado de gastar o dinheiro (PIRES, 2012). Importante enfatizar que as mulheres são as responsáveis pelo cumprimento do jeito correto na utilização do dinheiro do PBF. Assim, elas têm autonomia para arbitrar o seu uso desde que seja relacionado a despesas com filhos.

Ao condicionar o recebimento do benefício à frequência escolar, ao acompanhamento nutricional e de saúde dos filhos e à realização de exames pré-natais para as gestantes, o Estado, influencia decisivamente nos padrões dos gastos do dinheiro. Dessa maneira depreende-se que o uso correto do dinheiro é aquele feito diretamente para os filhos, com roupas, material escolar e alimentação e que o importante é que sejam gastos diretamente com eles (RODRIGUES, 2009; PIRES, 2012).

"Alimentação de luxo"

Como visto anteriormente, o recurso vinculado ao nome da mulher é justificado por estudos que comprovam que esta é a que conhece melhor a necessidade da família e dos filhos, tendendo a utilizar o recurso com alimentação para os mesmos (IBASE, 2008). De certo modo, este fato também foi demonstrado por esta pesquisa.

O surgimento um dos sentidos relacionado à alimentação foi a possibilidade do recurso proporcionar a compra de alimentos, considerados por essas mulheres como *luxo*, como Mucilon®, Nescau®, Danone® e Coca Cola®, retratados como alimentos que não conseguiam adquirir antes. De certo, a alimentação apareceu como a principal prioridade na

utilização do recurso do BF, enfatizando que, o sentido da *alimentação de luxo* está vinculado a outro sentido, o de que *o BF é para as crianças*. Como se percebe, os alimentos relatados pelas mulheres são todos destinados ao público infantil.

Como demonstrado pelo estudo do IBASE (2008), o incremento de renda proporcionado pelo PBF, repercute na variedade e na aquisição de novos alimentos, mesmo que à esses não sejam atribuídos o valor de qualidade nutricional. Não podemos deixar de mensurar que os fatores relacionados a dimensão simbólica da alimentação humana perpassam por considerações quanto aos aspectos culturais, os gostos, os hábitos, as tradições culinárias, as representações, as práticas, as preferências e os tabus, além de fatores relacionados a emoções, estresse, prazer e a própria dinâmica econômica, que inclui a renda e a forma de acesso aos alimentos (OLIVEIRA, 1997). Por isso, para essas mulheres, no universo ao qual pertencem, a compra desses tipos de alimentos, não são determinados pela qualidade nutricional, mas pela possibilidade que agora possuem de consumi-los.

O discurso de Kelly, que mora com seus três netos, demonstra o sentimento de alegria ao poder consumir alimentos, que para ela, são considerados como luxo:

> *" Também assim quando dá, ai eu faço uma lasanha, compro uma Coca Cola e faço um bifinho com batata frita (...) Nesse dia todo mundo fica alegre e satisfeito, mas é uma coisa que a gente não pode comer, exigir todo dia."* - Kelly

Na fala de Kelly, percebemos a possibilidade de um encontro alimentar em família, onde todos podem desfrutar de bom momento e de boa comida. A carne é o alimento mais considerado como sendo luxo, no cotidiano de algumas das mulheres entrevistadas e o seu consumo está veiculado somente a alguns dias da semana.

O sentido atribuído a compra desses alimentos é agora de pertencimento à uma sociedade e com isso, poder ser incluído junto aos demais. Neste sentido, há uma significação *de status social* ligado ao consumo alimentar.

Assim como, esse sentido também existe no contexto das mulheres que não possuem filhos e netos. Para Renata, o recurso do BF trouxe a possibilidade de realização de dietas com a compra de alimentos como frutas, verduras e legumes e adoçantes.

"Alimentação como necessidade básica"

De certo, a alimentação apareceu como a principal prioridade na utilização do recurso do BF, entretanto, esse tema, para algumas mulheres, foi recebido como desconfortável e, consequentemente tratado por um longo silêncio durante as entrevistas. A alimentação ou o alimento não foi incorporado como algo que ocasionasse modificações em suas vidas e sim como uma necessidade básica, ficando como responsabilidade para o programa a veiculação de necessidades que vão além do simples fato de comer, pois com o dinheiro do BF só é permitido a compra dos alimentos.

O silêncio demonstrado parece resultar do fato de não conseguir atingir uma alimentação adequada, que para a entrevistada soa como uma forma de fracasso por não conseguir garantir à sua família a alimentação durante todo o mês.

No discurso a seguir, Sofia relata que com o recurso do BF consegue comprar somente o "grosso" da alimentação:

> *"(...) mas hoje em dia ninguém pode mais pensar no arroz, feijão e um pó de café e no óleo. tem outras coisas mais, então por isso que eu acho que não mudou em nada (...)"* - Sofia

No contexto de seu discurso, Sofia retrata que o PBF poderia auxiliar mais se promovesse empregos aos seus beneficiários, pois só a oferta de alimentos não é fundamental para que abandone a situação de pobreza. Como a alimentação é necessária, relata não conseguir melhorar sua condição de vida.

Desta forma, fica claro que o acesso a uma alimentação variada e de qualidade depende predominantemente da renda que o indivíduo dispõe e dos preços que esses alimentos são vendidos (IBASE, 2008).

9. CONSIDERAÇÕES FINAIS

"*E, afinal, para que serve o Bolsa Família?"* Esse é um dos questionamentos que fizemos e fazemos a todo instante na tentativa de compreender, segundo as considerações dos próprios beneficiários, sobre a importância dessa política pública, que atinge proporções cada vez maiores.

Apesar de ser uma política relativamente nova, com uma década de existência, as implicações do PBF já parece repercutir na trajetória de vida das famílias e, de alguma forma, nos papéis sociais das mulheres quando escolhidas para serem as titulares do programa.

São diversos os sentidos explícitos pelas mulheres entrevistadas e abordar todos eles não é tarefa fácil. A pesquisa, apesar de se pautar na averiguação exploratória do que o campo de Duque de Caxias propunha, trazia pressupostos de que a alimentação seria fator preponderante na utilização do benefício. De certo, essa se apresentou de forma bastante relevante, sendo considerada a maior prioridade na utilização do recurso, porém, não surgiu como o elemento mais importante na fala das entrevistadas, como fora esperado a princípio, pois para estas mulheres, o dinheiro traz mais do que somente a possibilidade de aquisição de alimentos.

O recurso do BF traz elementos importantes para o desenvolvimento da autonomia, da responsabilidade, da autoconfiança e autodeterminação que essas mulheres sentem ao receber uma renda estável mensal. E isso, mostrou-se preponderante para a construção dos sentidos que são diversos, devido a sua construção se dar de acordo com a história de vida e com o contexto socioeconômico ao qual cada uma destas mulheres estão vivenciando.

Recorrente na fala das mulheres é o desejo para que o programa não termine, pois a ajuda, apesar de pouca, auxilia na situação econômica da casa e, em muitas é a única fonte de renda que a família possui.

Assim, o município de Duque de Caxias, necessita de mais políticas estruturantes de apoio às famílias no que concerne à saúde, educação e geração de emprego. A construção de creches e escolas regulares e de qualidade e de empregos é de suma importância para que, conjuntamente, com o auxílio do programa, as famílias consigam superar a situação de pobreza e se tornarem emancipadas. Infelizmente, a não ocorrência dessas ações não

permitirá que uma política de transferência de renda isoladamente resolva o problema da pobreza e vulnerabilidade das famílias residentes de Duque de Caxias, perpetuando a situação caso a situação não seja resolvida.

Finalmente, esse trabalho não termina aqui, mas suas reflexões permitem pensar como o PBF repercute na trajetória de vida das mulheres e, consequentemente das suas famílias. Entender as dificuldades e os percalços que assolam o campo da assistência e compreender a importância do mesmo para a emancipação das famílias pode ser uma colaboração importante no entendimento do programa e, com isso, contribuir na estruturação de políticas de transferência de renda que se propõe a erradicar a pobreza no nosso país.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRANDH. Direito Humano à Alimentação Adequada no contexto da segurança alimentar e nutricional. Brasília, DF: ABRANDH, 2010.

ANTUNES, M .M.L.; SICHIERI, R.; SALLES-COSTA, R. Consumo alimentar de crianças menores de três anos residentes em área de alta prevalência de insegurança alimentar domiciliar. **Caderno de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 26, n.8, p.1642-1650, 2010.

ASBAHR, F.S.F. Sentido pessoal, significado social e atividade de estudo: uma revisão teórica. **Revista Quadrimestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional**, São Paulo. v.18, n. 2, p. 265-272. maio/agosto. 2014.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo.** Lisboa. Edições 70, 2009. 275p.

BARROS, J.P.P; PAULA, L.R.C.; PASCUAL, J.G.; COLAÇO, V.F.R.; XIMENES, V.M. O conceito de "sentido" em Vygotsky: considerações epistemológicas e suas implicações para a investigação psicológica. **Psicologia e Sociedade**, v.21, n.2, p.174-181, 2009.

BRANCO, T.C. Gênero e políticas públicas no Brasil. IN: ROCHA, C; BURLANDY, L; MAGALHÃES, R .(Org.) **Segurança Alimentar e nutricional: perspectivas, aprendizados e desafios para as políticas públicas**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2013, p.181-184.

BRASIL. Presidência da República. Diário Oficial da União. Brasília, 1991. **Projeto de Lei da Câmara nº 2561 de 1992 (PLS nº 80 de 1991)**. Institui o Programa de Garantia de Renda Mínima (PGRM) e dá outras providências. Disponível em: http://www.senado.gov.br/senadores/Senador/esuplicy/Programa/projeto_lei.asp. Acesso em: outubro de 2014.

BRASIL. Presidência da República. Diário Oficial da União. Brasília, 2001**. Decreto nº 3.877 de 24 de julho de 2001**. Institui o Cadastramento Único para Programas Sociais do Governo Federal. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2001/D3877.htm. Acesso em: janeiro de 2014.

BRASIL. O Programa Fome Zero e a Seguridade Social no Brasil – contribuições iniciais do conjunto CFESS/CRESS. Brasília, 2003. Disponível em: http://www.cfess.org.br/pdf/carta_fomezero2003.pdf. Acesso em: 10 de dezembro de 2013.

BRASIL. Presidência da República. Diário Oficial da União. Brasília, 2004a. **Lei nº 10.836 de 9 de janeiro de 2004**. Cria o Programa Bolsa Família e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l10.836.htm. Acesso em: junho de 2013.

BRASIL. Presidência da República. Diário Oficial da União. Brasília, 2006. **Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 200**6. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN - com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11346.htm. Acesso m: junho de 2013.

BRASIL. Presidência da República. Diário Oficial da União. Brasília, 2007. **Decreto nº 6.135, de 26 de junho de 2007.** Dispõe sobre o Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal e dá outras providências. Disponível em: http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/legislacao-1/decretos/2007/Decreto%20n%206135%20de%2026.06.2007.pdf. Acesso em: junho de 2013.

BRASIL. Presidência da República. Diário Oficial da União. Brasília, 2010. **Decreto nº 7.332 de 19 de outubro de 2010**. Dá nova redação e acresce artigos ao Decreto nº 5.209, de 17 de setembro de 2004, que regulamenta a Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, que cria o Programa Bolsa Família. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7332.htm#art1. Acesso em: outubro de 2013.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Renda e Cidadania. **Manual de Gestão do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal**. 1º edição. Brasília: Distrito Federal, 2012.

BRASIL. Presidência da República. Diário Oficial da União. Brasília, 2014a**. Decreto nº 8232, de 30 de abril de 2014**. Altera o Decreto nº 5.209, de 17 de setembro de 2004, que regulamenta o Programa Bolsa Família e o Decreto nº 7.492, de 2 de junho de 2011, que institui o Plano Brasil sem Miséria. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Decreto/D8232.htm#art1. Acesso em: junho de 2014.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Cadastro Único,** 2014b. Disponível em: http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/cadastrounico. Acesso em: junho de 2013.

BRONZO, C. Vulnerabilidade, Empoderamento e Proteção Social. Reflexões a partir de experiências latino-americanas. In: ENANPAD, XXXII, 2008.

BURLANDY, L. Transferência condicionada de renda e segurança alimentar e nutricional. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v.12, n.6, p.1441-1451, Dezembro, 2007.

BURLANDY, L.; COSTA, R.S. Segurança Alimentar e Nutricional: concepções e desenhos de investigação. IN: KAC, G.; SICHIERI, R.; GIGANTE, D.P. (Org.). **Epidemiologia Nutricional**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2009. p. 485-501.

CARLOTO, C.M. A chefia familiar feminina nas famílias monoparentais em situação de extrema pobreza. **Revista Virtual Textos & Contextos.** n.4, ano 4, 2005.

CASTRO, J. **Geografia da Fome**. 1.ed. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1946, p.21

CHAGAS, A.T.; SEEGER, F.D. Crack na mídia impressa: um estudo sobre a produção de sentido no discurso jornalístico sobre o crack. **Barbarói**, n. 38, p.145-177, 2013.

CHILTON, M.M.; RABINOWICH, J.R.; WOOLF, N.H. Very low food security in the USA is linked with exposure to violence. **Public Health Nutrition,** v.17, n.1, p.73-82, 2013.

COSTA, A.A. **Gênero, poder e empoderamento das mulheres**. Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher (Neim/Ufba), 2000.

COURA, C.A.P. Juventude e segregação urbana em Belo Horizonte: um estudo de trajetórias e representações sociais no Conjunto Taquaril. Março de 2009.142fl. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Minas Gerais. 2009.

DUQUE DE CAXIAS (RJ). Prefeitura Municipal. Departamento de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável. Diagnóstico situacional do Município de Duque de Caxias/Departamento Geral de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável – Duque de Caxias, RJ: DESANS, 2012.

FAO; IFAD; WFP. **The State of Food Insecurity in the World 2014: strengthening the enabling environment for food security and nutrition**. Rome, 2014. Disponível em: http://www.fao.org/3/ai4030e.pdf. Acesso em: 29 de setembro de 2014.

FONSECA, A.M.M; ROQUETE, C. Proteção social: dilemas e desafios. São Paulo: Editora Hucitec; 2005. Resenha de: CUNHA, C.C. Proteção social: dilemas e desafios. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 23, n.8, p. 1981-1983, 2007.

FRANCO, M.L.P.B. **Análise de Conteúdo**. Série Pesquisa, 3º ed. Brasília: Liber Livro. 2008. 79p.

GASKELL, G. Entrevistas individuais e grupais. In: BAUBER MW, GASKELL G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. 6ª ed. Petrópolis: Vozes; 2002.p. 64-89.

GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Editora Guanabara Koogan.

GIL, A.C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2006. 176p.

GOHN, M.G. Empoderamento e participação da comunidade em políticas sociais. **Saúde e Sociedade**, v. 13, n. 2, p. 20-31, ago. 2004.

IBASE. Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas. **Da "Estratégia Fome Zero" ao "Plano Brasil Sem Miséria": elementos da seguridade social no Brasil**. Disponível em: http://www.ibase.br/pt/wp-content/uploads/2013/02/proj-fomezero.pdf. Acesso em: 10 de agosto de 2014. Rio de Janeiro: IBASE, s/d.

IBASE. **Repercussões do Programa Bolsa Família na Segurança Alimentar e Nutricional das famílias beneficiadas**. Relatório Técnico, preliminar. Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: http://www.ibase.br/userimages/ibase_bf_sintese_site.pdf. Acesso em: janeiro de 2014.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Produto Interno Bruto dos Municípios 2004-2008. Contas Nacionais, número 33. Rio de Janeiro. IBGE: 2010. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/pibmunicipios/2004_2008/pibmunic2004_2008.pdf. Acesso em: 05 de março de 2014.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Demográfico 2010: Características da população e dos domicílios – Resultados do Universo. Rio de Janeiro: IBGE; 2011a.

JAIME, P. C.; VAZ, A.C.N.; NILSON, E.A.F.; FONSECA, J.C.G.; GUADAGNIN, S.C.; SILVA, S.A., SOUSA, M.F.; SANTOS, L.M.P. **Desnutrição em crianças de até cinco anos beneficiárias do Programa Bolsa Família: análise transversal e painel longitudinal de 2008 a 2012.** IN: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação. Cadernos de Estudos Desenvolvimento Social em Debate: resultados, avanços e desafio das condicionalidades em saúde do Programa Bolsa Família. Brasília, 2014.

JOVCHELOVITCH, S.; BAUER, M.. A entrevista narrativa. IN: BAUER, M.; GASKELL, G.: **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som.** Petrópolis: Vozes, 2002, p. 90-113.

MAGALHÃES, R.; BURLANDY, L.; SENNA, M.C.M. Desigualdades sociais, saúde e bem estar: oportunidades e problemas no horizonte de políticas públicas transversais. **Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v.12, n.6, p. 1415-1421, 2007.

MALUF, R.S. **Segurança Alimentar e Nutricional**. 3º Ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2011. 174p.

MALUF, R.S; REIS, M.C. Conceitos e princípios de segurança alimentar e nutricional. IN: ROCHA, C; BURLANDY, L; MAGALHÃES, R .(Org.) **Segurança Alimentar e nutricional: perspectivas, aprendizados e desafios para as políticas públicas**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2013. p.15-42.

MARIANO, S.A.; CARLOTO, C.M. Gênero e combate a pobreza: Programa Bolsa Família. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v.17, n.3, p.901-908, setembro/dezembro, 2009.

MARIANO, S.A.; CARLOTO, C.M. Aspectos diferenciais da inserção de mulheres negras no Programa Bolsa Família. **Revista Sociedade e Estado** - v.28,n.2,p.393-417, 2013.

MDS. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. Bolsa Família, 2014. Disponível em: http://www.mds.gov.br/bolsafamilia. Acesso em: junho de 2013.

MDS. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Bolsa família. Cadastro Único, 2014. Disponível em: http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/cadastrounico. Acesso em: junho de 2013.

MINAYO, M.C.S. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo: Hucitec; Rio de Janeiro: Abrasco, 2000.406p.

MINAYO, M.C.S. Técnicas de análise do material qualitativo. IN: MINAYO, M.C.S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde.** São Paulo: Hucitec; Rio de Janeiro: Abrasco, 2007.p.316.

MINAYO, M.C.S. Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade. **Ciência e Saúde Coletiva.** v.17, n.3, p621-626, 2012.

MONNERAT, G.; SENNA, M.C.M.; SCHOTTZ,V.; MAGALHÃES, R.; BURLANDY, L., Do direito incondicional à condicionalidade do direito: as contrapartidas do Programa Bolsa Família. **Ciência & Saúde Coletiva**, v.2, n.6, p. 1453-1462. 2007.

MOREIRA, N.C.; FERREIRA, M.A.M.; LIMA, A.A.T.F.; CKAGNAZAROFF, I.B. Empoderamento das mulheres beneficiárias do Programa Bolsa Família na percepção dos agentes dos Centros de Referência de Assistência Social**. RAP**. Rio de Janeiro, v. 46, n. 2, p.403-423, mar./abr, 2012.

MS. MINISTÉRIO DA SAÚDE. DATASUS. SAS/DAB. Coordenação Geral de Alimentação e Nutrição. Relatório consolidado do Bolsa Família: informações gerais sobre as famílias, 2014a. Disponível em: http://bolsafamilia.datasus.gov.br/w3c/consol_nacional_consol_bfa.asp?gru=2T&vigencia=28&vigatual=S&uf=TD&regional=00&regiaosaude=00&cob=1&brsm=1. Acesso em: outubro de 2014.

MS. MINISTÉRIO DA SAÚDE. DATASUS. SAS/DAB. Coordenação Geral de Alimentação e Nutrição. Relatório consolidado do Bolsa Família: informações sobre os municípios (Nacional), 2014b. Disponível em: http://bolsafamilia.datasus.gov.br/w3c/consol_nacional_info_gerais_bfa.asp?gru=1&vigencia=28&vigatual=S&uf=TD&regional=00&regiaosaude=00&cob=1&brsm=1. Acesso em: 02 de novembro de 2014.

NIMA. NÚCLEO INSTERDISCIPLINAR DE MEIO AMBIENTE. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Educação Ambiental de Duque de Caxias. Distritos do Município de Duque de Caxias. Disponível em: file:///C:/Users/Acer/Desktop/Distritos_do_Municipio_de_Duque_de_Caxias.pdf. Acesso em: 05 de março de 2014.

OLIVEIRA, S.P. Estudo do consumo alimentar: em busca de uma abordagem multidisciplinar. Revista de Saúde Pública - Revista da Faculdade de Saúde Pública da USP, São Paulo, v.31, n.2, p. 201-208. 1997.

OLIVEIRA C, H; PINTO M, M. Política de assistência social e cidadania no Brasil hoje: alguns elementos para discussão. v.8, n.1. p. 46-58. **Katálysis**, 2005.

OLIVEIRA, R.P.; SOARES, M.L. O debate sobre a renda mínima: uma forma de enfrentamento às desigualdades sociais? IN: III JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS, 2007. São Luís, MA. *Anais*... São Luís, MA. 2007, p.1-7.
OLIVEIRA; I.B.; GERALDI, J.W. Narrativas: outros conhecimentos, outras formas de expressão. IN: OLIVEIRA, I.B. (Org.) **Narrativas: outros conhecimentos, outras formas de expressão.** Rio de Janeiro: FAPERJ, 2010, p. 13-27.

OLIVEIRA, V.B**. Transferência de renda e Segurança Alimentar e Nutricional: Um olhar sobre o Programa Bolsa Família**. IN: SCHNEIDER, O.F. (Org.) Segurança Alimentar e Nutricional: tecendo a rede de saberes. Rio de Janeiro: FAPERJ, 2012, p. 101-120.

OMS. ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. *Glossary of health promotion terms*. Geneva: World Health Organization/Division of Health Promotion, Educations and Communications/Health Education and Health Promotion Unit, 1998.

OTERO-GARCIA, S.C.; SILVA, T.T.P. Pressupostos da Hermenêutica das Profundidades e suas potencialidades para a pesquisa e Educação Matemática. Acta **Scientiae Canoas.** v.15, n.3, p.551-571, set./dez. 2013.

PAES-SOUZA, R.; SANTOS, L.M.P.; MIAZAKI, É.S. Effects of a conditional cash transfer programme on child nutrition in Brazil. **Bull World Health Organ**. v.89, n.7. p. 496-503, 2011.

PIRES, A. Orçamento Familiar e Gênero: percepções do Programa Bolsa Família. **Cadernos de Pesquisa**. v.42 n.145, p.130-16. jan./abr. 2012.

PNUD. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil. PNUD: 2013a. Disponível em: http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/duque-de-caxias_rj. Acesso em: 01 de março de 2014.

PNUD. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil. PNUD: 2013b. Disponível em: http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_udh/23418. Acesso em: 01 de março de 2014.

POUPART, J. A entrevista de tipo qualitativo: considerações epistemológicas, teóricas e metodológicas. IN: POUPART, J.; DESLAURIERS, J.P.; GROULX, L.H.; LAPERRIÈRE, A.; MAYER, R.; PIRES, A.P. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis: Vozes, 2008, p. 215-253.

REGO, W.L.; PINZANI, A**. Vozes do Bolsa Família: autonomia, dinheiro e cidadania.** São Paulo: Editora Unesp, 2013. 241p.

ROCHA, S.; ALBUQUERQUE, R.C. Pobreza extrema no Rio de Janeiro: Uma espacialização alternativa. *Econômica*, v. 9, n. 1, p. 63-88, 2007.

ROCHA, S. **Transferências de renda: o fim da pobreza**. Rio de Janeiro: Campus, 2013. 216p.

SALLES-COSTA, R.; PEREIRA, R.A.; VASCONCELLOS, M.T.L.; VEIGA,G.V.; MARINS, V.M.R; JARDIM,B.C.; GOMES, F.S.; SICHIERI,R. Associação entre fatores socioeconômicos e insegurança alimentar: estudo de base populacional ma Região Metropolitana do Rio de Janeiro. **Revista de Nutrição**. Campinas, 21 (suplemento). p.99-109. julho/agosto, 2008.

SANTOS, L.; KERSTENETZKY, C. L. Pobreza como privação de liberdade: o caso da favela do Vidigal no Rio de Janeiro.**Economia** - Texto para Discussão 223/UFF, 2007.

SCHWARTZMAN, S. **As causas da pobreza.** Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 2004. 208p.

SEGALL-CORREA, A.M.; SALLES-COSTA, R. Novas possibilidades de alimentação a caminho? Democracia Viva. n.39, p.69-73, 2008.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SILVA, T.P. **A Hermenêutica da Profundidade: possibilidades metodológicas**. s/d. Disponível em: http://www.editorarealize.com.br/revistas/ebrapem/trabalhos/7c830ed9bbcd49dfe212893134e7bee2%281%29.pdf. Acesso em: outubro de 2014.

SILVA, GRF; MACEDO, KNF; REBOUÇAS, CBA; SOUZA, AMA. Entrevista como técnica de pesquisa qualitativa. Online Brazilian Journal of Nursing, v.5, n.2. UFF: 2006. Disponível em: http://www.objnursing.uff.br/index.php/nursing/article/view/382/88 Acesso: 15 de junho de 2014.

SILVA, M.O.S.; YAZBEK, M.C.; GIOVANNI, G. Os programas nacionais de transferência de renda. IN: SILVA, M.O.S.; YAZBEK, M.C.; GIOVANNI, G. **A política social brasileira no século XXI: a prevalência dos programas de transferência de renda**. São Paulo: Editora Cortez, 2006. p.87-95.

SILVA, M.O.S A trajetória dos programas de transferência de renda e seus desafios atuais: articulação com políticas estruturantes e unificação. **Pensar BH/Política Social.** Belo Horizonte: Prefeitura Municipal, n15, 2006. p.26-30. Disponível em: http://www.repositorio.ufma.br:8080/jspui/handle/1/162. Acesso em: novembro de 2013.

SILVA, M. O. S. O Bolsa Família: problematizando questões centrais na política de transferência de renda no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v.2, n.6, p. 1429-1439. 2007.

SILVA, M.O.S.; YAZBEK, M.C.; GIOVANNI, G. **A política social brasileira no século XXI: a prevalência dos programas de transferência de renda**. São Paulo: Editora Cortez, 2007a. p.13-20.

SILVA, M.O.S.; YAZBEK, M.C.; GIOVANNI, G. A Política Social Brasileira no Seculo XXI: a prevalência dos programas de transferência de renda. São Paulo: Editora Cortez, 2006. Resenha de: MARTINS, V. A Política Social Brasileira no Seculo XXI: a prevalência dos programas de transferência de renda. v. 10, n. 1, p. 123-125. **Katálysis**, 2007b.

SUARÉZ, M. **O Programa Bolsa Família e o enfrentamento das desigualdades de gênero*:* o desafio de promover o reordenamento do espaço doméstico e o acesso das mulheres ao espaço público**. Brasília: Cadernos de Estudos - Desenvolvimento Social em Debate, 2006.

THOMPSON, J. B. Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995. Resenha de: COSTA, A.F. **Cadernos de Linguagem e Sociedade**, v. 3, n.1, P. 143-147, 1997.

THOMPSON, J.B. A metodologia da interpretação. In: THOMPSON, J.B. Ideologia **e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa**. 9º ed. Petrópolis: Vozes, 2011. p355-377.

VERONESE, M.V; GUARESCHI, P. A Hermenêutica de profundidade na pesquisa social. **Ciências Sociais Unisinos,** v.42, n.2, p.85-93, 2006.

ZIMMERMANN, C. R. Os programas sociais sob a ótica dos direitos humanos: o caso do Bolsa Família do governo Lula no Brasil. **Revista Internacional de Direitos Humano**s, São Paulo, v. 3, n. 4, junho. 2006.

ZIMMERMANN, C.R. O Programa Bolsa Família sob a ótica dos Direitos Humanos. Eixo Temático: O Programa Bolsa Família e o desafio da unificação dos Programas de Transferência de Renda. **Revista Espaço Acadêmico**, nº57, 2006.

ANEXO 1

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – Etapa Qualitativa 1º e 2º Grupo

Universidade Federal do Rio de Janeiro - Instituto de Nutrição Josué de Castro
Universidade do Estado do Rio de Janeiro – Instituto de Medicina Social
Universidade Federal Fluminense – Faculdade de Nutrição
Escola Nacional de Saúde Pública

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Projeto: Pobreza Extrema, Insegurança Alimentar e Políticas Públicas: Estudo Longitudinal de Famílias Atendidas pelo Programa Bolsa Família no Município de Duque de Caxias.

Este documento fornecerá informações e solicitará seu consentimento para participar do estudo *"Pobreza Extrema, Insegurança Alimentar e Políticas Públicas: Estudo Longitudinal de Famílias Atendidas pelo Programa Bolsa Família no Município de Duque de Caxias",* do Instituto de Nutrição Josué de Castro da Universidade Federal do Rio de Janeiro, desenvolvida por um grupo de pesquisadores Instituto de Nutrição da Universidade Federal do Rio de Janeiro, do Instituto de Medicina Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, da Faculdade de Nutrição da Universidade Federal Fluminense e Escola Nacional de Saúde Pública.

O estudo pretende avaliar a saúde de indivíduos que recebem o benefício do Programa Bolsa Família que moram no município de Duque de Caxias. A pesquisa será realizada através de entrevistas gravadas que terão perguntas sobre alimentação e saúde, informações de moradia, renda da família, sobre os alimentos mais consumidos, dentre outras.

A entrevista durará cerca de 90 minutos e será realizada em local de sua preferência, e será gravada para permitir o registro completo das informações fornecidas nas entrevistas. Toda a atividade será realizada por pesquisadora treinada. Se você quiser, poderá entrar em contato com as pesquisadoras pelo telefone que constam ao final desse documento, para obter maiores informações. **Serão duas entrevistas que você irá participar com intervalo de 11 meses entre a primeira e a segunda.**

Você tem a liberdade de não querer participar do projeto de pesquisa. **Sua decisão de participar ou não será mantida em sigilo pela equipe de pesquisadores, de modo a não interferir e não prejudicar de modo algum a participação de sua família no Programa Bolsa Família.** Se você desejar, poderá também retirar o termo de consentimento a qualquer momento, no caso de ter aceitado participar do projeto, **sem prejuízo à participação de sua família** no Programa Bolsa Família.

Você tem a liberdade de não querer participar do projeto de pesquisa. **Sua decisão de participar ou não será mantida em sigilo pela equipe de pesquisadores, de modo a não interferir e não prejudicar de modo algum a participação de sua família no Programa Bolsa Família.** Se você desejar, poderá também retirar o termo de consentimento a qualquer momento, no caso de ter aceitado participar do projeto, **sem prejuízo à participação de sua família** no Programa Bolsa Família.

Garantia de acesso às informações

Como o Conselho Nacional de Saúde garante na resolução 466/12, as pesquisas realizadas com seres humanos devem garantir a autonomia de participantes como você e as pessoas de sua família, como também sua privacidade. **Ou seja, você tem a liberdade de querer ou não querer participar de pesquisa como essa, com a garantia de sigilo de sua vida particular**. Com isso, garantimos que todas as informações obtidas na pesquisa são confidenciais, **ou seja, não serão acessadas por outras pessoas que não sejam pesquisadores ou alunos da pesquisa**! **Somente essas pessoas que trabalham ou estudam em** instituições de ensino envolvidas terão acesso aos seus dados, não sendo permitido, em qualquer hipótese, divulgar seus dados. Os resultados da pesquisa serão divulgados na impressa local do seu município, como também em reuniões no Ministério do Desenvolvimento Social de Combate a Fome, em congressos e em artigos publicados em revistas da área de saúde. Esses trabalhos não divulgam nomes das pessoas entrevistadas, apenas os resultados das informações coletadas nos questionário como um todo, ou seja, de todas as pessoas entrevistadas, ao mesmo tempo. E, em qualquer momento da pesquisa você poderá consultar os entrevistadores ou entrar em contato com as pesquisadoras abaixo relacionadas sobre resultados e andamento da pesquisa.

Para finalizar, gostaríamos de esclarecer que os questionários com suas informações serão **guardados** no Instituto de Nutrição Josué de Castro, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, em local seguro, cujas informações **que você respondeu** serão digitadas em computadores de pesquisa. Em todo esse processo o acesso é restrito aos pesquisadores e alunos de pesquisa.

Agradecemos sua colaboração!!

Em qualquer etapa da pesquisa você poderá entrar em contato em caso de dúvida, com as pesquisadoras ou com o Comitê de Ética em Pesquisa do Hospital Universitário Clementino Fraga Filho nos seguintes contatos:

Rosana Salles da Costa - Instituto de Nutrição Josué de Castro – Universidade Federal do Rio de Janeiro. Endereço: Av. Carlos Chagas Filho, 373. Edifício do Centro de Ciências da Saúde, Bloco J, 2º andar, Cidade Universitária, CEP: 21.941-902. Tel.(s): 21-2562-6432; e-mail: rosana@nutricao.ufrj.br

Gilza Sandre Pereira - Instituto de Nutrição Josué de Castro – Universidade Federal do Rio de Janeiro. Endereço: Av. Carlos Chagas Filho, 373. Edifício do Centro de Ciências da Saúde, Bloco J, 2º andar, Cidade Universitária, CEP: 21.941-902. Tel.(s): 21-2562-6432; e-mail: gsandre@nutricao.ufrj.br

Comitê de Ética em Pesquisa do Hospital Universitário Clementino Fraga Filho – R. Prof.Rodolpho Paulo Rocco, nº 255 – Cidade Universitária/Ilha do Fundão – sala 01D-46/1º andar. Telefone 2562-2480, de segunda a sexta-feira, das 8 as 15 horas. Email: cep@hucff.ufrj.br

Consentimento

Acredito ter sido suficientemente informado a respeito das informações sobre o estudo acima citado que li ou que foram lidas para mim. Eu discuti com o entrevistador _____ sobre a minha decisão em participar desse estudo, como também permitir que meus filhos menores de dezoito anos participem. Ficaram claras para mim quais são os propósitos do estudo, os procedimentos a serem realizados, seus desconfortos e riscos, as garantias de confidencialidade e de esclarecimento permanentes. Ficou claro também que minha participação é isenta de despesas e que tenho garantia de acesso a tratamento ambulatorial caso necessário. Concordo voluntariamente em participar deste estudo e que poderei retirar o meu consentimento a qualquer momento, sem penalidades ou prejuízos sem a perda de benefícios recebidos pelo Programa Bolsa Família no meu município. Eu receberei uma cópia desse termo de Consentimento

Livre e Esclarecido (TCLE) e a outra ficará com o pesquisador responsável por essa pesquisa. Além disso, estou ciente de que eu (ou meu representante legal) e o pesquisador responsável deveremos rubricar todas as folhas desse TCLE e assinar a última folha.

Nome e Assinatura do voluntário da pesquisa e do entrevistador responsável.

_____

Nome do participante

_____

Assinatura do participante

_____

Nome do entrevistador responsável

Para maiores informações consultar a Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde que aprova as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. Para maiores informações consultar o Manual Operacional para Comitês de Ética em Pesquisa no link http://www.conselho.saude.gov.br/Web_comissoes/conep/index.html.

Assinatura do entrevistador responsável

DUQUE DE CAXIAS, _____ de _____ de _____.

Universidade Federal do Rio de Janeiro SANDUC Grupo de Pesquisas sobre Segurança Alimentar e Nutricional em Duque de Caxias IMS Instituto de Medicina Social UERJ ENSP uff

ANEXO 2

PARECER DO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

HOSPITAL UNIVERSITÁRIO
CLEMENTINO FRAGA FILHO
((HUCFF/ UFRJ))

PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Estudo Longitudinal de Famílias Atendidas pelo Programa Bolsa Família no Município de Duque de Caxias.

Pesquisador: Rosana Salles da Costa

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 30679914.0.0000.5257

Instituição Proponente: UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

Patrocinador Principal: MINISTERIO DA CIENCIA, TECNOLOGIA E INOVACAO
FUN CARLOS CHAGAS F. DE AMPARO A PESQUISA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - FAPERJ

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 651.339

Data da Relatoria: 15/05/2014

Apresentação do Projeto:

Protocolo 085-14 do grupo III, recebido em 28.4.2014. Cosntam os seguintes documentos, todos postados em 22.04.2014:

1. Carta de apresentação; 2. Projeto de pesquisa; 3. TCLE; 4. Folha de rosto; 5. Currículo Lattes do pesquisador e da equipe; 6. Termo de cooperação entre Prefeitura de Duque de Caxias e UFRJ; 7. TALE.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

Analisar as modificações temporais ao longo de um ano na situação de insegurança alimentar e de extrema pobreza de famílias a partir do recebimento dos recursos do Programa Bolsa Família.

Objetivo Secundário:

1.Verificar as possíveis mudanças na situação de insegurança alimentar das famílias a partir do incremento de renda propiciado pelo programa;2.Na dimensão de saúde e nutrição, avaliar modificações no consumo alimentar e impactos sobre variações de índices antropométricos em diferentes faixas de idade (crianças de 6 a 30 meses, adolescentes e adultos) ao longo de um ano

Endereço: Rua Prof. Rodolpho Paulo Rocco Nº255 Sala 01D-46
Bairro: Cidade Universitária **CEP:** 21.941-913
UF: RJ **Município:** RIO DE JANEIRO
Telefone: (21)3938-2480 **Fax:** (21)3938-2481 **E-mail:** cep@hucff.ufrj.br

de ingresso no PBF;3.Identificar as possíveis modificações
no acesso a bens e serviços públicos (de saúde, de educação e de programas de assistência social) a partir da inserção no Programa Bolsa Família.4.Analisar as percepções de mulheres titulares a respeito do funcionamento do PBF e do acesso a outros programas públicos que podem afetar sua condição de pobreza; 5.Compreender os significados que mulheres titulares do programa atribuem às mudanças e permanências nas suas vidas, a partir do recebimento do benefício;6.Analisar o contexto político institucional local do Programa Bolsa Família e suas interfaces com as políticas de saúde, de educação e assistência social; 7.Identificar a compreensão dos gestores quanto à articulação entre as ações voltadas para o aleitamento materno e a SAN.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos:

Neste estudo se identificam riscos mínimos aos participantes envolvidos, que serão minimizados garantindo a autonomia, sigilo, privacidade das famílias e gestores entrevistados. Como o Conselho Nacional de Saúde garante na resolução 466/12, as pesquisas realizadas com seres humanos devem garantir a autonomia de participantes. Todas as pessoas entrevistadas em cada etapa da pesquisa (ver detalhamento no projeto em anexo)
terão sua privacidade garantida e preservada. Todas as informações obtidas na pesquisa são confidenciais! Somente os pesquisadores e alunos de pós-graduação das instituições de ensino envolvidas terão acesso aos seus dados, não sendo permitido, em qualquer hipótese, divulgar seus dados. Os resultados da pesquisa serão divulgados na impressa local do município de estudo, como também em reuniões técnicas no Ministério do Desenvolvimento Social de Combate a Fome, em congressos e em artigos publicados em revistas da área de saúde. Esses trabalhos não divulgam nomes das pessoas entrevistadas, apenas os resultados das informações coletadas nos questionário como um todo, ou seja, de todas as pessoas entrevistadas, ao mesmo tempo. E, em qualquer momento da pesquisa o entrevistado poderá consultar os entrevistadores ou entrar em contato com as pesquisadoras relacionadas sobre resultados e andamento da pesquisa indicados nos TCLEs de cada etapa. O projeto garante ainda que, se o entrevistado se sentir constrangido o apresentar qualquer tipo de desconforto, ele será informado que poderá recusar ou interromper as entrevistas,a
qualquer momento. Esclarecemos que os questionários com suas informações serão armazenados no Instituto de Nutrição Josué de Castro, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, em local seguro, cujas informações que você e sua família responderam serão digitadas em computadores

de pesquisa. Em todo esse processo o acesso é restrito aos pesquisadores e alunos de pesquisa. Por fim, as famílias beneficiadas pelo PBF e que serão informadas do sigilo total quanto as informações obtidas, sem quaisquer risco que envolva sua participação no programa.

Benefícios:
Como descrito anteriormente, o PBF foi implementado como estratégia de redução da pobreza extrema no Brasil. Um de seus principais focos é reduzir pobreza monetária e ampliar o acesso à educação e aos serviços de saúde através do incentivo para o cumprimento de condicionalidades. A maior parte dos estudos têm utilizado inquéritos populacionais para avaliar as modificações do PBF em relação a desfechos de saúde, principalmente relacionando o impacto em indicadores da saúde infantil. Outros trabalhos reforçam as evidências de que a transferência condicionada de renda no nossa país refletiu em mudanças nos indicadores sociais, tais como insegurança alimentar e acesso a bens e serviços essenciais pelas famílias contempladas. Poucos trabalhos avaliam como essas mudanças refletiram acesso aos serviços de saúde, de educação e aos programas de assistência social, ou seja, como as condicionalidades contribuem para a redução da pobreza extrema, e sua interface com políticas públicas locais. O desenho de estudo longitudinal, ainda pouco utilizado no nosso estado, permite este tipo de investigação. Com isso, a principal contribuição da presente proposta é trazer o desenho de estudo longitudinal utilizando a perspectiva de análise quanti-quali para avaliar possíveis mudanças que o PBF propicia em relação a insegurança alimentar familiar e outros aspectos destacados no referencial teórico. Além disso, o estudo pretende indagar em que medida é possível constatar mudanças no acesso aos serviços de saúde, de educação e aos programas de assistência social a partir da entrada de uma família no PBF. Adicionalmente, a presente proposta pretende contribuir no âmbito acadêmico, com a capacitação de estudantes de graduação e pósgraduação sobre o tema, produzindo material bibliográfico (artigos científicos, dissertações e teses) que serão apresentados em eventos científicos
da área de Saúde Coletiva.No que se refere aos indivíduos avaliados, não será oferecido quaisquer benefício para participação doe estudo.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:
O estudo se propõe a analisar possíveis mudanças nas situações de insegurança alimentar e de extrema pobreza de famílias atendidas pelo Programa Bolsa Família (PBF) no município de Duque de Caxias, RJ. O PBF articula a transferência monetária de renda a ações de saúde,
educação e assistência social, visando emancipação das famílias e inclusão produtiva. Uma das

propostas do programa é de afetar potencialmente as condições econômicas, sociais, de insegurança alimentar, de saúde e de acesso aos bens e serviços destas famílias ao combinar estratégias de curto, médio e longo prazo para a superação da pobreza. Para identificar estas possíveis modificações, a abordagem metodológica adotada na presente proposta incluirá o acompanhamento longitudinal das famílias a partir de indicadores selecionados e a análise transversal do contexto político institucional do PBF no município de Duque de Caxias. O componente longitudinal será construído a partir de informações sobre a situação
de insegurança alimentar e de pobreza das famílias e sobre o conjunto de fatores que condicionam este quadro, a partir de seu ingresso no programa e ao longo de um ano de permanência. O componente transversal deste estudo pretende avaliar o contexto político institucional local do programa e suas interfaces com as políticas de saúde, de educação e de assistência social. Este contexto será compreendido numa perspectiva histórica, considerando o conjunto de atores locais, arenas, arranjos políticos e institucionais que configuram um determinado quadro de ações públicas. A principal premissa deste trabalho é de que o contexto político institucional, afeta a situação de pobreza e de insegurança alimentar das famílias atendidas pelo programa, sendo, portanto, crucial seu detalhamento e análise confrontando com os resultados obtidos na etapa longitudinal.

Hipótese:
O estudo se baseia na hipótese de que a partir do recebimento do benefício do Bolsa Família, as famílias beneficiárias apresentam transformações no perfil de consumo e insegurança alimentar ao longo do tempo, como também no acesso aos serviços de saúde, de educação e aos programas de assistência social.

Metodologia Proposta:
Para a seleção das famílias, o primeiro passo será acessar e identificar no Cadastramento Único de Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico) as famílias que já estejam cadastradas no PBF do município de Duque de Caxias, mas que ainda não recebem o benefício. Com base em informações do Serviço Social da Prefeitura de Duque de Caxias, no período de janeiro a setembro de 2013, cerca de cinco mil famílias cadastradas começaram a receber o benefício. Ainda em relação às informações sobre o PBF no município, de acordo com o as informações do Sistema de Benefícios ao Cidadão (SIBEC), Duque de Caxias tem cerca de 70% de cobertura das famílias cadastradas no PBF e que permite o acesso de pelo menos 10% das famílias cadastradas para a

composição da base de dados da pesquisa. Considerando a insegurança alimentar como o principal desenlace do estudo duas proporções foram consideradas na estimativa do tamanho amostral: (1) em Campos Elíseos, 2º distrito
mais pobre da região, a estimativa em 2008 era de que 58% famílias apresentavam algum grau de insegurança alimentar (Salles-Costa et al, 2008); (2) no mesmo ano cerca de 80% de famílias beneficiadas pelo PBF apresentavam algum grau de insegurança alimentar no país (Lignani et al, 2010). Ou seja, considerando a variação entre 60 a 80% de prevalência de insegurança alimentar, um alfa de 5% e poder de 95%, a amostra estimada é de 113 famílias. Como o estudo longitudinal prevê perdas ao longo do seguimento, a este total somam-se perdas na ordem de 40%, sendo a amostra final composta por 160 famílias a serem seguidas pelo período de um ano. As famílias serão sorteadas no 1º lote de repasse de verba federal para o pagamento do benefício entre famílias cadastradas no CadÚnico do município de Duque de Caxias no ano de 2014, sendo incluídas apenas aquelas que estiverem recebendo o valor do benefício pela 1ª vez.Essas famílias serão localizadas e convidadas para participarem do estudo longitudinal, compondo a base longitudinal da pesquisa que será acompanhada pelo período de um ano a contar pelo tempo de ingresso efetivo no programa (início do pagamento do 1º mês do benefício). Esta etapa da pesquisa será realizada considerando a entrada das famílias na base de dados e quatro avaliações após o recebimento do 1º valor do benefício do PBF (1º, 4º, 8º e 12º meses). A coleta de dados será feita por meio de pesquisa domiciliar, realizada por equipe de entrevistadores treinados, utilizando questionários com perguntas fechadas, cujos protocolos de investigação serão pré-testados em estudo piloto, tendo como base os instrumentos aplicados nas pesquisas do grupo SANDUC. Nas quatro avaliações de cada família serão colhidos dados sobre a insegurança alimentar (1ª e 4ª avaliação), o seu perfil sociodemográfico e de saúde, o consumo alimentar e de medidas antropométricas. Adicionalmente, serão avaliadas as modificações no acesso a bens e serviços públicos. Por fim, se buscará apreender a percepção dos titulares sobre o PBF e dos gestores do programa por meio de pesquisa qualitativa. O projeto em anexo apresenta detalhamento de todas as etapas da pesquisa, não incluídos aqui em função do limite de caracteres do sistema da Plataforma Brasil. Por favor, consultar as páginas 10 a 18 para maior detalhamento de cada etapa proposta, bem como análise de dados.

Metodologia de Análise de Dados:
Em relação à etapa longidudinal, serão utilizadas técnicas estatísticas exploratórias para análises univariadas e bivariadas. Serão utilizados modelos de regressão e procedimentos estatísticos

adequados para o desenho de estudo longitudinal (GLM) para avaliar a relação do PBF e nas modificações da insegurança alimentar familiar, principal desenlace do estudo, bem como com os demais desfechos de saúde e condições de vida,
descritos anteriormente. Com base nos modelos propostos, as análises considerarão também modelos de equações estruturais. Todas as análises serão conduzidas no programa estatístico Stata 13.0. Em relação a etapa qualitativa, a análise das narrativas utilizará como referencial teórico as propostas de Schütze (1992a; 1992b; 2007a; 2007b) e de Byron-Good (1996). Byron-Good propõe que a análise busque a identificação dos enredos, uma vez que estes ordenam as narrativas, articulando os eventos com as experiências vividas de forma significativa e fornecendo o contexto da história contada. Schütze propõe as seguintes fases de análise: 1) análise formal do texto como foi narrado, identificando seus vários componentes; 2) análise estrutural do conteúdo, identificando, entre outros, entrelaçamento de eventos, pontos definidores de transformação ou mudanças graduais e ações biográficas planejadas e realizadas, que compõe as trajetórias; 3) identificação das reflexões e teorias operativas que constituem o auto-entendimento do sujeito em relação à sua experiência; 4) agrupamento das diversas trajetórias individuais para comparação, identificando semelhanças e contrastes entre as experiências narradas; e 5) identificação de tipologias que possam sugerir trajetórias coletivas que se articulam como um modelo teórico. Com isso pretende-se compreender os significados que os indivíduos atribuem à sua experiência individual e de que modo se processa a dinâmica das mudanças na vida das famílias a partir do recebimento do benefício. Com relação ao componente de análise do contexto político institucional do PBF, será desenvolvido um componente específico da pesquisa, aplicado paralelamente ao estudo longitudinal. A premissa que orienta a construção metodológica deste componente da pesquisa é a de que não é possível pensar o PBF sem pensar simultaneamente o contexto político institucional local. Em outros termos, que o PBF convive e de algum modo interage com outras políticas locais, cujos arranjos institucionais travam uma teia de relações. As configurações concretas desta trama de relações terminam por condicionar as formas e as possibilidades de incidência das políticas sobre a vida das famílias que vivem em condições de extrema pobreza. Neste sentido, o mapeamento desses arranjos e destas inter-relações é fundamental para a compreensão das mudanças (e as não mudanças) apreendidas no componente
longitudinal. Cartografar esta trama de relações envolve considerar três dimensões (Baptista e Mattos, 2011). A primeira dimensão é o reconhecimento que as políticas têm uma história, que se expressa nos arranjos institucionais. Neste sentido, cabe, ainda que de modo breve, mapear as trajetórias de cada uma dessas políticas. Especial atenção será dada a trajetória de

desenvolvimento do SUS no município, sobretudo quando a relação com as diretrizes de expansão da atenção básica (ESF) e aos arranjos locais da educação. A segunda dimensão refere-se aos atores que protagonizam as políticas locais no momento do estudo. Trata-se de proceder a um mapeamento desses atores, e indicar suas principais
linhas de atuação e estratégias. A terceira dimensão refere-se ao mapeamento das arenas e espaços de discussão e de interação entre as políticas, tanto no nível de governo, como na sociedade. O foco é identificar as formas de inter-relação ou de embates entre agentes envolvidos nas políticas em questão. Espera-se que o quadro resultante deste componente ofereça um repertório interpretativo útil para dar sentido aos achados do componente longitudinal.

Desfecho Primário:
Insegurança alimentar domiciliar aferida através da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar.

Desfecho Secundário:
Consumo alimentar e padrões de acesso aos serviços públicos (educação e saúde).

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

1. A Folha de Rosto está adequadamente preenchida e tem as assinaturas identificadas.
2. O currículo apresentado qualifica o pesquisador a desenvolver o projeto.
3. Constam no TCLE:

a. forma de obtenção.
b. em caso de recusa, não há prejuízo do cuidado
c. menção à confidencialidade e à privacidade

Recomendações:

Nenhuma

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Trata-se de processo que foi apresentando anteriormente e apreciado sob parecer número 518.219, em 16.01.2014. Nessa ocasião, os pesquisadores responderam adequadamente às pendências (parecer número 620.003), só que, em tempo superior aos trinta dias corridos do parecer inicial. Informo que, na nova versão, os pesquisadores apresentaram de forma satisfatória o projeto e seus complementos de acordo com a apreciação anterior.

Situação do Parecer:

Aprovado

HOSPITAL UNIVERSITÁRIO
CLEMENTINO FRAGA FILHO
((HUCFF/ UFRJ))

Continuação do Parecer: 651.339

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Considerações Finais a critério do CEP:

1. De acordo com o item X.1.3.b, da Resolução CNS n.º 466/12, o pesquisador deverá apresentar relatórios semestrais que permitam ao CEP acompanhar o desenvolvimento dos projetos.

2. Eventuais emendas (modificações) ao protocolo devem ser apresentadas, com justificativa, ao CEP, de forma clara e sucinta, identificando a parte do protocolo a ser modificada.

RIO DE JANEIRO, 18 de Maio de 2014

Assinado por:
Carlos Alberto Guimarães
(Coordenador)

Endereço: Rua Prof. Rodolpho Paulo Rocco Nº255 Sala 01D-46
Bairro: Cidade Universitária **CEP:** 21.941-913
UF: RJ **Município:** RIO DE JANEIRO
Telefone: (21)3938-2480 **Fax:** (21)3938-2481 **E-mail:** cep@hucff.ufrj.br

ANEXO 3

CARTA DE APRESENTAÇÃO DA PESQUISA

Rio de Janeiro, 23 de maio de 2014.

Caros Senhores,

Apresentamos o projeto de pesquisa **"Pobreza Extrema, Insegurança Alimentar e Políticas Públicas: Estudo Longitudinal de Famílias Atendidas pelo Programa Bolsa Família no Município de Duque de Caxias."**, que será realizado no município de Duque de Caxias no período de 2014 a 2015.

O presente projeto terá como objetivo analisar as modificações temporais ao longo de um ano na situação de insegurança alimentar e de extrema pobreza de famílias a partir do recebimento dos recursos do Programa Bolsa Família entre famílias beneficiadas pelo programa. Sua realização será possibilitada por financiamento obtido pelo Conselho Nacional de desenvolvimento em Pesquisa – CNPQ, e da Fundação Carlos Filho de Amparo a Pesquisa no Estado do Rio de Janeiro – FAPERJ.

Neste estudo se identificam riscos mínimos aos participantes envolvidos, que serão minimizados garantindo a autonomia, sigilo, privacidade das famílias e gestores entrevistados, como recomendado pelo Conselho Nacional de Saúde na resolução 466/12. Todas as pessoas entrevistadas em cada etapa da pesquisa terão sua privacidade garantida e preservada, cujas informações obtidas são confidenciais. Somente os pesquisadores e alunos de pós-graduação das instituições de ensino envolvidas terão acesso aos seus dados, não sendo permitido, em qualquer hipótese, divulgá-los.

Os resultados da pesquisa serão divulgados na impressa local do município de estudo, como também em reuniões técnicas no Ministério do Desenvolvimento Social de Combate a Fome, em congressos e em artigos publicados em revistas da área de saúde. É importante considerar que esses trabalhos não divulgam nomes das pessoas entrevistadas, apenas os resultados das informações coletadas nos questionário como um todo, ou seja, de todas as pessoas entrevistadas, ao mesmo tempo.

Em qualquer momento da pesquisa o entrevistado poderá consultar os entrevistadores ou entrar em contato com as pesquisadoras relacionadas sobre resultados e andamento da pesquisa indicados nos termos de consentimento livre e esclarecidos de cada etapa. O projeto garante ainda que, se o entrevistado se sentir constrangido o apresentar qualquer tipo de desconforto, ele será informado que poderá recusar ou interromper as entrevistas, a qualquer momento.

Esclarecemos que os questionários com suas informações serão armazenados no Instituto de Nutrição Josué de Castro, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, em local seguro, cujas informações que você e sua família responderam serão

digitadas em computadores de pesquisa. Em todo esse processo o acesso é restrito aos pesquisadores e alunos de pesquisa. Por fim, as famílias beneficiadas pelo PBF e que serão informadas do sigilo total quanto às informações obtidas, sem quaisquer riscos que envolva sua participação no programa.

Por fim, ressalto que o presente projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisas do Hospital Universitário Clementino Fraga Filho da Universidade Federal do Rio de Janeiro, parecer nº 651.339, em 18 de maio do presente ano.

Coloco-me a disposição para novas informações e agradecemos desde já a colaboração de vocês quanto ao acesso às informações necessárias para o êxito do projeto e da parceria estabelecida com a Prefeitura do município de Duque de Caxias.

Atenciosamente,

Rosana Salles da Costa

Coordenação do projeto

Luciene Burlandy

Rosana Magalhães

Gilza Sandre Pereira

Ruben Araujo de Mattos

ANEXO 4

TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA DO MUNICÍPIO DE DUQUE DE CAXIAS

PREFEITURA DUQUE DE CAXIAS

TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE DUQUE DE CAXIAS E A UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO, VISANDO DESENVOLVER AÇÕES CONJUNTAS DE PESQUISA E DE ASSESSORAMENTO RECÍPROCO JUNTO AO GRUPO DE PESQUISAS DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL EM DUQUE DE CAXIAS – SANDUC, ALÉM DE OUTRAS MATÉRIAS DE INTERESSE COMUM, NO ÂMBITO DO DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES DE PESQUISA RELACIONADAS À SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL DE DUQUE DE CAXIAS.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE DUQUE DE CAXIAS, inscrita no CNPJ sob o nº 29.138.328/0001-50, situada à Alameda Dona Esmeralda, nº 206, Jardim Primavera, nesta cidade de Duque de Caxias – RJ, doravante denominada **PMDC**, neste ato representada pelo Exmo. Sr. Prefeito Municipal **ALEXANDRE AGUIAR CARDOSO**, inscrito no CPF/MF sob o nº 304.563.637-34, Cédula de Identidade nº 3686814-9, expedida pelo DETRAN/RJ, residente e domiciliado nesta Cidade e Estado e o **INSTITUTO DE NUTRIÇÃO JOSUÉ DE CASTRO** da **UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO**, inscrito no CNPJ sob o nº 33.663.683/0023-21, situado à neste ato representado pela Sr.ª **ELIANE FIALHO DE OLIVEIRA**, inscrita no CPF/MF sob o nº 005.892.797-26, resolvem celebrar o presente **TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA**, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente Termo de Cooperação Técnica tem por objeto a cooperação entre a Prefeitura Municipal de Duque de Caxias (PMDC), por intermédio do Departamento de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável (DESAN),

ligado ao Gabinete do Prefeito, e a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), no desenvolvimento de ações conjuntas no campo da pesquisa sobre a situação da insegurança alimentar e nutricional da população do município de Duque de Caxias, além de outras matérias de interesse comum, especialmente para:

a) Identificar a situação da insegurança alimentar e nutricional da população do município de Duque de Caxias;
b) Auxiliar, com os dados resultantes da pesquisa, o Departamento de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável e o Conselho Municipal de Segurança Alimentar, vinculados, respectivamente, ao Gabinete do Prefeito e à Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos (SMASDH), no planejamento e controle das ações da política pública municipal de segurança alimentar e nutricional;
c) Promover seminários em comum para aprofundamento de temas relacionados ao objeto das pesquisas;
d) Permitir amplo acesso aos dados produzidos e manipulados pelas duas instituições;
e) Desenvolver atividades com alunos do 8º período do Curso de Graduação em Nutrição do Instituto de Nutrição da UFRJ, em parceria com o DESANS, com o intuito de apresentar atividades do setor relacionadas a ações de promoção de SAN no município;
f) Compartilhar banco de dados e informações, mediante estudos e pesquisa envolvendo outras instituições vinculadas ao objeto.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA OPERACIONALIZAÇÃO

Para a consecução do objeto deste Termo, considerando o estabelecido em sua cláusula primeira, a PMDC e a UFRJ deverão:

a) Estabelecer um plano de trabalho com respectivo cronograma de atividades;
b) Ter em conta os dados existentes sobre a situação da vulnerabilidade alimentar e nutricional local e a institucionalização do sistema municipal de segurança alimentar e nutricional.

PARÁGRAFO ÚNICO – Poderão ser convidados outros representantes de órgãos da Administração Pública, de atores sociais, bem como especialistas ligados ao tema para a operacionalização deste Termo.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS COMPROMETIMENTOS DOS PARTÍCIPES

I – DA PMDC:

a) Proporcionar cooperação técnica na área da política municipal de segurança alimentar e nutricional, por intermédio do DESANS;

b) Elaborar e acompanhar, por intermédio do DESANS, o desenvolvimento dos projetos referentes ao objeto deste Termo;
c) Fornecer à UFRJ os documentos e as informações necessárias disponíveis em seu acervo para o desenvolvimento das ações objeto deste Termo;
d) Promover a articulação dos órgãos da administração pública direta e indireta municipal para subsidiar a pesquisa;
e) Auxiliar o desenvolvimento dos estudos destinados a obter informações qualitativas a respeito do objeto deste Termo;
f) Divulgar as ações conjuntas, objeto deste Termo, citando a participação da UFRJ nos trabalhos.

II – DA UFRJ:

a) Repassar dados resultantes da pesquisa para o DESANS/PMDC, pelos instrumentos a sua disposição, a fim de garantir a implementação plena do objeto deste Termo;
b) Divulgar as ações conjuntas, objeto deste Termo, citando a participação do DESANS/PMDC nos trabalhos;
c) Colaborar com o DESANS e com o Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional no planejamento e controle das ações da política de segurança alimentar e nutricional a fim de reverter o quadro de vulnerabilidade alimentar e nutricional local.

CLÁUSULA QUARTA – DOS RECURSOS FINANCEIROS

Este Termo de Cooperação não envolve a transferência de recursos financeiros para qualquer das partes, nem tampouco indenizações, caso as ações previstas não sejam realizadas, arcando cada qual com as eventuais despesas necessárias à sua execução.

CLÁUSULA QUINTA – DO ACOMPANHAMENTO E CONTROLE

Para articular as medidas necessárias ao cumprimento deste Termo de Cooperação, as partes deverão indicar um representante que se encarregará de realizar o efetivo acompanhamento das ações a serem desenvolvidas em seu âmbito.

CLÁUSULA SEXTA – DO ENCAMINHAMENTO DOS INSTRUMENTOS NORMATIVOS

A análise preliminar dos instrumentos será realizada, preferencialmente, pela UFRJ, por intermédio do Instituto de Nutrição Josué de Castro, que os enviarão para o DESANS.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA PUBLICAÇÃO

Caberá à PMDC providenciar, às suas expensas, a publicação do extrato deste instrumento na imprensa oficial, como condição indispensável para sua eficácia e validade, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura.

CLÁUSULA OITAVA – DO FORO

Fica eleito o Foro da cidade de Duque de Caxias (RJ) para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente instrumento.

E por estarem de pleno acordo e ajustados, firmam as partes por seus representantes legais, o presente instrumento em quatro vias de igual teor e forma, para os mesmos efeitos, fazendo-se tudo na presença das testemunhas cujas assinaturas abaixo se veem e se leem para os efeitos legais.

Duque de Caxias, 13 de novembro de 2013.

ELIANE FIALHO DE OLIVEIRA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

ALEXANDRE AGUIAR CARDOSO
PREFEITO DO MUNICÍPIO DE DUQUE DE CAXIAS

TESTEMUNHA: ROSANA BRILLS DA COSTA
RG: NÃO INFORMADO
CPF: 005 852.797-76

TESTEMUNHA: CAROLINE M. C. MORAES
RG: 11254314-0
CPF: 090.541.287-71

ANEXO 5

ROTEIRO

Questão norteadora Principal: *"Me conta sua história com o Bolsa Família"*

Questão chave 1 – Fale um pouco sobre a sua família e sua casa:

Interesses geradores de perguntas de continuidade:

- Como ela introduz o assunto?
- Fala sobre a composição familiar?
    - ✓ Fala sobre crianças? Perguntar se frequentam escola/creche e se realizam a alimentação nestes locais.
    - ✓ Fala sobre adolescentes?
    - ✓ Fala sobre gestantes ou gestantes adolescentes?
    - ✓ Fala sobre idosos?
    - ✓ Fala sobre o companheiro?
    - ✓ Fala sobre indivíduos agregados/vizinhos.
- Fala sobre o trabalho destas pessoas?
- Fala sobre alguma dificuldade enfrentada na família, como doença de algum familiar.
- Fala sobre conflitos familiares?
- Fala sobre violência entre os parceiros?

Questão chave 2 - Fale um pouco, (nome do indivíduo), sobre a alimentação na sua casa.

Interesses geradores de perguntas de continuidade:

- Como ela introduz o assunto?
- Como ela fala sobre a alimentação?
- Comenta sobre o PBF e relaciona a aquisição dos alimentos a ser beneficiária do programa?
- O que é dito sobre a aquisição dos alimentos?
- Ela fala onde realiza as compras dos alimentos?
- Ela fala sobre quem compra e sobre quem prepara os alimentos?
- Ela fala sobre os alimentos mais consumidos?
- Ela fala sobre os alimentos menos consumidos?
- Ela fala sobre as prioridades dos alimentos (dela, dos filhos e companheiro)?
- Ela fala sobre as preferências alimentares (dela, dos filhos e companheiro)?
- Ela fala sobre desejo por algum alimento que não pode consumir (dela, dos filhos e companheiro)?
- Ela fala sobre como é realizado, em casa, os momentos das refeições?

Questão chave 3 – A senhora está recebendo o BF, certo? Fale um pouco sobre isso.

Interesses geradores de perguntas de continuidade:

- Como ela introduz o assunto?

- O benefício em si (dinheiro).
- Quanto é o valor do benefício recebido?
- O processo para conseguir receber o BF (como conseguiu a informação da existência do PBF?)
- O que é dito sobre a vida com o benefício?
- Fala sobre *vantagens/benefícios* em ser a beneficiária do programa?
- Fala sobre dificuldades em ser beneficiária do programa?
- Ela fala sobre os filhos?
- Ela fala sobre emponderamento?
- Ela fala sobre o companheiro?
- Como a família, em especial o companheiro (se houver) percebe o fato de ela ter o cartão do benefício no nome dela?
- Ela fala sobre algum outro benefício recebido?

Questão chave 4 – Houve alguma mudança, na sua vida e da sua família a partir do momento que a senhora passou a receber o BF?

Interesses geradores de perguntas de continuidade:

- Como ela introduz o assunto?
- Ela fala sobre os filhos?
- Ela fala sobre empoderamento?
- Ela fala sobre conflitos familiares?
- Ela fala sobre violência com parceiro?
- Mudanças pessoais (procura de emprego, trabalho informal)
- Mudanças na percepção de si.
- Mudanças em relação à percepção de saúde.
- Mudanças em relação aos filhos.
- Mudanças em relação à composição da família.
- Mudanças no consumo alimentar familiar.
- Mudanças no consumo alimentar infantil, em especial.
- Mudanças na aquisição de bens duráveis e de bens de consumo, em especial.
- Mudanças no acesso aos serviços de saúde e educação (dela, dos filhos e do companheiro).

Questão-chave 5 – O que não mudou, continua igual na sua vida e da sua família, mesmo após o recebimento do BF?

Interesses geradores de perguntas de continuidade:

- Como ela introduz o assunto?
- Permanências no contexto familiar.
- Permanências em relação aos filhos.
- Permanências ligadas a compra de utensílios domésticos ou outros.
- Permanências ligadas ao consumo alimentar.
- Permanências ligadas ao consumo alimentar infantil, em especial.
- Permanências ligadas ao acesso dos alimentos.
- Permanências ligadas ao acesso aos serviços de educação e saúde.

ANEXO 6

CONSIDERAÇÕES SOBRE A ENTREVISTA 1

- Titular: Sofia
- Data da entrevista: 05 de junho de 2014 às 14:30horas
- Local de realização da entrevista: Ambulatório Paroquial Irmã Beta - ASPAS
- Idade: 47 anos
- Escolaridade: ensino fundamental incompleto (antiga 8º série)
- Composição familiar: Sofia (titular do Bolsa Família), filha (17 anos) e neta (10 meses).
- Tempo de recebimento do benefício: 10 anos.

Resumo da entrevista: Sofia é solteira, possui três filhos e reside no bairro Pilar. Atualmente, mora com sua filha de 17 anos e sua neta de 10 meses. Possui um filho de 13 anos que mora com o pai em outro bairro. Sua filha mais velha de 19 anos é casada, tem uma filha 11 meses e acompanhou a mãe durante toda a entrevista. Relatou que quase não foi a entrevista, pois estava muito gripada e que iria pedir para sua filha avisar. Sofia mudou-se há pouco tempo e conseguiu construir um cômodo em sua casa desde a mudança. Sua casa possui água encanada. Separou-se do marido há três anos, porém mantém contato com o mesmo devido aos filhos. Relatou comprar com o dinheiro do Bolsa Família os alimentos mais básicos como arroz, feijão, açúcar, óleo, pó de café e carne, que adquire aos poucos. Relatou não comprar frutas, legumes e verduras com frequência, pois estraga, somente nos dias em que irão consumir. Faz faxina para ajudar nas despesas da casa. Relatou que o Programa Bolsa Família auxiliaria se promovesse qualificação profissional para os beneficiários para que pudessem trabalhar.

ANEXO 6

CONSIDERAÇÕES SOBRE A ENTREVISTA 2

- Titular: Kelly
- Data da entrevista: 03 de julho de 2014 às 09:30horas.
- Local de realização da entrevista: Ambulatório Paroquial Irmã Beta - ASPAS
- Idade: 58 anos
- Escolaridade: ensino fundamental incompleto (antiga 1º série)
- Composição familiar: Kelly (titular do benefício), neto (16 anos), neto (15 anos) e neta (13anos).
- Tempo de recebimento do benefício: 2 anos.

Resumo da entrevista: Kelly mora com seus três netos no bairro do Pantanal. É solteira, porém possui um companheiro que não mora com ela. Sua neta de 13 anos tem câncer e faz tratamento no Hospital Universitário Pedro Ernesto (HUPE) há 2 anos. Relatou utilizar o dinheiro do Bolsa Família para pagar a passagem e os lanches quando leva sua neta ao hospital, além de empregar o dinheiro com a alimentação da família. Compra dúzia de ovos, fígado, óleo, manteiga e que faz pão, bolo e macarrão em casa, pois é mais barato. Relatou que o dinheiro é pouco, mas que a ajuda muito e que também faz bicos para auxiliar nas despesas, como cozinhar e costurar. Compra frutas, verduras e legumes com um vizinho que traz sobras da Central de Abastecimento (CEASA). Relatou não gostar de comentar com suas amigas que recebe o Bolsa Família, pois é algo particular e que, para ela, o maior benefício do Programa foi tornar-se mais responsável com as despesas.

ANEXO 6

CONSIDERAÇÕES SOBRE A ENTREVISTA 3

- Titular: Maria
- Data da entrevista: 03 de julho de 2014 às 14:30horas
- Local de realização da entrevista: CRAS Jardim Primavera
- Idade: 56 anos
- Escolaridade: ensino fundamental incompleto (antiga 4º série)
- Composição familiar: Maria (titular do benefício)/viúva
- Tempo de recebimento do benefício: 1 ano.

Resumo da entrevista: Maria reside no bairro de Jardim Primavera. É viúva há um ano e meio e relatou ter feito o cadastro no CadÚnico antes de seu marido falecer, devido o mesmo estar muito doente e não trabalhar há três anos. Começou a receber o benefício somente após o falecimento do mesmo. Ficou com depressão e faz tratamento com neurologista particular e a psicóloga do CRAS. Relatou que as atividades sócio educativas implementadas no CRAS Jardim Primavera auxiliam na sua recuperação. Não utiliza o dinheiro do benefício para comprar alimentos, pois recebe cesta básica de sua filha. Utiliza o dinheiro do Bolsa Família para pagar as dívidas que ficaram pendentes, como remédio, água e luz.

ANEXO 6

CONSIDERAÇÕES SOBRE A ENTREVISTA 4

- Titular: Lúcia
- Data da entrevista: 30 de julho de 2014 às 10:30horas
- Local de realização da entrevista: CRAS Jardim Primavera
- Idade: 38 anos
- Escolaridade: Ensino fundamental incompleto (antiga 1º série)
- Composição familiar: Lúcia (titular do benefício), filha (20 anos), filha (16 anos) e filha (14 anos)
- Tempo de recebimento do benefício: 16 anos (relato da entrevistada)

Resumo da entrevista: Luciene reside com suas três filhas no bairro de Jardim Primavera. Na época da entrevista, trabalhava fazendo faxina no CRAS Jardim Primavera, já que a ASG deste equipamento social tinha se acidentado e não existia outro funcionário para realizar referida tarefa. Relatou receber o benefício há 16 anos e que o mesmo ajuda com a compra de material escolar, remédios e alimentos. Relatou, que não saberia viver sem o Bolsa Família, pois se separou do marido, devido sofrer violência doméstica, e que o mesmo não a ajuda com as despesas das filhas. Relatou que o benefício do Bolsa Família permite uma sensação de conforto para ela e suas filhas devido a certeza de recebimento de algum dinheiro todo mês. Compra alimentos como iogurte, Nescau® e Mucilon®. Relatou não concordar com o critério do Programa na escolha das famílias beneficiárias, pois algumas que não precisam tanto recebem mais do que famílias que realmente precisam. Relatou ter conseguido fazer o quarto para suas filhas, trocar o guarda roupa e cama delas com o dinheiro do benefício.

ANEXO 6

CONSIDERAÇÕES SOBRE A ENTREVISTA 5

- Titular: Carla
- Data da entrevista: 06 de agosto de 2014 às 14horas
- Local de realização da entrevista: CRAS Jardim Primavera
- Idade: 57 anos
- Escolaridade: Ensino fundamental incompleto (antiga 1º série)
- Composição familiar: Carla (titular do benefício).
- Tempo de recebimento do benefício: 1 ano

Resumo da entrevista: Carla reside com companheiro no bairro de Jardim Primavera. A casa em que moram é de seu companheiro, que segundo ela, foi "uma benção de Deus em sua vida" (frase que ela repete durante toda a entrevista). Em sua casa, que ganhou de uma patroa para qual trabalhou há muitos anos, reside sua sobrinha com filhos e marido. Lamentou que terá que retornar para lá quando sua sobrinha se mudar pois, segundo ela, a casa fica em um lugar perigoso e tem medo de invasão. Sua casa não possui esgoto e possui somente uma instalação de luz. Possui uma filha que está doente e tem a acompanhado para fazer exames no Hospital Central do Exército (HCE), devido a neta que é muito nova e não fica distante da mãe. Relatou que viveu durante 12 anos em um quartinho que só tinha uma televisão e uma cama e, que o salário que recebia dava para pagar somente o aluguel. Se alimentava na casa da patroa (desjejum/almoço/lanche) e que já chegou a comer um tubo de pasta de dente na madrugada com fome. Sua última patroa jogou sua carteira de trabalho fora e demonstrou muito entristecida com este acontecimento, pois agora não sabe como proceder para se aposentar. Relatou utilizar o dinheiro do benefício do Bolsa Família para pintar o cabelo, comprar desodorante e gás, pois é seu atual companheiro que compra alimentação e paga as contas.

ANEXO 6

CONSIDERAÇÕES SOBRE A ENTREVISTA 6

- Titular: Cláudia
- Data da entrevista: 07 de outubro de 2014 às 14horas.
- Local de realização da entrevista: Ambulatório Paroquial Irmã Beta - ASPAS
- Idade: 32 anos
- Escolaridade: Analfabeta
- Composição familiar: Cláudia (titular do benefício), esposo e filho (5anos)
- Tempo de recebimento do benefício: 7 anos

Resumo da entrevista: Cláudia reside com marido e filho no bairro de Vila Rosário. Mudou-se há pouco tempo para sua casa e saiu do aluguel. Quando fez o cadastro há 7 anos, estavam inscritos ela, sua mãe e seus dois irmãos. Após o nascimento de seu filho, ela fez o recadastramento. Relatou não utilizar o dinheiro do Bolsa Família com frequência, já que seu marido trabalha como pedreiro. Divide o dinheiro recebido para ela e para seu filho e utiliza o dinheiro do marido para as compras da casa. Quando o marido fica sem emprego, utiliza o dinheiro do benefício para comprar biscoitos, leite e sucos para o filho, além de sua enteada ajudar com as despesas da casa. Seu filho estuda em escola particular pois, segundo ela, não existe em Duque de Caxias escola pública para crianças com esta idade, além de dizer que a particular ensina melhor. Ajuda sua irmã a cuidar de seus sobrinhos para auxiliar a pagar a escola do filho.

ANEXO 6

CONSIDERAÇÕES SOBRE A ENTREVISTA 7

- Titular: Renata
- Data da entrevista: 16 de outubro de 2014 às 11horas
- Local de realização da entrevista: Em um bar em frente ao CASF Jardim Gramacho
- Idade: 44 anos
- Escolaridade: Ensino fundamental incompleto (antiga 3º série)
- Composição familiar: Renata (titular do benefício)
- Tempo de recebimento do benefício: 9 anos

Resumo da entrevista: Renata mora sozinha, nunca foi casada e tem uma filha que mora na Paraíba, onde a entrevistada nasceu e viveu até os seus 23 anos. Reside na comunidade do Maroinha em Jardim Gramacho. Após o falecimento de seu pai e com a extinção da pensão, a mesma veio para o Rio de Janeiro, município de Duque de Caxias morar com sua mãe. Relatou que utiliza o benefício do Bolsa Família para comprar gás, alimentos e remédios já que possui doenças crônicas, como hipertensão arterial e diabetes, além de atelectasia. Faz tratamento no Hospital Universitário Clementino Fraga Filho (HUCFF). Vende produtos de beleza que juntamente com o benefício do Bolsa Família completam sua única renda. Trabalhou na "rampa", como costumam chamar, durante muitos anos e relatou ter vivido tempos muito difíceis, pois convivia com condições insalubres, além de ter passado fome. Com o fechamento do aterro deixou de trabalhar e aguarda até hoje a indenização da empresa.

ANEXO 6

CONSIDERAÇÕES SOBRE A ENTREVISTA 8

- Titular: Laura
- Data da entrevista: 17 de outubro de 2014 às 9horas
- Local de realização da entrevista: Em um bar em frente ao CASF Jardim Gramacho
- Idade: 64 anos
- Escolaridade: Analfabeta
- Composição familiar: Laura (titular do benefício), companheiro e neta (16 anos)
- Tempo de recebimento do benefício: 3 anos

Resumo da entrevista: Laura reside com neta e marido no bairro de Jardim Alegre. É mãe de 12 filhos. Um faleceu devido a febre alta após uma enchente. Seu marido está muito doente e a renda da família é a aposentadoria do mesmo e o benefício do Bolsa Família. Relatou que entra água em toda a sua casa quando chove, pois a telha já está velha, apresentando buracos. Sua casa não possui água encanada, utiliza água de poço. Já trabalhou no canavial na roça e na "rampa" e, atualmente não trabalha mais devido as dores que apresenta na coluna. Relata que utiliza o dinheiro do Bolsa Família para comprar alimentos, como feijão, arroz, carne, leite e café, além de pagar a conta de luz, material escolar para neta e vestimentas, como roupa íntima. O recurso do benefício dura 7 dias, quando então é paga a aposentadoria do marido, no valor de R$ 80,00. Relatou que não compra mais os seus medicamentos para hipertensão arterial e diabetes, pois acredita que Deus irá curá-la e agradece à Ele o dinheiro do Bolsa Família em vários momentos durante a entrevista. Laura se emociona durante a entrevista, principalmente no momento em que relata sobre a compra de uma máquina de lavar. Para ela, a compra deste eletrodoméstico não deveria ter sido realizada com o benefício do Programa. Mas, ao mesmo tempo, devido às dores na coluna, relatou não conseguir mais cuidar das roupas que os seus filhos insistem em deixar para ela lavar.

ANEXO 6

CONSIDERAÇÕES SOBRE A ENTREVISTA 9

- Titular: Joana
- Data da entrevista: 20 de outubro de 2014 às 10horas
- Local de realização da entrevista: Ambulatório Paroquial Irmã Beta, ASPAS
- Idade: 40 anos
- Escolaridade: Ensino fundamental incompleto (antiga 8º série)
- Composição familiar: Joana (titular do benefício), esposo, filho (15 anos) e filho (11 anos).
- Tempo de recebimento do benefício: 5 anos

Resumo da entrevista: Joana reside com marido e seus dois filhos no bairro Parque Suécia. Seu filho de 11 anos apresenta asma crônica e estuda em colégio particular, enquanto seu filho mais velho, de 15 anos, estuda em colégio público. Segundo Joana, as escolas de séries iniciais não ensinam adequadamente e preferiu deixar ambos os filhos até a antiga 4º série em escolas particulares. Atualmente, seu filho mais velho faz curso de computação gráfica para se aperfeiçoar. Para Joana, o benefício do Bolsa Família é para os filhos e o utiliza para pagar os estudos dos filhos. Relatou que seu marido está desempregado há 1 ano e meio e que faz biscates como pedreiro para ajudar nas despesas da casa. Ela também faz faxina, passa roupa e faz unha de vizinhas próximas, devido à preocupação em deixar o seu filho mais novo muito tempo sozinho.

ANEXO 6

CONSIDERAÇÕES SOBRE A ENTREVISTA 10

- Titular: Eloísa
- Data da entrevista: 22 de outubro de 2014 às 10horas.
- Local de realização da entrevista: Em um bar em frente ao CASF Jardim Gramacho
- Idade: 35 anos.
- Escolaridade: Ensino fundamental incompleto (antigo primeiro ano do ensino médio)
- Composição familiar: Esloísa (titular do benefício), filho (10), filho (6) e filha (8 meses).
- Tempo de recebimento do benefício: 2 anos.

Resumo da entrevista: Eloísa é mãe solteira e possui 4 filhos. Reside com três dos seus quatro filhos na comunidade Coabe no Jardim Gramacho. Atualmente, Eloísa deixou de trabalhar para cuidar de seus filhos, que segundo ela, sofriam maus tratos. É beneficiária do Bolsa Família há pouco mais de dois anos e relatou que o benefício auxilia na compra de alimentos. Relatou, que esporadicamente, realiza passeios com seus filhos pela cidade e que deixar de trabalhar foi doloroso, mas que isso permitiu o maior cuidado para com os filhos, tanto no que concerne aos estudos quanto à alimentação. Com o dinheiro, tem comprado materiais de obra para acabar de construir sua casa.

APÊNDICE

Resumo de trabalho apresentado na modalidade Comunicação Oral no 11º Congresso Brasileiro de Saúde Coletiva

PRIORIDADES NA UTILIZAÇÃO DO RECURSO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA POR MULHERES TITULARES MORADORAS DE DUQUE DE CAXIAS, RIO DE JANEIRO

INTRODUÇÃO: O Programa Bolsa Família (PBF) tem como objetivo a redução da pobreza e extrema pobreza no Brasil por meio de transferência de renda condicionada. Propõe que a mulher seja a titular, por entender que assumem papel mais cuidadoso com educação e saúde da família. Assim, ouvi-las é fundamental para identificar os usos do benefício. Observa-se poucos estudos que analisam o PBF nesta ótica.

OBJETIVO: Identificar as prioridades na utilização do benefício do PBF relatadas por mulheres titulares residentes no município de Duque de Caxias, Rio de Janeiro.

METODOLOGIA: Foram realizadas entrevistas qualitativas do tipo semiestruturada com 10 titulares do PBF, residentes em Duque de Caxias, no período de junho a setembro de 2014. O município apresenta particularidades, como a desigualdade na distribuição da renda, onde parte da população convive com situações de pobreza, apesar de ser o segundo município mais rico do estado. As entrevistadas foram recrutadas a partir dos Centros de Referência da Assistência Social, que funcionam como porta de entrada para os programas sociais destinado às famílias que estão em vulnerabilidade, mas sem a interferência desses. Foi utilizada a análise de conteúdo, proposta por Bardin, na modalidade temática.

RESULTADOS: As entrevistadas tinham entre 32 a 64 anos, baixo nível de escolaridade e composições familiares diversas. Os dados empíricos mostram um entendimento de que o PBF é direcionado para famílias com crianças, e que seu uso deve ser ligado à compra de alimentos e material escolar. Nestas famílias, o benefício também foi direcionado para o pagamento de escolas particulares e melhoria da moradia. Nas famílias com ausência de crianças, aparece a surpresa das mulheres sobre o direito ao PBF e, outras prioridades surgem como gastos com lazer, compra de máquina de lavar e de produtos de estética, embora seja perceptível uma ideia de “culpa”, por vezes difusa ou explícita, pelo uso do PBF desta forma.

CONCLUSÃO: Este estudo identificou que as prioridades na utilização do benefício são influenciadas, sobretudo, pela presença de crianças nas famílias. Contudo, o uso destinado a outros fins começam a surgir como parte do processo de percepção das mulheres a outras necessidades, que passam a ser entendidas por elas como direitos.

11º CONGRESSO BRASILEIRO DE SAÚDE COLETIVA
28 DE JULHO A 01 DE AGOSTO DE 2015

Certificamos que o trabalho

PRIORIDADES NA UTILIZAÇÃO DO RECURSO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA POR MULHERES TITULARES MORADORAS DE DUQUE DE CAXIAS, RIO DE JANEIRO

dos autores: ANA ALICE TABORDA; GILZA SANDRE-PEREIRA; ROSANA SALLES-COSTA; VIVIANE DOS ANJOS MARESI, foi apresentado na modalidade Comunicação Oral Curta, no 11º Congresso Brasileiro de Saúde Coletiva ocorrido de 27 de julho a 01 de agosto de 2015 na Universidade Federal de Goiás em GOIÂNIA/GO.

GOIÂNIA, 01 de agosto de 2015

Luis Eugenio Portela Fernandes de Souza
Presidente
Associação Brasileira de Saúde Coletiva

Elias Rassi Neto
Presidente
11º Congresso Brasileiro de Saúde Coletiva

ABRASCO
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE SAÚDE COLETIVA

UFG
UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS